

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Contratos**

Semestre: 2022/1

Professores: Dr. Fabiano Koff Coulon

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112150

EMENTA

Estudo do instituto jurídico “contrato” mediante a análise dos pressupostos teóricos que o fundamentam. Princípios incidentes em matéria contratual; sua formação e responsabilidade pré-contratual. Principais espécies contratuais. Disciplina dos contratos e sua repercussão econômica (análise econômica do contrato). Conexidade e catividade contratual. Contratos de consumo, empresariais e internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Formalismo e funcionalismo no direito dos contratos.
- Análise econômica dos contratos: assimetria de informações, risco moral (moral hazard), seleção adversa (adverse selection) e sinalização.
- Princípios de direito obrigacional/contratual: autonomia privada, boa-fé objetiva, equilíbrio e função social.
- Formação dos contratos.
- Interpretação dos contratos civis, empresariais, de consumo e internacionais.
- Responsabilidade civil e contratos.
- Tipicidade, atipicidade e espécies contratuais.

PLANO DE ENSINO

Aula 01: Apresentação da atividade acadêmica e divisão dos trabalhos.

Introdução: formalismo e funcionalismo no direito dos contratos.

Leitura obrigatória: <http://duncankennedy.net/documents/Legal%20Formalism.pdf>

Aula 02: Análise Econômica do Direito Contratual: Teorema de Coase e Custos de Transação - Introdução.

Leitura obrigatória:

http://lib.cufe.edu.cn/upload_files/other/4_20140515034803_1%20Coase,%20R.H.%EF%BC%881937%EF%BC%89%20The%20Nature%20of%20the%20Firm.pdf

Aula 03: Análise Econômica do Direito Contratual: Assimetria Informacional, em especial Risco Moral e Seleção Adversa.

Leitura obrigatória:

https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com.br/&httpsredir=1&article=1036&context=law_and_economics

Aula 04: Análise Econômica do Direito Contratual: Governança Contratual e Hold Up.

Leitura obrigatória:

http://masonlec.org/site/rte_uploads/files/Klein%20class%203%20required.pdf

Aula 05: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Incompletude e a Problemática do Contrato no Tempo.

Leitura obrigatória:

<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67626/70236>

Aula 06: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Especificidades dos Contratos Empresariais.

Leitura obrigatória:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/183681/mod_resource/content/1/FORGIONI%20C%20Paula%20-%20Teoria%20Geral%20dos%20Contratos%20Empresariais%20-%20P.%2023-54.pdf

Aula 07: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Princípios do Direito Contratual e os Projetos de Código Comercial.

Leitura obrigatória:

[https://sigarra.up.pt/fdup/pt/web_gessi_docs.download_file?p_name=F730794107/A.11%20\(2014\)%20p.387-395.pdf](https://sigarra.up.pt/fdup/pt/web_gessi_docs.download_file?p_name=F730794107/A.11%20(2014)%20p.387-395.pdf)

Aula 08: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Redes de Contratos.

Leitura obrigatória: <http://www.seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/70573>

Aula 09: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Contratos de Consumo, Assimetria Informacional e Economia Comportamental.

Leitura obrigatória: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2296015

Aula 10: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Contrato e Novas Tecnologias: Blockchain e Smart Contracts.

Leitura obrigatória: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3090226

Encerramento dos encontros da atividade acadêmica.

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros, o que requer frequência, engajamento efetivo nas discussões e apresentação oral de leituras prévias efetivadas sobre os temas dos seminários (10% da nota final); 2. participação efetiva na apresentação do respectivo seminário temático (40% da nota final); 3. entrega pontual e qualidade do artigo final (50% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Fernando. **Teoria económica do contrato**. Coimbra: Almedina, 2007.

CATALAN, Marcos *et al.* **Direito dos contratos**. São Paulo: RT, 2008.

COASE, Ronald H. **The firm, the market and the law**. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

COUTO E SILVA, Clóvis. **A obrigação como processo**. São Paulo: Bushatsky, 1976.

FORGIONI, Paula A. **Teoria geral dos contratos empresariais**. São Paulo: RT, 2010.

ROPPO, Enzo. **O contrato**. Tradução de Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra: Almedina, 2009.

TIMM, Luciano Benetti (org.). **Direito e economia no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2012.

TIMM, Luciano Benetti. **Direito contratual brasileiro: críticas e alternativas ao solidarismo jurídico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

WEINRIB, Ernest J. **The idea of private law**. Cambridge: Harvard University 1995.

WILLIAMSON, Oliver E. **The economic institutions of capitalism**. New York: Free Press, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Extinção dos contratos por incumprimento do devedor: resolução**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Aide, 2003.

AMARAL NETO, Francisco dos Santos. **A autonomia privada como princípio fundamental da ordem jurídica perspectivas estrutural e funcional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. (Doutrinas Essenciais de Direito Civil, 2).

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. **Função social dos contratos: interpretação à luz do Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2009.

DRESCH, Rafael de Freitas Valle. **Fundamentos do direito privado: uma teoria da justiça e da dignidade humana**. São Paulo: Atlas, 2013.

FORGIONI, Paula A. Integração dos contratos empresariais: lacunas, atuação dos julgadores, boa-fé e seus limites. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v. 45, p. 229-244, 2015.

FURUBOTN, Erik G.; RICHTER, Rudolf. **Institutions & economic theory: the contribution of the new institutional economics**. 2nd ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005.

GORDLEY, James. **Foundations of private law: property, tort, contract, unjust enrichment**. New York: Oxford University Press, 2006.

HAYEK, Friedrich A. **Individualism and economic order**. Chicago: University of Chicago Press, 1948.

JENSEN, Michael. **Foundations of organizational strategy**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. **Contratos relacionais e defesa do consumidor**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no código de defesa do consumidor: o novo regime das relações contratuais**. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado**. São Paulo: RT, 2000.

NEGREIROS, Teresa. **Teoria do contrato: novos paradigmas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

RODRIGUEZ, José Rodrigo; SALAMA, Bruno Meyerhof. **Para que serve o direito contratual?: direito, sociedade e economia**. São Paulo: Direito GV, 2014.

SILVA, Luis Renato Ferreira da. **Reciprocidade e contrato**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Desenvolvimento, Direito e Sustentabilidade**

Ano/Semestre: 2022/1

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112151

Professores: Délton Winter de Carvalho

EMENTA

Aspectos estruturantes da matriz de desenvolvimento socioeconômico na Constituição brasileira. Estado Democrático Ambiental. Elementos constituintes do Estado Democrático

Ambiental: Juridicidade e 'status' de direito fundamental. Dimensões do direito fundamental ao meio ambiente. Dimensões conceituais da Sustentabilidade. Sustentabilidade e equidade intergeracional. Instrumentos jurídico- econômicos de proteção ambiental. Economia Verde. Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Serviços ecossistêmicos. A ordem econômica e a tutela ambiental na Constituição.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 1:

Introdução à disciplina

Apresentação do Cronograma

1. Estado de Direito Ambiental
 - 1.1. Elementos constituintes do Estado de Direito Ambiental
 - 1.1.1. Juridicidade ambiental
 - 1.1.2. Status de direito fundamental
 - 1.1.2.1. Dimensões do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente:
 - a) Dimensão subjetiva

b) Dimensão objetiva

1.2. Deveres ambientais constitucionais:

1.3. Princípios estruturantes do Direito Ambiental.

Leitura doutrinária obrigatória: CARVALHO, Délton Winter de. “Estado de Direito Ambiental.” *Gestão Jurídica Ambiental*. (doutrina e jurisprudência aplicadas). São Paulo: RT, 2017. p. 108-147.

Jurisprudência indicada:

ADPF nº 101-3, STF, Rel. Min. Carmen Lúcia, j. 05.08.2009.

Aula 2:

Gestão Jurídica do Riscos Ambientais: da prevenção à precaução

Sistema constitucional de governança dos riscos ambientais

Prevenção geral e graus de incerteza

Prevenção “stricto sensu”: Modelo quantitativo

Cálculo de risco quantificável

Padrão probatório (reasonable probability)

Precaução

Critérios de ponderação

Ameaças graves e irreversibilidade

Incerteza e informação

Custo-benefício

Padrão probatório (reasonable satisfaction)

Análise jurisprudência selecionada. Em especial o acórdão do STF, RE 627189, rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, j. 08.06.16, Repercussão Geral.

Leitura doutrinária prévia obrigatória e entrega de fichamento nesta data: CARVALHO,

Délton Winter de. “Gestão Jurídica do Risco Ambiental.” *Gestão Jurídica Ambiental*. (doutrina e jurisprudência aplicadas). São Paulo: RT, 2017. p. 149-240.

Aula 3:

1. Responsabilidade Civil Ambiental.

1.1. Elementos da Responsabilidade Civil Ambiental.

1.2. Classificação e prova do Dano Ambiental, Individual e Coletivo.

1.3. Nexos causal: inversão do ônus vs. Teoria das Probabilidades

1.4. Solidariedade

1.5. Medidas Compensatórias.

Leitura doutrinária prévia obrigatória e entrega de fichamento nesta data: CARVALHO, Délton Winter de. “Responsabilidade Civil Ambiental.” *Gestão Jurídica Ambiental*. São Paulo: RT, 2017. p. 420-511.

Aula 4:

1. Direito Ambiental na Era das Mudanças Climáticas

1.2. Sensitividade Climática

1.3. Função do Direito na Gestão de Desastres Ambientais

2. Litigiosidade como governança

3. Litigância Climática no Mundo.

4. Litigância Climática no Brasil.

Leitura doutrinária prévia obrigatória e entrega de fichamento nesta data: CARVALHO, Délton Winter de. “Compensação a Desastres.” *Gestão Jurídica Ambiental*. São Paulo: RT, 017. p. 318-372. BERNARDO, Vinícius Lameira Bernarndo. “Mudanças Climáticas: estratégias de litigância e o papel do judiciário no combate às causas do aquecimento global no contexto brasileiro.” *Revista de Direito Ambiental*. Ano 22, vol. 88, out.-dez., 2017. p. 517-548.

AVALIAÇÃO

questionário a ser feito tendo como base as leituras, debates e explicações das aulas anteriores.

AVALIAÇÃO GERAL

A avaliação será realizada pela i) participação nas atividades de debates orais nas aulas; ii) entrega dos fichamentos referentes às leituras obrigatórias acima listadas; iii) confecção de atividade escrita na última aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRADFORD, Mank. Standing and statistical persons: a risk-based approach to standing. **Faculty Articles and Other Publications**. University of Cincinnati College of Law Scholarship and Publications. University of Cincinnati College of Law, Paper 127, 2009.

CARVALHO, Délton Winter de. **Dano ambiental futuro: a responsabilização civil pelo risco ambiental**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

CARVALHO, Délton Winter de. **Gestão jurídica ambiental**. São Paulo: RT, 2017.

FARBER, Daniel A. “Disaster Law in the anthropocene.” *In*: PEEL, Jacqueline; FISHER, David (ed.). **The role of international environmental law in disaster risk reduction**. Boston: Brill Nijhoff, 2016. p. x-x. (completar informações em vermelho).

FARBER, Daniel A.; FINDLEY, Roger W. **Environmental law**. 8. ed. West: St. Paul, 2010.

FARBER, Daniel Farber; CARVALHO, Délton Winter de. (org.). **Estudos aprofundados em direito dos desastres: interfaces comparadas**. Curitiba: Prismas, 2017.

SMITH, Joseph; SHEARMAN, David. **Climate change litigation: analysing the law, scientific evidence & impacts on the environment, health & property**. Adelaide: Presidian, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMERON, James. Globalization and the ecological state. **Review of European Community and International Environmental Law**, local, v. 8, n. 3, p. x-x, 1999. (completar informações em vermelho, se não constar local no documento, incluir a expressão [s. l.]).

CANOTILHO, José Joaquim Gomes Canotilho. Juridicização da ecologia ou ecologização do direito. **Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente**, Coimbra, n. 4, dez., 1995.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Estado de direito**. Lisboa: Gradiva, 1999.

CARVALHO, Délton Winter de. **Desastres ambientais e sua regulação jurídica: deveres de prevenção, resposta e compensação ambiental**. São Paulo: RT, 2015.

CARVALHO, Délton Winter de; DAMACENA, Fernanda Dalla Libera. **Direito dos desastres**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

FARBER, Daniel. “Uncertainty.” **The Georgetown Law Journal**, , v. 99, , 2011.

FARBER, Daniel. Disaster law and emerging issues in Brazil. **Revista de estudos constitucionais, hermenêutica e teoria do direito-(RECHTD)**, v. 4, n. 1, p. 2-15 jan./jun. 2012.

FERRER, Gabriel Real. Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del Derecho. **Revista de Derecho Ambiental**, AbeledoPerrot, Buenos Aires, n. 32, p. 65-82, oct./dez. 2012.

GOMES, Carla Amado. A idade da incerteza: reflexões sobre os desafios de gerenciamento do risco ambiental. *In*: LOPEZ, Teresa Ancona; LEMOS, Patrícia Faga Iglecias; LUHMANN, Niklas. **Risk: a sociological theory**. New Jersey: Aldine,

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Direitos Fundamentais e Sociais na Era da Inovação Tecnológica**

Ano/Semestre: 2022/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121796

Professor: Guilherme Wunsch

EMENTA

Crises de Estado. O sistema de Capital. Neoliberalismo e mundo do trabalho. O ser humano como elemento central do trabalho. Direitos Fundamentais no Brasil. Direitos Humanos. Inovação tecnológica. O homem e a técnica. Cultura empresarial tecnológica. Sociedade 5.0.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Crises de Estado. Direitos Fundamentais no Brasil. Direitos Humanos. Inovação tecnológica. O homem e a técnica. Cultura empresarial tecnológica. Sociedade 5.0. Evolução histórica. Fontes materiais e formais. Princípios. Hermenêutica justalabalhista. Direitos fundamentais e relação de emprego. Eficácia das normas constitucionais e diálogo com as fontes internacionais de proteção ao trabalho. As Convenções da OIT e o movimento paredista. 2013 e a volta da greve de solidariedade. O diálogo dos movimentos coletivos com as entidades sindicais. O Poder Judiciário e a greve: análise de decisões judiciais. Despedida coletiva como elemento de resistência coletiva. Perspectivas. Análise dos parágrafos segundo e terceiro do art. 5º da CF e das decisões do STF/TST sobre aplicação. O caso da Convenção 158 da OIT.

OBJETIVOS

- a) Compreender os impactos da evolução tecnológica na efetivação dos direitos sociais e fundamentais.
- b) Estudar as novas relações sociais, na denominada sociedade 5.0, e a sua influência no Direito do Trabalho e Previdenciário.
- c) Refletir acerca do desenvolvimento empresarial a partir de uma cultura tecnológica.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GALVÃO, Jorge. **O neoconstitucionalismo e o fim do estado de direito**. Saraiva, 2013

GUERRA, Sidney. Direitos humanos: na ordem jurídica internacional e reflexos na ordem constitucional brasileira. 2. ed. 1: Atlas, 2014.

HARTLEY, Scott. **O fuzzy e o techne**: por que as ciências humanas vão dominar o mundo digital. São Paulo: BEI Comunicação, 2017.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 14. ed.: Saraiva, 2013.

SEVERO, Valdete Souto. Garantia de manutenção no emprego: condição de Possibilidade da Verdadeira Negociação Coletiva. **Cadernos da Amatra 4**, Porto Alegre, 9. ed., out/dez 2008.

SEVERO, Valdete Souto. **O dever de motivar a despedida**: argumentos para uma lógica comprometida com a ordem constitucional vigente. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A convenção nº 158 da OIT e a perda do emprego. **Jornal Trabalhista Consulex**, Brasília, DF, n. 1248, 17 nov. 2008.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Ainda o abuso das dispensas coletivas. *In*: SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **Blog Jorge Souto Maior**. Disponível em: <http://www.jorgesoutomaior.com/blog/ainda-o-abuso-das-dispensas-coletivas>. Acesso em: 26 out. 2020.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **Curso de direito do trabalho**: teoria geral do direito do trabalho, volume I: parte I. São Paulo: LTr, 2011.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **Curso de direito do trabalho**: teoria geral do direito do trabalho, volume I: parte II. São Paulo: LTr, 2017.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. O abuso das dispensas coletivas e a reação corretiva do Direito do Trabalho. *In*: SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **Blog Jorge Souto Maior**. Disponível em: <http://www.jorgesoutomaior.com/blog/o-abuso-das-dispensas-coletivas-e-a-reacao-corretiva-do-direito-do-trabalho>. Acesso em: 26 out. 2020.

VIANA, Márcio Túlio. Trabalhador sem medo - alguns argumentos em defesa da convenção n.158 da OIT. **Revista LTr**: Legislação do Trabalho: São Paulo, São Paulo, v. 72, n. 4, p. 438-443, abr. 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AROUCA, José Carlos. A convenção n. 158 e as dispensas coletivas. **Revista Justiça do Trabalho**, n. 291, mar. 2008

BAYLOS, Antonio; PÉREZ REY, Joaquín. **El despido o la violencia del poder privado**. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Comentários à Constituição do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

EDELMAN, Bernard. **A legalização da classe operária**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERRAZ HAZAN, Ellen Mara. **Da greve ao locaute**: contribuições para a luta coletiva. Belo Horizonte: RTM, 2016.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MACIEL, José Alberto Couto. Vigência da Convenção nº 158 da OIT. **Trabalho & doutrina**, São Paulo, n. 11, p. 20-23, dez. 1996.

MARTINS CATHARINO, José. **Em defesa da estabilidade**. São Paulo: LTr, 1966.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MORAES FILHO, Evaristo de. **Tratado elementar de direito do trabalho**. São Paulo: Livraria Freitas Bastos S/A, 1960. v. 1.

PAIXAO, CRISTIANO; LOURENCO FILHO, Ricardo. A greve e sua conformação pelo TST: desvelando mentalidades. *In*: FERNANDES COUTINHO, Grijalbo *et al.* (coord.). **O mundo do trabalho**. Leituras Críticas da jurisprudência do TST: em defesa do direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2009. p. 65-76. v. 1.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. **A Classe operária no Brasil**. 1889-1930. Documentos. V. I. O Movimento Operário. São Paulo: FUNCAMP, 1979.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (org.). **Além da fábrica. trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SEGATTO, José Antônio. **A formação da classe operária no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Gestão da Inovação**

Ano/Semestre: 2022/1

Carga horária: 30 horas/aula Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112155

Professor: Silvio Bitencourt da Silva

EMENTA

Processos de estratégia de inovação nas organizações. Os processos de inovação nas organizações e seu impacto na cultura das empresas. Conceitos e tipologias de inovação. Gestão da inovação e características das organizações inovadoras. Inovação sustentável, aberta e colaborativa. Sistemas regional e nacional de inovação. Dinâmica das redes de inovação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01 – Estratégia de inovação

Leitura Principal:

SALTER, A.; ALEX, O. The Nature of Innovation. *In*: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. **The Oxford Handbook of innovation management**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

PISANO, Gary P. You need an innovation strategy. **Harvard Business Review**, [s. l.], v. 93, n. 6, p. 44-54, 2015.

CHRISTENSEN, Clayton M.; RAYNOR, Michael E.; MCDONALD, Rory. What is disruptive innovation. **Harvard Business Review**, [s. l.], v. 93, n. 12, p. 44-53, 2015

SCHOEMAKER, Paul JH; KRUPP, Steven. The power of asking pivotal questions. **MIT Sloan Management Review**, [s. l.], v. 56, n. 2, p. 39, 2015.

Aula 02 - Conhecimento e Inovação

Leitura Principal:

COHEN, W. C.; LEVINTHAL, D. A. Absorptive capacity: a new perspective on learning and innovation. **Administrative Science Quarterly**, [s. l.], v. 35, n. 1 p. 128-152, 1990.

ALAVI, Maryam; LEIDNER, Dorothy E. Knowledge management and knowledge management systems: conceptual foundations and research issues. **MIS quarterly**, [s. l.] p. 107-136, 2001.

NONAKA, I; KODAMA, M; HIROSE, A; KOHLBACHER, F. Dynamic fractal organizations for promoting knowledge-based transformation – a new paradigm for organizational theory. **European Management Journal**, [s. l.], 2013.

Aula 03 – Gestão da Inovação

Leitura Principal:

COOPER, R. Perspective: The stage-gates idea-to-launch process — update, what’s new, and nexgen systems. **The Journal of product innovation management**, [s. l.] v. 25, p. 213–232, 2008.

BARCZAK, G.; KAHN, K. Identifying new product development best practice. **Business Horizons**, [s. l.], v. 55, p. 293-305, 2012.

TIDD, Joe; BESSANT, John. Innovation management challenges: From fads to fundamentals. **International Journal of Innovation Management**, [s. l.], v. 22, n. 05, p. 1840007, 2018.

Aula 04 – Ecossistemas de inovação

Leitura Principal:

MALERBA, F.; ADAMS, P. Sectoral Systems of Innovation. *In*: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. **The Oxford Handbook of innovation management**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

AUTIO, E.; THOMAS, L. D. W. Innovation Ecosystems: Implications for Innovation Management? *In*: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. **The Oxford Handbook of innovation management**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

ADNER, Ron. Ecosystem as structure: an actionable construct for strategy. **Journal of Management**, [s. l.], v. 43, n. 1, p. 39-58, 2017.

Aula 05 - Inovação aberta

Leitura Principal:

CHESBROUGH, Henry. The era of open innovation. **MIT Sloan Management Review**, [s. l.], v. 44, n. 3, p. 33-41, 2003.

ALEXY, O.; DAHLANDER, L. Managing Open Innovation. *In*: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. **The Oxford Handbook of innovation management**. Oxford: Oxford University Press, 2015. (Cap. 22)

MARCOLIN, Federica; VEZZETTI, Enrico; MONTAGNA, Francesca. How to practise Open Innovation today: what, where, how and why. **Creative Industries Journal**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 258-291, 2017.

Aula 06 – Colaboração

Leitura Principal: DOGSON, M. Collaboration and Innovation Management. *In:* DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. **The Oxford Handbook of innovation management**. Oxford: Oxford University Press, 2015

VON HIPPEL, E.; OGAWA, S.; DE JONG, J. The Age of the Consumer-Innovator. **MIT Sloan Management Review**, [s. l.], Fall, 2011.

PRAHALAD, C. K.; RAMASWAMY, V. Co-Creation Experiences: The Next Practice in Value Creation. **Journal of Interactive Marketing**, v. 18, n. 3, p. 5-14, 2004.

Aula 07 - Inovação em Modelos de Negócios

Leitura Principal:

MASSA, L.; TUCCI, C. Business Model Innovation. *In:* DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. **The Oxford Handbook of innovation management**. Oxford: Oxford University Press, 2015

FOSS, Nicolai J.; SAEBI, Tina. Fifteen years of research on business model innovation: How far have we come, and where should we go?. **Journal of Management**, v. 43, n. 1, p. 200-227, 2017

FOSS, Nicolai J.; SAEBI, Tina. Business models and business model innovation: Between wicked and paradigmatic problems. **Long Range Planning**, v. 51, n. 1, p. 9-21, 2018. (

Aula 08 - Gestão da Inovação Digital

Leitura Principal:

NAMBISAN, Satish *et al.* Digital innovation management: reinventing innovation management research in a digital world. **Mis Quarterly**, 1, v. 41, n. 1, , 2017

VAN ALSTYNE, Marshall W.; PARKER, Geoffrey G.; CHOUDARY, Sangeet Paul. Pipelines, platforms, and the new rules of strategy. **Harvard Business Review**, v. 94, n. 4, p. 54-62, 2016.

KOHLI, Rajiv; MELVILLE, Nigel P. Digital innovation: A review and synthesis. **Information Systems Journal**, v. 29, n. 1, p. 200-223, 2019.

Aula 09 - Inovação Social

Leitura Principal:

VOORBERG, William H.; BEKKERS, Viktor JJM; TUMMERS, Lars G. A systematic review of co-creation and co-production: embarking on the social innovation journey. **Public Management Review**, v. 17, n. 9, p. 1333-1357, 2015.

VAN DER HAVE, Robert P.; RUBALCABA, Luis. Social innovation research: An emerging area of innovation studies?. **Research Policy**, , v. 45, n. 9, p. 1923-1935, 2016.

SILVEIRA, Franciane Freitas; ZILBER, Silvia Novaes. Is social innovation about innovation? A bibliometric study identifying the main authors, citations and co-citations over 20 years. **International Journal of Entrepreneurship and Innovation Management**, v. 21, n. 6, p. 459-484, 2017.

Aula 10 – Startups

Leitura Principal:

BLANK, Steve. Why the lean start-up changes everything. **Harvard Business Review**, , v. 91, n. 5, p. 63-72, 2013.

WEIBLEN, Tobias; CHESBROUGH, Henry W. Engaging with startups to enhance corporate innovation. **California Management Review**, , v. 57, n. 2, p. 66-90, 2015.

ALDRICH, Howard E.; RUEF, Martin. Unicorns, gazelles, and other distractions on the way to understanding real entrepreneurship in the United States. **Academy of Management Perspectives**, v. 32, n. 4, p. 458-472, 2018.

Forma de Apuração dos Conceitos

Participação em aula, apresentação e discussão dos textos 30%

Avaliação Individual 40%

Instruções para leitura e discussão dos textos: A cada aula haverá textos relacionados ao tema. A leitura desses textos é obrigatória para todos os alunos, que serão convidados, no decorrer da aula, para apresentar uma apreciação crítica oral, articulando os diversos pontos de vista dos textos indicados. A cada aula serão designados alunos para preparar uma apresentação para os colegas sobre os respectivos textos da aula. A apresentação deverá estimular o questionamento, o esclarecimento de dúvidas e o debate de ideias. A apresentação deverá ser planejada de forma a ocupar entre 60 - 90 minutos.

Avaliação Final Individual – Avaliação escrita.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Empresa, Economia e Desenvolvimento – Turma 1**

Ano/Semestre: 2022/1

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112149

Professor: Manoel Gustavo Neubarth Trindade

EMENTA

Aspectos estruturantes do Direito de Empresa. A realidade jurídica das sociedades contempladas no Código Civil e na legislação esparsa empresarial, notadamente a Sociedade por Ações. O fenômeno da internacionalização de sociedades empresárias brasileiras: necessidade de posicionamento global, adequação jurídica da estrutura societária e padrões escriturais internacionais. A importância dos acordos de acionistas como meio de prevenir conflitos. A administração com base nas boas práticas de governança corporativa. Análise do direito societário à luz da legislação e jurisprudência de alguns Estados estrangeiros. Tratados aplicáveis às sociedades e a algumas de suas transações internacionais. Análise dos principais temas relacionados à clássica teoria geral do Direito Comercial, a partir da unificação do direito privado e das relações entre Direito e economia. Estudo das principais características dos tipos societários previstos no direito brasileiro, com ênfase nas sociedades limitadas e nas sociedades anônimas. Exame dos principais atos e operações societárias tais como fusões, aquisições, formação de joint ventures e de consórcios.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01: Abertura da disciplina. Introdução à Análise Econômica do Direito.

Texto inicial: SALAMA, Bruno M. O que é pesquisa em Direito e Economia? Cadernos DireitoGV nº 22, v. 5, n. 2, mar/2008.

Case: análise da MP 832/2018.

Aula 02: Princípios básicos (conceitos centrais).

Texto inicial: MANKIW, N. Gregory; HASTINGS, Allan Vidigal; PAES E LIMA, Elisete; PINTO, Manuel José Nunes. Introdução à economia. São Paulo: Cengage Learning, 2014. Capítulos I e II.

POSNER, Richard A. Guido Calabresi's 'The Costs of Accidents': A Reassessment. 64 Maryland Law Review 12, 2005.

Case: análise da MP 838/2018.

Aula 03: Modelos econômicos e *trade-off*.

Texto inicial: BERTSIMAS, Dimitris; FARIAS, Vivek F.; TRICHAKIS, Nikolaos. On the efficiency-Fairness Trade-off. Management Science, v. 58, n. 12, 2012.

Case: imposto sobre grandes fortunas.

Aula 04: Oferta e demanda. Falhas de mercado. Assimetria de informação. Monopólio natural. Externalidades e seleção adversa.

Texto inicial: COOTER, Robert. Law and Economics. Berkeley Law Books, 2016. Capítulo 2.

Aula 05: Teoria dos Jogos.

Texto inicial: PICKER, Randal C. An Introduction to Game Theory and the law. Coase-Sandor Institute for Law & Economics Working Paper n. 22, 1994.

Aula 06: Teoria dos Custos de Transação e Teoria da Firma.

Texto inicial: Coase, Ronald (1960), "The Problem of Social Cost", Journal of Law and Economics, The University of Chicago Press, Vol. 3 (Oct., 1960): 1–44. Em COASE, R. H. **The firm, the market and the law**. [S.l.]: The University of Chicago Press, 1990.

SZTAJN, R. Externalidades e custos de transação: a redistribuição de direitos no Novo Código Civil. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, São Paulo, v. 133, p. 7-31, 2004.

Coase, Ronald (1937). "The Nature of the Firm". Economica. Blackwell Publishing. 4 (16): 386–405.; Coase, Ronald (1960), "The Problem of Social Cost", Journal of Law and Economics, The University of Chicago Press, Vol. 3 (Oct., 1960): 1–44. Em COASE, R. H. **The firm, the market and the law**. [S.l.]: The University of Chicago Press, 1990.

Aula 07: Teoria econômica da propriedade

Texto inicial: COOTER, Robert. Law and Economics. Berkeley Law Books, 2016. Capítulo 4.

SZTAJN, R. Eficiência alocativa das normas que regem o direito de propriedade e a reforma agrária. Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro, São Paulo, v. 115, p. 7-32, 2000.

Aula 08: Teoria da Agência

Texto inicial: Armour, John and Hansmann, Henry and Kraakman, Reinier, Agency Problems, Legal Strategies, and Enforcement (July 20, 2009). Oxford Legal Studies Research Paper No. 21/2009; Yale Law, Economics & Public Policy Research Paper No. 388; Harvard Law and Economics Research Paper Series No. 644 ; ECGI - Law Working Paper No. 135/2009. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1436555>;

Armour, John and Hansmann, Henry and Kraakman, Reinier and Pargendler, Mariana, Foundations of Corporate Law (January 25, 2017). FGV Direito SP Research Paper Series No. 147; European Corporate Governance Institute (ECGI) - Law Working Paper No. 336/2017. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2906054> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2906054>

GARRUTHERS, Bruce G e HALLIDAY, Terence L. *Law, Economy and globalization: Max Weber and How international financial institutions understand law*. Disponível em: http://www.lexglobal.org/files/017_carruthers_halliday_law_economy_globalization_swedberg.pdf

Aula 9: Teoria Econômica do Contrato

Texto inicial: COOTER, Robert. Law and Economics. Berkeley Law Books, 2016. Capítulo 8.

Aula 10: Direito da Concorrência

Texto inicial: SZTAJN, R. Reorganização societária e concorrência. Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro, v. 148, p. 7-16, 2007.

SZTAJN, R; SALLES, M. P. A. . Regulação e concorrência no Sistema Financeiro. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, São Paulo, v. 123, p. 41-58, 2001.

AVALIAÇÃO

Participação em aula, participação nos seminários, fichas de leitura e prova com consulta e/ou artigo científico para publicação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVALLI, Cassio. **Empresa, direito e economia**. São Paulo: Saraiva, 2014.

COASE, R. H. **The firm, the market and the law**. [S. l.]: The University of Chicago Press, 1990.

COOTER, Robert D.; UELEN, Thomas. **Direito e economia**. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

EASTERBROOK, F. **The economic structure of corporate law**. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

KRAAKMAN, Reiner *et al.* **The anatomy of corporate law: a comparative and functional approach**. Oxford: Oxford University, 2000.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. **Análise econômica do direito**. São Paulo, Atlas, 2014.

NORTH, Douglass C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. [S. l.]: Instituto Liberal, 2002.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. **Direito, economia e mercados**. São Paulo: Campus, 2005.

SZTAJN, Rachel. **Teoria jurídica da empresa: atividade empresária e mercados.** São Paulo: Atlas, 2004.

SZTAJN, Rachel; ZYLBERSZTAJN, Decio; **Direito, economia e organizações.** [S. l.]: Campus, 2005.

YAZBEK, Otavio. **Regulação do mercado financeiro e de capitais.** 2. ed. [S. l.]: Elsevier, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Fernando. **Análise econômica do direito, programa e guia de estudo.** [S. l.]: Almedina, 2008.

ASCARELLI, Tullio. **Panorama do direito comercial.** São Paulo: Saraiva e Cia, 1947.

ASQUINI, Alberto. Perfis da empresa. **Revista de direito mercantil**, São Paulo, n. 104, p. 108-126, out./dez. 1996.

BAINBRIDGE, Stephen M. **Corporate governance after the financial crisis.** Oxford: Oxford University Press, 2013.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário.** 12. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

CRETILLA NETO, José. **Empresa transnacional e direito internacional: exame do tema à luz da globalização.** Rio de Janeiro: Forense, 2006.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa.** 3. ed. São Paulo: RT, 2010.

MENDONÇA, J. X. Carvalho de. **Tratado de direito comercial brasileiro.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1945. v. 1.

POLINSKY, A. Mitchell. **An introduction to law and economics.** 3rd ed. New York: Aspen Publishers, 2003.

POSNER, Richard A. **Economic analysis of law: aspen law.** 8th ed. [S. l.]: Wolters Kluwer, 2005.

POSNER, Richard A. **How judges think.** [S. l.]: Harvard University Press, 2008.

SHAVELL, Steven. **Economic analysis of law.** [S. l.]: Foundation Press, 2004.

SHAVELL, Steven. **Foundations of economic analysis of law.** [S. l.]: Harvard University Press, 2004.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. **Curso de direito comercial.** São Paulo: Malheiros, 2004. v. 1.

VIVANTE, Cesare. **Trattato di diritto commerciale.** 5. ed. Milano: Dottor Francesco Vallardi, 1934. v. 1.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Inovação e Marcos Regulatórios Fiscais

Ano/Semestre: 2022/1

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112160

Professor: Marciano Buffon e Silvio Bitencourt da Silva

EMENTA

A disciplina terá por temática a tributação e sua relação com áreas de inovação tecnológica e novos setores da Economia. Temas como tributação ambiental, comércio eletrônico, downloads e nuvens, Extrafiscalidade e benefícios fiscais serão estudados à luz da teoria jurídica e da Análise Econômica do Direito.

PLANO DE ENSINO

Aula 01: Inovação e Marcos Regulatórios Fiscais

Aula 02: Incentivos fiscais e extrafiscalidade

Aula 03: Políticas de Inovação

Aula 04: Conceitos e reflexões sobre inovação

Aula 05: Política de Ciência, Tecnologia e Inovação

Aula 06: O Sistema de Inovação Brasileiro: uma proposta orientada por missões

Aula 07: Apoio Financeiro Indireto: Incentivos Fiscais

Aula 08: Apoio Financeiro Indireto: Incentivos Fiscais

Aula 09: Apoio Financeiro Indireto: Investimento Obrigatório

Aula 10: Apoio Financeiro Direto: Fomento a inovação no Brasil

Forma de Apuração dos Conceitos

Participação em Aula 50%

Apresentação e Discussão dos Textos 50

Instruções para leitura, apresentação e discussão dos textos: A cada aula haverá textos referências legais e/ou normativas relacionadas ao tema. A leitura desses textos e referências é obrigatória para todos os alunos, que serão convidados, no decorrer da aula, para apresentar uma apreciação crítica oral, articulando os diversos pontos de vista dos textos e referências indicadas. A cada aula serão designados alunos para preparar uma apresentação para os colegas sobre os respectivos textos e/ou referências da aula. A apresentação deverá estimular o questionamento, o esclarecimento de dúvidas e o debate de ideias. A apresentação deverá ser planejada de forma a ocupar entre 45 - 60 minutos.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Metodologia para a Análise e Resolução de Casos – Turma 1**

Ano/Semestre: 2020/1

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112152

Professor: Dr. Wilson Engelmann

EMENTA

Paradigmas de Pesquisa em Direito; Projetos de Pesquisa (Estrutura, processo de desenvolvimento e critérios de qualidade); Métodos de Pesquisa: A pesquisa experimental, a pesquisa Survey, o Estudo de Caso, a Pesquisa-Ação, a Etnografia, Legal analysis and writing: how to read and brief a case and how to draft a memorandum (a experiência americana); Técnicas de coleta de dados; Técnicas de análise de dados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Pesquisa jurídica e suas características aplicadas ao Mestrado Profissional; etapas da construção de projeto de pesquisa; modelos e estruturas de Trabalho de Conclusão; metodologia da pesquisa jurídica, com ênfase na pesquisa empírica; estruturação e escrita de textos a partir da experiência jurídica americana.

AVALIAÇÃO

Participação qualificada nas aulas; apresentação de seminário e entrega de relatório de leituras e a elaboração do Projeto de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. **Pesquisa empírica em direito: as regras de inferência**. Tradução de Fábio Morosini. São Paulo: Direito GV, 2013.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

NUNES, Dierle; DUARTE, Fernanda Amaral. Jurimetria e tecnologia: diálogos essenciais com o direito processual. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 299, p. 407-450, jan. 2020.

PARGENDLER, Marlana; SALAMA, Bruno Meyerhof. Direito e consequência no Brasil: em busca de um discurso sobre o método. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 262, p. 95-144, jan./abr. 2013.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos**: métodos para análise de entrevistas, textos e interações. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

WELLFORD, Robin S. **Legal analysis and writing**. [S. l.]: Lexis-Nexis Electronic Authors, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABERNATHY, Charles F. **Law in the United States**. New York: Thomson West, 2006. (American Casebook Series).

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de aula invertida**: uma metodologia ativa de aprendizagem. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BOOTH, Wayne C. *et al.* **The craft of research**. Fourth edition. Chicago: The University of Chicago Press, 2016.

BROWN, Tim. **Design thinking**: uma metodologia ponderosa para decretar o fim das velhas ideias. Tradução de Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CRESWELL, J. W. **Research design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. Thousand Oaks: Sage Publication, 2003.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 64-89.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, María del Pilar. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

HOECKE, Mark Van. **Methodologies of legal research**: which kind of method for what kind of discipline? Oxford: Hart Publishing, 2013.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da pesquisa jurídica**: técnicas de investigação, argumentação e redação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 14. ed. Tradução de Maria D. Alexandre; Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SACHS, Stephen E. Finding Law. **Califórnia law review**, Califórnia, v. 107, p. 527-582, 2019.

SCHWAB, D. P. A model of empirical research. *In*: SCHWAB, D. P. **Research methods for organizational studies**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1999. p. 13-28.

SIEMS, Mathias M.; SÍTHIGH, Daithí Mac. Mapping Legal Research. **The Cambridge Law Journal** v. 71, p. 651-676, 2012.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZABALA, Filipe Jaeger; SILVEIRA, Fabiano Feijó. Jurimetria: estatística aplicada ao Direito. **Revista Direito e Liberdade – RDL – ESMARN**, , v. 16, n. 1, p. 87-103, jan./abr. 2014.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Gestão Jurídica e de Contencioso para o Advogado Internacional**

Ano/Semestre: 2022/1

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112163

Professor: Dr. Éderson Garin Porto

EMENTA

A formação multidisciplinar e internacional do ponto de vista administrativo, legal e estratégico necessário para o advogado exercer a liderança na gestão jurídica e de contencioso no âmbito de empresas e escritórios com atuação no mercado internacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01: Apresentação da disciplina. Discussão sobre a temática e avaliação. Preparando-se para o futuro!

Texto base: POLL, Edward. **The business of law. Planning and operating for survival and growth.** 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 319-336.

Aula 02: Primeira parte: Advocacia é um negócio?

Segunda parte: Law Firm economics 101

Texto base: POLL, Edward. **The business of law. Planning and operating for survival and growth.** 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 3-11.

DODDS, Stuart J. T. **Smarter pricing, smater profit. A guide for the law firm of the future.** Chicago: Aba publishing, 2014, p. 11-26.

Aula 03: Primeira parte: Financial Management

Segunda parte: Smarter Princing, Smarter Profit

Texto base: POLL, Edward. **The business of law. Planning and operating for survival and growth.** 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 137-153.

DODDS, Stuart J. T. **Smarter pricing, smater profit. A guide for the law firm of the future.** Chicago: Aba publishing, 2014, p. 11-27.

Aula 04: Primeira parte: Gestão do Tempo

Segunda parte: Risk Management

Texto base: JARMON, Amy L. **Time and workplace management for lawyers.** Chicago: Aba publishing, 2013, p. 23-56.

POLL, Edward. **The business of law. Planning and operating for survival and growth.** 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 219-226.

Aula 05: The Power of Legal Project Management

Texto base: LAMBRETH, Susan Raridon e RUEFF JR., David A. **The Power of Legal Project Management.** Chicago: Aba publishing, 2014.

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros com apresentação oral e entrega de um plano de apresentação com indicações bibliográficas (50% da nota final); 2. entrega do trabalho final, consistente na elaboração de um projeto aplicado (50% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DODDS, Stuart J. T. **Smarter pricing, smater profit. A guide for the law firm of the future.** Chicago: Aba publishing, 2014.

LAMBRETH, Susan Raridon; RUEFF JR., David A. **The power of legal project management.** Chicago: Aba publishing, 2014.

POLL, Edward. **The business of law. Planning and operating for survival and growth.** 3. ed. Chicago: Aba publishing, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHAM, Marcus. **Manual de auditoria jurídica: legal due diligence: uma visão multidisciplinar no direito empresarial brasileiro.** Rio de Janeiro: Quartier Latin. 2007.

BALAS, Aron *et al.* The divergence of legal procedures. Working Paper. **National Bureau of Economic research**, Cambridge, Mass, n. 13809, 2008. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w13809.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

BANCO MUNDIAL. **Fazendo com que a justiça conte**: medindo e aprimorando o desempenho do judiciário no Brasil. Relatório n. 32789-BR. Brasília: Banco Mundial, 2004. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1186404259243/29Justica.pdf>.

KOBAIASHI, Bruce H; PARKER, Jeffrey S. Civil procedure: general economic analysis. *In*: BOUCKAERT, Boudewijn; DE GEEST, Gerrit. (ed.) **Encyclopedia of law and economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2000. v. 1. p. 65-117. Disponível em: <http://encyclo.findlaw.com/7000book.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

KRIEGER, Stefan H. E; NEUMANN Jr, Richard K. **Essential lawyering skills. Interviewing, counseling, negotiation, and persuasive fact analysis**. 4 ed. Nova York: Wolters Kluwer, 2011.

KRITZER, Herbert M. Lawyers fees and lawyer behavior on litigation: what does the empirical literature really say? **Texas Law Review**, Austin, vol. 80, p. 1943-1983, jun. 2002. Disponível em: http://users.polisci.wisc.edu/kritzer/research/law_misc/TexasLR-2002.pdf.

LAMBRETH, Susan Raridon; RUEFF JR., David A. **The power of legal project management**. Chicago: Aba publishing, 2014.

LAVELLE, Kerry M. **The business guide to law. Creating and operating a successful law firm**. Chicago: Aba publishing, 2015.

LEITE, Leonardo Barém. **Gestão estratégica do departamento jurídico moderno**. Curitiba: Juruá. 2010.

MACEDÔNIA, Alexandre. **Planejamento e gestão para escritórios de advocacia**. São Paulo: Magister, 2011.

MELCHER, Michael F. **The creative lawyer. A practical guide to authentic professional satisfaction**. Chicago: Aba publishing, 2007.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PARNELL, David J. **The failing law firm. Symptoms and remedies**. Chicago: Aba publishing, 2014.

PATRICIO, Miguel Carlos Teixeira. **Análise econômica da litigância**. Lisboa: Almedina, 2005.

POLL, Edward. **The business of law. Planning and operating for survival and growth**. 3. ed. Chicago: Aba publishing, 2014.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Desenvolvimento Econômico e Mercado de Trabalho**

Ano/Semestre: 2022/1

Nível: Mestrado

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121805

Professor: Manoel Gustavo Neubarth Trindade

EMENTA

Introdução e análise da abordagem de Análise Econômica do Direito, com ênfase no estudo da Microeconomia e Macroeconomia aplicadas ao estudo do fenômeno jurídico. Exame das principais vertentes de Análise Econômica do Direito que possuem proximidade com o Direito e, especialmente, com o Direito do Trabalho, tais como Análise Econômica do Direito Empresarial, Análise Econômica do Direito Contratual e Análise Econômica do Direito da Regulação e Concorrencial. Estudo da economia organizacional sob a ótica dos custos de transação e da teoria da agência. Construção dos conhecimentos sobre economia da cooperação. Aplicação da teoria dos jogos nas relações empresariais com vistas a formar no aluno uma visão sobre a nova economia institucional e os custos do descumprimento contratual nas relações de trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Análise Econômica do Direito e sua aplicação ao Direito do Trabalho. Economia Organizacional e Custos de Transação. O Mercado de Trabalho Brasileiro. Análise de Dados Estatísticos. Desalentados. Custo do Descumprimento do Contrato de Trabalho.

OBJETIVOS

- a) Entender os mecanismos de tomada de decisão, aplicando o conhecimento da Microeconomia;
- b) Usar a Microeconomia como ferramenta fundamental para entendimento e previsão de comportamentos e estratégias, problematizando-a como questão basilar da realidade empresarial;

c) Desenvolver um amplo conhecimento do campo econômico, com uma visão característica do ambiente microeconômico.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COOTER, Robert Dandridge; SCHÄFER. O Nó de Salomão: como o Direito pode erradicar a pobreza no mundo. Tradução de Magnum Eltez. Curitiba: Editora CRV, 2017.

FREITAS, Rafael Veras de; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FREIGELSON, Bruno (Coord.). Regulação e novas tecnologias. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

GORGA, E. Direito societário atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MACKAAY, Ejan; ROSSEAU, Stéphane. Análise Econômica do Direito. 2. ed. Tradução de Rachel Sztajn. São Paulo: Atlas, 2015.

PIMENTA, Eduardo Goulart. Direito Societário. Porto Alegre: Editora Fi, 2107.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. São Paulo: Prentice-Hall, 2016.

TIMM, Luciano Benetti Timm (Org.). Direito e Economia no Brasil. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

VARIAN, Hal R. Microeconomia: princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTONELLO, Claudia S. A metamorfose da aprendizagem organizacional. In: RUAS, R.; ANTONELLO, C. S.; BOFF, L. H. (Org.). Os novos horizontes da gestão: aprendizagem organizacional e competências. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ARAÚJO, C. L. Resenha: - Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do avestruz. Revista Economia & Gestão, v. 4, n. 7, p. 143-145, 2004.

BARBOSA, Eliana. O Enigma da bota: enfrentando a sucessão empresarial com equilíbrio e sabedoria. São Paulo: Novo Século Editora, 2007.

GONÇALVES, C. A; GONÇALVES FILHO, C; REIS, M. T. Estratégia Empresarial: o desafio nas organizações. São Paulo: Saraiva, 2006.

MACKAAY, Ejan; ROSSEAU, Stéphane. Análise Econômica do Direito. 2. ed. Tradução de Rachel Sztajn. São Paulo: Atlas, 2015.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. São Paulo: Prentice-Hall, 2016.

VARIAN, Hal R. Microeconomia: princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Direito da Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia**

Ano/Semestre: 2022/1

Carga horária: 45 horas/aula

Créditos: 3 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112153

Professores: André Rafael Weyermüller e Cristiano Colombo

EMENTA

Estudo da proteção jurídica às criações intelectuais. Análise da importância cultural, social e econômica do sistema de proteção à propriedade intelectual através dos seus dois grandes ramos: direito autoral e propriedade industrial. Direito do autor e direitos conexos. Marcas e Patentes: modalidades, registro, duração, licenças e violações. Concorrência desleal. Abuso do poder econômico. Formas de proteção de tecnologias não sujeitas a patentes, topografia de circuitos integrados e cultivares. Transferência de Tecnologia. Exame da transferência de tecnologia como modalidade contratual de exercício da atividade empresarial, possibilitando a disseminação da informação tecnológica e do conhecimento entre empresas no ambiente jurídico interno e externo e capacitando para compreender e operacionalizar tal mecanismo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula	Conteúdo
1ª Aula	INTRODUÇÃO À PROPRIEDADE INTELECTUAL. Origem, fontes e princípios.
2ª Aula	PATENTES E TRADE SECRET. Formas de proteção das invenções. Espécies. Requisitos. Bancos de patentes.
3ª Aula	DESENHO INDUSTRIAL. Aplicação. Sistema de livre concessão. Requisitos. Nulidade e extinção. Distinção com marca tridimensional.
4ª Aula	MARCAS. Espécies. Princípios e requisitos. Marcas notoriamente conhecidas e de alto renome. Nulidade e extinção.

5ª Aula	NOVAS TECNOLOGIAS E SEUS IMPACTOS NA PROPRIEDADE INTELECTUAL. Contexto mundial. Ordenamento Jurídico Brasileiro. Marco Civil da Internet. Lei Geral de Proteção de Dados. Fair Use.
6ª Aula	SOFTWARE. Lei 9.609 de 1998. Propriedade Intelectual do Programa do Computador. Registro. Governança Algorítmica. Contratos. Direitos e relação de emprego. Casos de aplicação ao software da Lei 9.279 de 1996.
7ª Aula	DIREITOS AUTORAIS. Direitos de autor e conexos. Princípios, natureza jurídica, direitos morais e materiais, domínio público, plágio. Gestão Coletiva.
8ª Aula	OUTRAS FORMAS DE PROTEÇÃO Indicações geográficas: Denominação de Origem e Indicação de Procedência. Biodiversidade e Cultivares.
9ª Aula	PLATAFORMAS DIGITAIS E DIREITOS AUTORAIS. Modelo de negócio. Streaming. Direitos Autorais no Mercado Único Digital. Direitos patrimoniais.
10ª Aula	CULTURA LIVRE. LICENÇAS CRIATIVE COMMONS.
11ª Aula	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PROPRIEDADE INTELECTUAL. Conceito de autoria. Disposições sobre Direito Civil e União Europeia.
12ª Aula	CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA. Cessão. Licença. SAT. Fornecimento de Tecnologia. Franquia.
13ª Aula	DIREITOS AUTORAIS E PARTICULARIDADES NO MUNDO DIGITAL. Memes. Fandom. Estudos de caso.
14ª Aula	SEMINÁRIOS
15ª Aula	SEMINÁRIOS

AVALIAÇÃO

Participação nas atividades práticas (visitas técnicas e propostas em aula) = 20%

Seminários vinculados aos temas do Conteúdo Programático = 40%

Artigo envolvendo tema abordado ao longo da disciplina = 40%

METODOLOGIA

1. Nas aulas especificadas no cronograma um(a) mestrando(a) será responsável pela apresentação do tema proposto, utilizando-se a Metodologia de Seminário.
2. A preparação do tema deverá observar a bibliografia sugerida e disponível no ambiente Moodle, a fim de possibilitar o aprofundamento do tema.
3. Os demais mestrandos deverão ler o texto indicado previamente pelo professor para cada tema de aula conforme o cronograma.
4. Os alunos deverão, ao final do semestre, apresentar um dos temas trabalhados em aula em forma de seminário/aula, utilizando-se das indicações de bibliografia e jurisprudência.
5. Cada mestrando desenvolverá, sob forma de artigo científico, realizar o estudo aprofundado sobre um dos temas discutidos ao longo da disciplina, o qual deverá ter um mínimo de 10 páginas e seguir as normas da ABNT.
6. Para fins de avaliação serão considerados, ainda, a assiduidade, qualidade da apresentação do Seminário, participação nos Seminários dos colegas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Obs.: Textos estão disponibilizados no ambiente Moodle para utilização nos seminários e nos artigos finais. Além desses textos que serão trabalhados em aula, sugere-se a bibliografia que segue:

BARBOSA, Denis Borges. **Uma introdução à propriedade intelectual**. [S.l.]: Lumen Juris, 2003. Disponível em: <<http://www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/livros/umaintro2.pdf>>.

CARBONI, Guilherme. **Direito Autoral e Autoria Colaborativa: na Economia da Informação em Rede**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

CORREA, CARLOS. **Propriedade Intelectual e Saúde Pública**. Tradução de Fabíola Wüst Zibetti. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

DRAHOS, Peter. **A Philosophy of Intellectual Property**. Great Britain: Ashgate, 1996.

LESSIG, Lawrence. **Cultura livre: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para barrar a criação cultural e controlar a criatividade**. Tradução de Fábio Emilio Costa. [S.l.]: Quilombo Digital, 2007. Disponível em: <http://softwarelivre.org/articles/0018/5102/Lawrence_Lessig_-_Cultura_Livre.pdf>

RIFKIN, Jeremy. **Sociedade com custo marginal zero: a internet das coisas, os bens comuns colaborativos e o eclipse do capitalismo**. Tradução de Mônica Rosemberg. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2016.

SÁDABA, Igor. DOMÍNGUEZ, Mario. ROWAN, Jaron. MARTÍNEZ, Rubén. ZEMOS98.

La tragedia del copyright: bien común, propiedad intelectual y crisis de la industria cultural. Barcelona: Virus Editorial, 2013.

LANDES, William M. POSNER, Richard A. **The Economic Structure of Intellectual Property Law**. Cambridge, Massachusetts, London: Belknap, 2003.

WACHOWICZ, Marcos (Coord.). **Direito Autoral & Economia Criativa**. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2015. (Org.). **Estudos de Propriedade Intelectual**. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANCO, Sérgio. **O domínio público no direito autoral brasileiro**— uma obra em domínio público. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

BOYLE, James. **The Public Domain: enclosing the Commons of the Mind**. USA: Caravan Book, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6ed. Tradução de Ronei de Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1. (A era da informação: economia, sociedade e cultural)

CASTRO, Oona. MIZUKAMI, Pedro (Orgs.). **Brasil Pirata, Brasil Original**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2013.

DRAHOS, Peter. BRAITHWAITE, John. **Information Feudalism: who owns the knowledge economy?** New York, London: The New Press, 2002.

HELFRICH, Silke (Comp.). **Genes, Bytes y Emisiones: Bienes Comunes y Ciudadanía**. México: Fundación Heinrich Böll, 2008.

LESSIG, Lawrence. **Remix**. USA: Penguin-Press, 2008.

PENROSE, Edith. **La Economía del Sistema Internacional de Patentes**. Mexico, Siglo Veinti uno, 1974.

PRONER, Carol. **Propriedade Intelectual: uma outra ordem jurídica possível**. São Paulo: Cortez, 2007.

RAFFO, Julio. **Derecho autoral: hacia un nuevo paradigma**. Buenos Aires: Marcial Pons Argentina, 2011.

SANTOS, Manoel J. Pereira dos (Coord.). **Direito de Autor e Direitos Fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2011.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Tradução de Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SMIERS, Joost. SCHIJNDEL, Mariekevan. **Imagine... No copyright: por un mundo nuevo de libertad creativa**. Traducción de Roc Filel la Escolà. Barcelona: Editorial Gedisa S.A., 2008.

VILLARES, Fábio (Org). **Propriedade intelectual: tensões entre o capital e a sociedade**. Paz e Terra: São Paulo, 2007.

WACHOWICZ, Marcos. **Direito Autoral e Marco Civil da Internet**. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2015.

Links importantes de Revistas para pesquisa de artigos atuais na área:

RevistaPIDCC– Revista de Propriedade Intelectual, Direito Contemporâneo e

Constituição <http://www.pidcc.com.br/br/>

1. Revista do IBPI-Revista Eletrônica do Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual
<http://www.ibpi.org.br/>
2. RevistadaABPI– Revista da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual-
<http://www.abpi.org.br/biblioteca1.asp?ativo=True&linguagem=Portugu%EAs&secao=Biblioteca&subsecao=Revista%20da%20ABPI>
3. EJL-European Journal of Law and Technology- <http://ejlt.org/index>
4. IIC-International Review of Intellectual Property and Competition Law-
<http://link.springer.com/journal/40319>
5. Review of Intellectual Property Law- <http://ripl.jmls.edu/>

Links de sites para consulta:

1. Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial/UFPR-GEDAI- <http://www.gedai.com.br/>
2. Instituto Nacional de Propriedade Industrial–INPI - <http://www.inpi.gov.br/>
3. World Intellectual Property Organization– WIPO - <http://www.wipo.int/portal/en/index.html>
4. World Trade Organization– WTO/TRIPS
https://www.wto.org/english/tratop_e/trips_e/trips_e.htm
5. United States Patent and Trademark Office– USPTO - <http://www.uspto.gov/>
6. European Patent Office - <https://www.epo.org/index.html>
7. University of Alicante Intellectual Property &Information Technology–UAIPi-
<http://www.uaipit.com/es/>

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Direito Tributário e Tributação**

Ano/Semestre: 2022/1

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121797

Professor: Éderson Garin Porto

EMENTA

Análise da estrutura do sistema tributário brasileiro, no que se refere aos princípios que delinham a tributação, os principais diplomas infraconstitucionais e os tributos propriamente ditos que impactam a atividade privada. Aspectos importantes que afetam a tomada de decisão do contribuinte, como carga tributária, custos de transação e de conformidade com a legislação tributária e planejamento tributário. Os impactos e consequências das normas de tributação internacional e de tributação sobre o comércio exterior na atividade privada. A economia encaminha-se para uma globalização cada vez maior, e as normas tributárias que afetam importação e exportação de bens e serviços, assim como a renda internacional de empresas, no que se referem as suas controladas e coligadas em diversas jurisdições, passam a ter importância crucial na tomada de decisão das empresas brasileiras. Tributos sobre importação e exportação, tratados internacionais e preços de transferência, dentre outros.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1) AULA:** Introdução à tributação. Por que e para quê existem tributos; princípios constitucionais, trade-offs entre justiça, igualdade e neutralidade; Tributação Ótima; Liberdade Econômica, Direitos sociais e tributação; Segurança Jurídica e Cálculo Econômico; Texto e Norma, Princípios e Regras, Comunicação e Interpretação. - Aula Expositiva
- 2) AULA:** Análise Econômica da Tributação. Tributação sobre bases econômicas, Escolha Racional, Teoria dos Jogos. aula expositiva.
- 3) AULA:** Direito Tributário Internacional: limites territoriais da lei. Fontes do Direito Tributário Internacional. Normas internacionais e relação com a legislação interna. Elementos de Conexão. Tratados Internacionais em matéria tributária. Tributação sobre Controladas e Coligadas no Exterior. Incentivos Fiscais. Trusts e Planejamento Tributário; BEPS (Base Erosion Profit Shifting).

- 4) **AULA:** Extrafiscalidade. Planejamento Tributário e Propósito Negocial; Infrações e Sanções Tributárias; Tax Morality; Tributação da economia digital.
- 5) **AULA:** Estudo de caso: Caso Neymar – Acórdão 2402-005.703, Processo nº 15983.720065/2015-11, j. 15/03/2017
- 6) **AULA:** Estudo de caso: Caso Apple – European Commission (2016a), Final Commission Decision of 30.8.2016 on State Aid SA 38373 (2014C), implemented by Ireland to Apple, 30.8.2016C (2016), 5605.
- 7) **AULA:** Estudo de caso: ADI 2588, Relatora: Min. ELLEN GRACIE, Relator p/ Acórdão: Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 10/04/2013, DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014 EMENT VOL-02719-01 PP-00001.
- 8) **AULA:** Estudo de caso: ADI 4481, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 11/03/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-092 DIVULG 18-05-2015 PUBLIC 19-05-2015
- 9) **AULA:** Estudo de caso: preço de transferência Acórdão 1402-002.760 CARF
- 10) **AULA:** Estudo de caso: RE 550769, Relator: Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 22/05/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-066 DIVULG 02-04-2014 PUBLIC 03-04-2014).

AVALIAÇÃO

Com exceção das cinco primeiras aulas expositivas, ministradas pelo Professor, todas as demais serão com apresentação de seminários pelos alunos, cobrindo todos os textos e estudos dos casos sugeridos, através de exposições e debates com a turma. A forma de avaliação será pela apresentação de seminários e entrega de paper sobre o tema estudado pelo mestrando no prazo de 30 dias após a conclusão da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AVI-YONAH, Reuve. Tax convergence and globalization. Tradução de João Henrique Algarve; Cristiano Carvalho. **Revista Tributária das Américas**, [S.l.], v. 1, p. 140-146, 2010.
- CALIENDO, Paulo. Tributação de coligadas e controladas no exterior. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 271-297.
- CARVALHO, Cristiano. **Teoria da decisão tributária**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CARVALHO, Paulo de Barros; MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Guerra fiscal: reflexões sobre a concessão de benefícios no âmbito do ICMS**. São Paulo: Noeses, 2012.
- CHRISTIANS, Allison. Avoidance, Evasion, and Taxpayer Morality. **Washington University Journal of Law & Policy**, [S.l.], v. 44, p. 2-17, 2014.

DUFF, David. Elisão Fiscal no Século XXI. **Revista Tributária das Américas**, [S.l.], v. 5, p. 191-227, 2012.

KAPLOW, Louis; SHAVELL, Steven. Rules versus standards: an economic analysis. **Duke Law Journal**, [S.l.], v. 42, n. 3, p. 557-629, 1992.

NASCIMENTO, Octavio Bulcão. Royalties na mineração e o caos federativo. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**, São Paulo: Elsevier, 2015. p. 123-135.

SILVA, Eivany Antônio da. O Imposto de Renda e os Lucros e Rendimentos Auferidos no Exterior. In: ROCHA, Valdir de Oliveira (Coord.). **Grandes questões atuais do direito tributário**. São Paulo: Dialética, 2002.

ROSENBLATT, Paulo. **General anti-avoidance rules for major developing countries**. Walter Kluwer, 2016.

UTAMI, Ana Paula et al. Observatório do Carf: planejamento tributário. **JOTA – Notícias Jurídicas que fazem a diferença**, São Paulo, 27 mar 2016. Disponível em: <<http://jota.uol.com.br/observatorio-carf-planejamento-tributario>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

VASCONCELOS, Breno Ferreira Martins et al. Observatório do Carf: tributação de lucros de coligadas e controladas no exterior. **JOTA – Notícias Jurídicas que fazem a diferença**, São Paulo, 3 abr. 2016. Disponível em: <<http://jota.uol.com.br/observatorio-carf-tributacao-de-lucros-de-coligadas-e-controladas-no-exterior>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

YACOLCA ESTARES, Daniel. Agenda pendiente em America Latina para incorporar la tributacion ambiental. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 71-92.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARRETO, Paulo Ayres. Algumas reflexões sobre o “propósito negocial” no direito tributário brasileiro. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 199-210.

BOMFIM, Diego. Proposta teórica de identificação de normas extrafiscais. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 51-69.

CAMPOS, Fabricio Costa Resende de. Um modelo financeiro para determinação de evasão fiscal o Brasil no âmbito federa. **Revista Tributária das Américas**, [S.l.], v. 10, p. 39-57, 2014.

CARVALHO, Lucas de Lima. Le coup de Berger: a critique of the contribution of emerging economies to the OECD BEPS action plan. **Revista Tributária das Américas**, [S.l.], v. 10, p. 237-248, 2014.

COÊLHO, Carolina Reis Jatobá. Sigilo bancário e governança global: a incorporação do FATCA (Foreign Account Tax Compliance Act) no ordenamento jurídico brasileiro diante do impacto regulatório internacional. **Revista da Receita Federal: Estudos tributários e aduaneiros**, v. 1, n. 2, 2015. p. 86. Disponível em:

<<http://www.revistadareceitafederal.receita.fazenda.gov.br/index.php/revistadareceitafederal/article/view/152/29>>. Acesso em: 01 junho 2017.

DEFFENTI, Fabiano; CARVALHO, Cristiano. Trusts e planejamento tributário. **Revista Tributária das Américas**, [S.l.], v. 1, p.147-165, 2010.

DIZDAREVIC, Melissa A. The FATCA provisions of the hire act: boldly going where no withholding has gone before. **Fordham Law Review**. Ver. 2967, 2011. Disponível em: <<http://ir.lawnet.fordham.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4728&context=flr>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

ELALI, André. **Incentivos fiscais, neutralidade da tributação e desenvolvimento econômico: a questão da redução das desigualdades regionais e sociais**. [S.l.]: [s.n], 2007.

FRANCA FILHO, Marcílio Toscano. Princípios da tributação internacional sobre a renda. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v. 35, n. 137, p. 83-90, 1998. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/334/r137-08.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 3 out. 2017.

LAFFER, Arthur. **Achieving public policy goals via tobacco taxation in Indonesia**. [S.l.]: The LAFFER Institute, 2014.

TÔRRES, Heleno. **Direito Tributário Internacional**. Planejamento tributário e operações transnacionais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

TORRES, Heleno. Interpretação das convenções para evitar a dupla tributação e prestação de serviços. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p.230-253.

UTUMI, Ana Cláudia. Planejamento tributário. Qual o futuro. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 171-198.

XAVIER, Alberto. **Direito tributário internacional do Brasil: tributação das operações internacionais**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Estratégias para a Internacionalização das Empresas**

Semestre: 2022/1

Carga horária: 30 - Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112168

Professor: Ivan Lapuente Garrido

EMENTA

Internacionalização de empresas, considerando as diferentes correntes teóricas e suas implicações para o contexto brasileiro. Ambiente internacional de negócios, analisando criticamente as variáveis externas à empresa que interferem nas decisões de internacionalização. Estratégias de entrada em mercados externos, possibilidades de inserção competitiva de produtos, serviços e organizações no exterior, instrumentalizando gestores para o desenvolvimento de planos de internacionalização sustentáveis.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A disciplina é dividida em cinco diferentes módulos:

- **Módulo I:** Teorias em Negócios Internacionais – Conhecimento das principais correntes teóricas que estudam a internacionalização de empresas (Corrente Econômica e Comportamental)
- **Módulo II:** Estratégias de Entrada em Mercados Externo – estudar as principais formas de atuação das organizações em mercados internacionais, focando nas necessidades e consequências à organização com base nas diferentes formas de atuação internacional das empresas.
- **Módulo III:** O Brasil no Comércio Exterior – conhecer o histórico brasileiro no mercado internacional.
- **Módulo IV:** o Ambiente Institucional Internacional – conhecer as influências institucionais formais e informais no ambiente internacional de negócios.
- **Módulo V:** Estudo de Caso

AVALIAÇÃO

A avaliação se dará com base em três critérios e pesos:

- Participação em sala de aula (avaliada pela frequência e envolvimento com as atividades), correspondendo a 1/3 da nota final.
- Estudo de Caso (1/3 da nota final)
- Trabalho final (apresentado nas últimas aulas) – 1/3 da nota final

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Dunning, John L.; LUNDAN, Sarianna M. **Multinational enterprises and the global economy**. 2nd ed. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2008.

PENG, Mike W. *Estratégia global*. [S.l.]: Cengage CTP, 2008

ROOT, F. R. **Entry strategies for international markets**. New York: Lexington, 1998.

RUGMAN, Alan M., **The oxford handbook of international business**. USA: Oxford University Press, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CATEORA, P. R.; GRAHAM, JOHN L. **Marketing internacional**. São Paulo: LTC, 2001.

DUNNING, J. H. The eclectic paradigm of international production: a restatement and some possible extensions. **Journal of international Business Studies**, Richmond, v. 19, n. 1, p. 1-31, Mar. 1988.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J. The mechanisms of internationalization. **International Marketing Review**, Bingley, v. 7, n. 4, p. 11-24, 1990.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J. The uppsala internationalization process model revisited: from liability of foreignness to liability of outsidership. **Journal of International Business Studies**, [S.l.], v. 40, n. 9, p. 1411–1431. 2009.

OSLAND, G. E.; TAYLOR, C. R.; ZOU, S. Selecting international modes of entry and expansion. **Marketing Intelligence & Planning**, Bingley, v. 19, n. 3, p. 153-161, 2001.

PENG, Mike W. *Estratégia global*. [S.l.]: Thomson, 2008.

PENG, Mike W. **Global business**. [S.l.]: South-Western Cengage Learning, 2011.

SHARMA, V. M.; ERRAMILLI, M. K. Resource-based explanation of entry mode choice. **Journal of Marketing Theory and Practice**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 1, 2004.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Gerenciamento de Risco Empresarial**

Semestre: 2022/1

Carga horária: 15 - Créditos: 1

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112158

Professor: André Rafael Weyermüller

EMENTA

Sociedade e Risco. Sistemas sociais e gerenciamento de risco. Análise, avaliação e gestão dos riscos. Risco ambiental. Regulação de Riscos. O papel dos tribunais na Regulação dos riscos. Gerenciamento dos riscos ambientais. Modelos e instrumentos para gerenciamento de riscos. Princípios orientadores para a gestão jurídica de riscos. Elementos para a gestão jurisdicional do risco: probabilidade e magnitude. Riscos catastróficos. Pandemia e o risco. Direito e desastres.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Contexto jurídico do risco;
- Sociedade de Risco e Sistemas sociais;
- Princípios orientadores para a gestão jurídica de perigos e riscos ambientais: Prevenção e precaução;
- Análise, avaliação e gestão dos riscos de atividades perigosas: Consequências jurídicas;
- Governança dos Riscos;
- Regulação de Riscos ambientais e do consumidor para o empreendedor;
- O papel dos Tribunais na Regulação dos riscos;
- Modelos e instrumentos para gerenciamento de riscos;
- Adaptação a novos cenários;
- Elementos para a gestão jurisdicional do risco: probabilidade e magnitude;
- Empresas de criatividade e tecnologia e o risco;

- Oportunidades no risco e avaliação sistêmica.

AVALIAÇÃO

A avaliação consistirá em Seminários sobre os temas das aulas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DAMODARAN, Aswath. **Gestão estratégica do risco**: uma referência para a tomada de riscos empresariais. Tradução de Félix Nonnenmacher. Porto Alegre: Bookman, 2009.

DUARTE, Márcia de Freitas; SILVA, André Luis. A experimentação do risco na carreira criativa. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, Campo largo, v. 12, n. 2, p. 156-172, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicosibepes.org.br/ojs/index.php/recadm/article/view/1517/709>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

FISHER, Elizabeth. **Risk**: regulation and administrative constitutionalism. Oxford: Hart Publishing, 2007.

HOHENDORFF, Raquel von; ENGELMANN, Wilson. **Nanotecnologias aplicadas aos agroquímicos no Brasil**: a gestão dos riscos a partir do diálogo entre as fontes do Direito. Curitiba: Juruá, 2014.

LUHMANN, Niklas. **Risk**: a sociological theory. New Jersey: Aldine Transaction, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADAMS, John. **Risco**. Tradução de Lenita Rimoli Esteves. São Paulo: SENAC, 2009.

CARVALHO, Délton Winter de. **Dano ambiental futuro**: a responsabilização civil pelo risco ambiental. 2. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

FACHIN, Luiz Edson. Da felicidade paradoxal à sociedade de riscos: reflexões sobre risco e hiperconsumo. In: _____ **Sociedade de risco e direito privado**: desafios normativos, consumeristas e ambientais. São Paulo: Atlas, 2013. p. 380-393.

JASANOFF, Sheila. **Science at the bar**: law, science, and technology in america. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

LEITE, José Rubens Morato; CAETANO, Matheus Almeida. A responsabilidade civil por danos ambientais na sociedade de risco: um direito reflexivo frente às gerações de problemas ambientais. In: _____ **Sociedade de risco e direito privado**: desafios normativos, consumeristas e ambientais. São Paulo: Atlas, 2013. p. 273-296.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. Tradução de Ana Cristina Torres Nafarrate. Petrópolis: Vozes, 2009.

MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BERTOLUCCI, Ricardo Galinari. **Gerenciamento do risco corporativo em controladoria**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SÁNCHEZ, Helena Nadal. De lo público a lo común los modelos de propiedad intelectual: La garantía de un nuevo sistema civil. In: _____ **O impacto das novas tecnologias nos direitos fundamentais**. Joaçaba: Ed. UNOESC, 2015. p. 203-229.

STEELE, Jenny. **Risks and legal theory**. Oxford: Hart Publishing, 2004.

THOMAS, Janet M.; CALLAN, Scott J. **Economia ambiental: fundamentos, políticas e aplicações**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

VERCHICK, Robert R. M. **Facing catastrophe: environmental action for a post- Katrina world**. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

WEYERMÜLLER, André Rafael. **Água e adaptação ambiental: o pagamento pelo seu uso como instrumento econômico e jurídico de proteção**. Curitiba: Juruá, 2014.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Governança Corporativa**

Ano/Semestre: 2022/1

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112164

Professor: Dr. Cristiano Machado Costa

EMENTA

Conceitos fundamentais de governança corporativa; Separação entre propriedade e controle, Função-objetivo das empresas e teoria de agência; Mecanismos internos e externos de governança; Panorama da governança corporativa no Brasil; Governança corporativa no mundo; Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal; Códigos de Boas Práticas de Governança; Principais pesquisas sobre governança corporativa; Aspectos metodológicos das pesquisas sobre governança corporativa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Módulo I

Definições e mecanismos de Governança Corporativa. Teoria de Agência: princípios básicos e problema do Principal-Agente.

- Módulo II

Controle x Propriedade. Conselhos de Administração. Remuneração de Executivos e mecanismos de incentivos. Estrutura de Capital. Políticas de Dividendos. Evidenciação Voluntária e Obrigatória. Oferta Hostil, Investidores Institucionais e Tópicos Especiais em Governança.

- Módulo III

Governança Corporativa e Valor. Governança Corporativa no Brasil: Práticas Recomendadas, Voluntárias e Obrigatórias. Ambiente Regulatório Brasileiro e Internacional. Governança Corporativa no Mundo.

- Módulo IV

A Literatura sobre Governança Corporativa no Brasil. Governança Corporativa em Empresas Não-Listadas: Estudos de Caso. Apresentação de Estruturas de Governança (atividade avaliativa).

AVALIAÇÃO

A avaliação se dará com base em três critérios e pesos:

- Participação em sala de aula (avaliada pela frequência e envolvimento com as atividades), correspondendo a 1/5 da nota final.
- Apresentação de Estrutura (última aula) – 2/5 da nota final.
- Trabalho (entrega na última aula) - 2/5 da nota final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADAMS, Renee B.; FERREIRA, Daniel. A theory of friendly boards. **The Journal of Finance**, [S.l.], v. 62, n. 1, p. 217-250, 2007.

BECHT, Marco; BOLTON, Patrick; RÖELL, Ailsa. Corporate law and governance. **Handbook of Law and Economics**, [S.l.], v. 2, p. 829-943, 2007.

BLACK, Bernard S.; DE CARVALHO, Antonio Gledson; SAMPAIO, Joelson Oliveira. The evolution of corporate governance in Brazil. **Emerging Markets Review**, [S.l.], v. 20, p. 176-195, 2014.

CLAESSENS, S. Corporate governance and development. **The World Bank Research Observer**, v. 21(1), 91-122, 2006.

DA SILVEIRA, A. D. M. **Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2015.

FARINHA, Jorge. Dividend policy, corporate governance and the managerial entrenchment hypothesis: an empirical analysis. **Journal of Business Finance & Accounting**, [S.l.], v. 30, n. 9/10, p. 1173-1209, 2003.

GILLAN, Stuart L. Recent developments in corporate governance: an overview. **Journal of Corporate Finance**, Amsterdam, v. 12, p. 381-402, 2006.

JENSEN, Michael; MECKLING, William. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, Lausanne, v. 3, p. 305-360, Oct. 1976.

MORCK, Randall K. (Ed.). **A history of corporate governance around the world**. Chicago: National Bureau of Economic Research NBER, 2005.

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. A survey of corporate governance. **The Journal of Finance**, [S.l.], v. 52, n. 2, p. 737-783, 1997.

TRICKER, RI Bob. **Corporate governance: principles, policies, and practices**. [S.l.]: OUP Oxford, 2015.

VERRECCHIA, Robert E. Essays on disclosure. **Journal of accounting and economics**, [S.l.], v. 32, n. 1, p. 97-180, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Aloisio P.; FERREIRA, Rafael VX; FUNCHAL, Bruno. The Brazilian bankruptcy law experience. **Journal of Corporate Finance**, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 994-1004, 2012.

BERLE, A.; MEANS, G. **The modern corporation and private property**. New York: Harcourt, 1932.

CAMPELLO, Murillo. Contemporary corporate finance research on South America. **Journal of Corporate Finance**, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 879-882, 2012.

CARVALHAL, Andre. Do shareholder agreements affect market valuation: evidence from Brazilian listed firms. **Journal of Corporate Finance**, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 919-933, 2012.

COSTA, Cristiano Machado et al. Non-compliance in executive compensation disclosure: the brazilian experience. **Journal of Business Finance & Accounting**, [S.l.], v. 43, n. 3-4, p. 329-369, 2016.

COSTA, Cristiano M. et al. Family management: creating or destroying firm value: **Economics Bulletin**, [S.l.], v. 34, n. 4, p. 2292-2302, 2014.

FAMA, Eugene; JENSEN, Michael. Separation of ownership and control. **Journal of Law and Economics**, Chicago, v. 26, p. 301-325, June 1983.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. São Paulo: IBGC, 2009. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/userfiles/Codigo_julho_2010_a4.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2016.

LA PORTA, Rafael; SHLEIFER, Andrei; LOPEZ-DE-SILANES, Florencio. Corporate ownership around the world. **Journal of Finance**, New York, v. 54, p. 471-517, 1999.

LEUZ, Christian; VERRECCHIA, Robert E. The economic consequences of increased disclosure (digest summary). **Journal of accounting research**, [S.l.], v. 38, p. 91-124, 2000.

OECD, **G20/OECD Principles of Corporate Governance**. Paris: OECD Publishing, 2015.

SCHMIDT, Breno. Costs and benefits of friendly boards during mergers and acquisitions. **Journal of Financial Economics**, [S.l.], v. 117, n. 2, p. 424-447, 2015.

SROUR, Gabriel. Práticas diferenciadas de governança corporativa: um estudo sobre a conduta e a performance das firmas brasileiras. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, p. 635-674, out./dez. 2005.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Governança Corporativa**

Ano/Semestre: 2022/1

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112164

Professor: Dr. Cristiano Machado Costa

EMENTA

Conceitos fundamentais de governança corporativa; Separação entre propriedade e controle, Função-objetivo das empresas e teoria de agência; Mecanismos internos e externos de governança; Panorama da governança corporativa no Brasil; Governança corporativa no mundo; Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal; Códigos de Boas Práticas de Governança; Principais pesquisas sobre governança corporativa; Aspectos metodológicos das pesquisas sobre governança corporativa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Módulo I

Definições e mecanismos de Governança Corporativa. Teoria de Agência: princípios básicos e problema do Principal-Agente.

- Módulo II

Controle x Propriedade. Conselhos de Administração. Remuneração de Executivos e mecanismos de incentivos. Estrutura de Capital. Políticas de Dividendos. Evidenciação Voluntária e Obrigatória. Oferta Hostil, Investidores Institucionais e Tópicos Especiais em Governança.

- Módulo III

Governança Corporativa e Valor. Governança Corporativa no Brasil: Práticas Recomendadas, Voluntárias e Obrigatórias. Ambiente Regulatório Brasileiro e Internacional. Governança Corporativa no Mundo.

- Módulo IV

A Literatura sobre Governança Corporativa no Brasil. Governança Corporativa em Empresas Não-Listadas: Estudos de Caso. Apresentação de Estruturas de Governança (atividade avaliativa).

AVALIAÇÃO

A avaliação se dará com base em três critérios e pesos:

- Participação em sala de aula (avaliada pela frequência e envolvimento com as atividades), correspondendo a 1/5 da nota final.
- Apresentação de Estrutura (última aula) – 2/5 da nota final.
- Trabalho (entrega na última aula) - 2/5 da nota final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADAMS, Renee B.; FERREIRA, Daniel. A theory of friendly boards. **The Journal of Finance**, [S.l.], v. 62, n. 1, p. 217-250, 2007.

BECHT, Marco; BOLTON, Patrick; RÖELL, Ailsa. Corporate law and governance. **Handbook of Law and Economics**, [S.l.], v. 2, p. 829-943, 2007.

BLACK, Bernard S.; DE CARVALHO, Antonio Gledson; SAMPAIO, Joelson Oliveira. The evolution of corporate governance in Brazil. **Emerging Markets Review**, [S.l.], v. 20, p. 176-195, 2014.

CLAESSENS, S. Corporate governance and development. **The World Bank Research Observer**, v. 21(1), 91-122, 2006.

DA SILVEIRA, A. D. M. **Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2015.

FARINHA, Jorge. Dividend policy, corporate governance and the managerial entrenchment hypothesis: an empirical analysis. **Journal of Business Finance & Accounting**, [S.l.], v. 30, n. 9/10, p. 1173-1209, 2003.

GILLAN, Stuart L. Recent developments in corporate governance: an overview. **Journal of Corporate Finance**, Amsterdam, v. 12, p. 381-402, 2006.

JENSEN, Michael; MECKLING, William. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, Lausanne, v. 3, p. 305-360, Oct. 1976.

MORCK, Randall K. (Ed.). **A history of corporate governance around the world**. Chicago: National Bureau of Economic Research NBER, 2005.

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. A survey of corporate governance. **The Journal of Finance**, [S.l.], v. 52, n. 2, p. 737-783, 1997.

TRICKER, RI Bob. **Corporate governance: principles, policies, and practices**. [S.l.]: OUP Oxford, 2015.

VERRECCHIA, Robert E. Essays on disclosure. **Journal of accounting and economics**, [S.l.], v. 32, n. 1, p. 97-180, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Aloisio P.; FERREIRA, Rafael VX; FUNCHAL, Bruno. The Brazilian bankruptcy law experience. **Journal of Corporate Finance**, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 994-1004, 2012.

BERLE, A.; MEANS, G. **The modern corporation and private property**. New York: Harcourt, 1932.

CAMPELLO, Murillo. Contemporary corporate finance research on South America. **Journal of Corporate Finance**, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 879-882, 2012.

CARVALHAL, Andre. Do shareholder agreements affect market valuation: evidence from Brazilian listed firms. **Journal of Corporate Finance**, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 919-933, 2012.

COSTA, Cristiano Machado et al. Non-compliance in executive compensation disclosure: the Brazilian experience. **Journal of Business Finance & Accounting**, [S.l.], v. 43, n. 3-4, p. 329-369, 2016.

COSTA, Cristiano M. et al. Family management: creating or destroying firm value: **Economics Bulletin**, [S.l.], v. 34, n. 4, p. 2292-2302, 2014.

FAMA, Eugene; JENSEN, Michael. Separation of ownership and control. **Journal of Law and Economics**, Chicago, v. 26, p. 301-325, June 1983.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. São Paulo: IBGC, 2009. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/userfiles/Codigo_julho_2010_a4.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2016.

LA PORTA, Rafael; SHLEIFER, Andrei; LOPEZ-DE-SILANES, Florencio. Corporate ownership around the world. **Journal of Finance**, New York, v. 54, p. 471-517, 1999.

LEUZ, Christian; VERRECCHIA, Robert E. The economic consequences of increased disclosure (digest summary). **Journal of accounting research**, [S.l.], v. 38, p. 91-124, 2000.

OECD, **G20/OECD Principles of Corporate Governance**. Paris: OECD Publishing, 2015.

SCHMIDT, Breno. Costs and benefits of friendly boards during mergers and acquisitions. **Journal of Financial Economics**, [S.l.], v. 117, n. 2, p. 424-447, 2015.

SROUR, Gabriel. Práticas diferenciadas de governança corporativa: um estudo sobre a conduta e a performance das firmas brasileiras. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, p. 635-674, out./dez. 2005.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Normas Gerais e Regimes Próprios de Previdência**

Ano/Semestre: 2022/1

Nível: Mestrado

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina:

Professor: Daniel Machado da Rocha

EMENTA

Os Regimes Próprios de Previdência no Brasil. As reformas da previdência no Brasil. Principais Impactos da EC 103/2019. O Papel das normas gerais. A proteção previdenciária ofertada aos servidores públicos. Custeio da Seguridade Social. O mito ou a realidade do déficit previdenciário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Princípios constitucionais relativos à previdência. Normas gerais de direito previdenciário. Reformas constitucionais: causas e consequências. Direito adquirido. Expectativa de direito. Regras de transição. Proibição de retrocesso. Regimes Próprios de previdência. Aproximação entre os regimes públicos de previdência. Financiamento dos regimes de previdência. Contribuições ordinárias e extraordinárias cobradas dos servidores ativos e inativos. Acumulação de benefícios. Teto para o pagamento de benefícios. Benefícios devidos em face da Incapacidade. Aposentadoria Compulsória. Aposentadoria programada. Aposentadoria Especial do Servidor. Pensão Por Morte. Abono de permanência. Previdência Complementar dos Servidores Públicos. O Judiciário e o Regime Próprio. Análise de Casos.

OBJETIVOS

- a) Diferenciar as regras do Regime Geral de Previdência e do Regime Próprio de Previdência;
- b) Estudar as Transformações entre os Regimes de Previdência e os Efeitos na Aposentadoria;

c) Elaborar Teses Inovadoras no Direito Previdenciário a partir da experiência dos Julgados de Tribunais.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMPOS, Marcelo Barroso Lima Brito de. Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos. 8 ed. Curitiba: Juruá, 2017.

Lazzari, João Batista (coord) CASTRO, Carlos Alberto Pereira; ROCHA, Daniel Machado da; KRAVCHYCHYN, Gisele. Comentários à reforma da Previdência. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

QUEIROZ, Cristina. Direitos fundamentais sociais: funções, âmbito, conteúdo, questões interpretativas e problemas de justiciabilidade. Coimbra: Coimbra Editora, 2006.

ROCHA, Daniel Machado da. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

ROCHA, Daniel Machado da; SAVARIS, Jose Antonio. Direito previdenciário: fundamentos de interpretação e aplicação. 2 ed. Curitiba: Alteridade, 2019.

SAVARIS, José Antonio. Uma Teoria da Decisão Judicial da Previdência Social: contributo para a superação da prática utilitarista. Florianópolis: Conceito Editorial, 2011.

SAVARIS, José Antonio; SOUZA, Victor Roberto Corrêa de. Tutela jurídica dos direitos sociais em formação na PEC da “nova previdência”: uma análise do tratamento conferido às aposentadorias voluntárias. Disponível na internet: <https://doi.org/10.14210/nej.v24n3.p913-941> Acesso em 01.07.2020.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia do direito fundamental à Segurança Jurídica: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no direito constitucional brasileiro. In

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes (Org.). Constituição e segurança jurídica: direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada. Estudos em homenagem a José Paulo Sepúlveda Pertence. 2ª edição, Belo Horizonte: Fórum, 2005, p. 85-135.

SARLET, Ingo Wolfgang. O Estado Social de Direito, a proibição de retrocesso e a garantia fundamental da propriedade. Revista eletrônica sobre a reforma do estado, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº 9, março/abril/ Maio 2007. Disponível na internet: <http://www.direitodoestado.com.br/codrevista.asp?cod=182> . Acesso em 01.08.2020.

SARMENTO, Daniel. Direito Adquirido, Emenda Constitucional, Democracia e Justiça Social Revista eletrônica sobre a reforma do estado, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, Revista eletrônica sobre a Reforma do Estado, nº 12 dezembro/janeiro/fevereiro 2008. Disponível na internet: <http://www.direitodoestado.com.br/codrevista.asp?cod=248>. Acesso em 25.07.2020.

SOUZA, Victor. Proteção e Promoção da Confiança no Direito Previdenciário. Curitiba: Alteridade, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXY, Robert. Teoría de los derechos fundamentales. Trad. Ernesto Garzón Valdez. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

BALERA, Wagner. Sistema de seguridade social. 4ª ed. São Paulo: LTR, 2006.

BARROSO, Luis Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. Anuario iberoamericano de justicia constitucional, ISSN 1138-4824, Nº. 13, 2009, p. 19-20. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/400285>. Acesso em 14 jun. 2019.

BENDA, Ernest. Dignidad humana y derechos de la personalidad. BENDA, Ernest et alli. Manual de derecho constitucional. Trad. Antonio López Pina. 2ª ed. Madrid: Marcial Pons, 2001. HOLMES, Stephen e SUNSTEIN, Cass. The cost of rights. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W., STRECK, Lenio L. (Coords.). Comentários à Constituição do Brasil. 2 ed. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2018.

DELGADO, Ignacio Godinho. Previdência social e mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória política social brasileira. São Paulo : LTr, 2001.

GUASTINI, Riccardo. Distinguiendo: estudios de teoría y metateoría del derecho. Trad. Jordi Ferrer i Beltrán. Barcelona : Editorial Gedisa, 1999.

MALLOY, James M. A Política de previdência social no Brasil. Trad. Maria José Lingren Alves. Rio de Janeiro : Graal, 1986.

MORAIS, Océlio de Jesús C (Coord). Sistemas de Seguridade no Mundo. São Paulo: LTr, 2019.

PEREZ-LUÑO, Antonio-Enrique. La positividad de los derechos sociales: um enfoque desde la filosofía del derecho”, Derechos y Libertades, n.º 14, 2006.

ROCHA, Daniel Machado da. Normas Gerais de Direito Previdenciário e a Previdência do Servidor Público. Florianópolis: CONCEITO, 2012.

ROCHA, Daniel Machado da. O direito fundamental à previdência social na perspectiva dos princípios constitucionais diretivos do sistema previdenciário brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 5ª Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Reformas Trabalhistas e Previdenciárias no Brasil e no mundo**

Ano/Semestre: 2022/1

Nível: Mestrado

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina:

Professores: Daniel Machado da Rocha e Maurício de Carvalho Góes

EMENTA

Impacto das novas tecnologias no mercado de trabalho. Reformas Trabalhistas e Previdenciárias na Europa e modelos de influência para o Brasil. O teletrabalho antes e depois do Coronavírus. Velhice e desenvolvimento social. Crítica aos movimentos de retirada de direitos sociais. A proteção social emergencial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ovas tecnologias e a Precarização das relações laborais. Os Reflexos da Pandemia nas relações de trabalho. Impactos da Lei 13.467/2017 no Direito do Trabalho e no Processo do Trabalho. Novas estruturas remuneratórias e os efeitos prejudiciais na Previdência. Políticas Públicas de Empregabilidade. O novo Direito do Trabalho. O novo Direito Previdenciário depois da EC 103/19. A proteção social emergencial e a importância dos benefícios devidos em face da incapacidade laboral. Crise e tendências de mercado. Negociação Coletiva: utopia ou realidade.

OBJETIVOS

- a) Comparar os modelos de reforma trabalhista ocorridos no mundo e no Brasil;
- b) Desmistificar conceitos comuns acerca das reformas trabalhistas e previdenciárias para se estabelecer um juízo crítico da nova legislação;
- c) Entender que os movimentos de reforma não podem violar a estrutura dos direitos sociais inscritos na Constituição Federal de 1988.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks* e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Patrícia Perrone Campos. O direito coletivo do trabalho no Supremo Tribunal Federal: planos de demissão incentivada e autonomia da vontade, um estudo de caso. *Revista de direito do trabalho*, São Paulo, SP, v. 44, n. 190, p. 21-46, jun. 2018.

BARUFI, R. B., & SILVEIRA, R. dos R. Acesso à justiça do trabalho pós-reforma: uma análise à luz da teoria de Cappelletti e Garth. *Revista de direito do trabalho*, São Paulo, SP, v. 216, p. 101 - 124, jun. Mar- Abr / 2021

BENDA, Laura Rodrigues (org.). *A reforma trabalhista na visão da AJD*. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2018.

CARELLI, R. DE L. O caso Uber e o controle por programação: de carona para o século XIX. In: *Tecnologias Disruptivas e a Exploração do Trabalho Humano: a intermediação de mão de obra a partir das plataformas eletrônicas e seus efeitos jurídicos e sociais*. São Paulo: LTr, 2017.

CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena. *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. 2.ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

CAPUTO NETO, Francisco Queiroz; BARROSO, Ramiro Freitas de Alencar; SANTOS, Vanessa Dumont Bonfim. A previdência social e as relações de trabalho: uma análise a partir das alterações promovidas pela PEC 06/2019. *Revista de direito do trabalho e seguridade social*, São Paulo, SP, v. 46, n. 210, p. 151-172, mar./abr. 2020.

DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. *A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017*. São Paulo: LTr, 2017.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 19. ed. São Paulo: LTr, 2020.

FERREIRA, Juliana de Oliveira Duarte (coord). Revista da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo. São Paulo, SP, jan./dez. 2020.

Lazzari, João Batista (coord) CASTRO, Carlos Alberto Pereira; ROCHA, Daniel Machado da; KRAVCHYCHYN, Gisele. Comentários à reforma da Previdência. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

LEME, Ana Carolina Reis Paes; RODRIGUES, Bruno Alves; CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende. Tecnologias disruptivas e a exploração do trabalho humano. São Paulo: LTr, 2017. P. 318-322

MORAIS, Océlio de Jesus C. (Coord.) Sistemas de Seguridade no Mundo. São Paulo: LTr, 2019.

STRAPAZZON, Carlos Luiz (ORG.). O direito constitucional e a segurança social. Joaçaba: Unoesc, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BALERA, Wagner. Sistema de seguridade social. 4ª ed. São Paulo: LTR, 2006.

BARROSO, Luis Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. Anuario iberoamericano de justicia constitucional, ISSN 1138-4824, N°. 13, 2009, p. 19-20. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/400285>. Acesso em 14 jun. 2019.

BENDA, Ernest. Dignidad humana y derechos de la personalidad. BENDA, Ernest et alli. Manual de derecho constitucional. Trad. Antonio López Pina. 2ª ed. Madrid: Marcial Pons, 2001. HOLMES, Stephen e SUNSTEIN, Cass. The cost of rights. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

BORSIO, Marcelo Fernando. Para uma previdência efetivamente social, além de Bismarck. O Diálogo entre Estados. In: ROCHA, Cláudio Jannoti da (Org.). Constitucionalismos, Trabalho, seguridade social e as reformas trabalhista e previdenciária. São Paulo: LTR, 2017.

CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W., STRECK, Lenio L. (Coords.). Comentários à Constituição do Brasil. 2 ed. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2018.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5.ed. Oboré: São Paulo, 1993.

DEJOURS, Christophe. BÈGUE, Florence. Trabajo y suicídio. Madrid: Modus Laborandi, 2010.

KON, Anita. A economia do trabalho: qualificação e segmentação no Brasil. Rio de Janeiro: Altabooks, 2016.

MELO, Sandro Nahmias. RODRIGUES, Karen Rosendo de Almeida Leite. Direito à desconexão do trabalho com análise crítica da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) Teletrabalho, Novas Tecnologias e Dano Existencial. São Paulo: LTr, 2018.

PEREZ-LUÑO, Antonio-Enrique. La positividad de los derechos sociales: um enfoque desde la filosofía del derecho”, Derechos y Libertades, n.º 14, 2006.

PORTO, Ederson Garin. Manual Jurídico da Startup: como criar e desenvolver projetos inovadores com segurança. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

QUEIROZ, Cristina. Direitos fundamentais sociais: funções, âmbito, conteúdo, questões interpretativas e problemas de justiciabilidade. Coimbra: Coimbra Editora, 2006.

RIFKIN, Jeremy. O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo. São Paulo: M. Books, 2004.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 5ª Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

SUPIOT, Alain. Crítica do direito do trabalho. Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

SUPIOT, Alain. Homo juridicus. Ensaio sobre a função antropológica do Direito. Martins Fontes, 2007.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Reformas Trabalhistas e Previdenciárias no Brasil e no mundo**

Ano/Semestre: 2022/1

Nível: Mestrado

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina:

Professores: Daniel Machado da Rocha e Maurício de Carvalho Góes

EMENTA

Impacto das novas tecnologias no mercado de trabalho. Reformas Trabalhistas e Previdenciárias na Europa e modelos de influência para o Brasil. O teletrabalho antes e depois do Coronavírus. Velhice e desenvolvimento social. Crítica aos movimentos de retirada de direitos sociais. A proteção social emergencial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Novas tecnologias e a Precarização das relações laborais. Os Reflexos da Pandemia nas relações de trabalho. Impactos da Lei 13.467/2017 no Direito do Trabalho e no Processo do Trabalho. Novas estruturas remuneratórias e os efeitos prejudiciais na Previdência. Políticas Públicas de Empregabilidade. O novo Direito do Trabalho. O novo Direito Previdenciário depois da EC 103/19. A proteção social emergencial e a importância dos benefícios devidos em face da incapacidade laboral. Crise e tendências de mercado. Negociação Coletiva: utopia ou realidade.

OBJETIVOS

- a) Comparar os modelos de reforma trabalhista ocorridos no mundo e no Brasil;
- b) Desmistificar conceitos comuns acerca das reformas trabalhistas e previdenciárias para se estabelecer um juízo crítico da nova legislação;
- c) Entender que os movimentos de reforma não podem violar a estrutura dos direitos sociais inscritos na Constituição Federal de 1988.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks* e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Patrícia Perrone Campos. O direito coletivo do trabalho no Supremo Tribunal Federal: planos de demissão incentivada e autonomia da vontade, um estudo de caso. *Revista de direito do trabalho*, São Paulo, SP, v. 44, n. 190, p. 21-46, jun. 2018.

BARUFI, R. B., & SILVEIRA, R. dos R. Acesso à justiça do trabalho pós-reforma: uma análise à luz da teoria de Cappelletti e Garth. *Revista de direito do trabalho*, São Paulo, SP, v. 216, p. 101 - 124, jun. Mar- Abr / 2021

BENDA, Laura Rodrigues (org.). *A reforma trabalhista na visão da AJD*. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2018.

CARELLI, R. DE L. O caso Uber e o controle por programação: de carona para o século XIX. In: *Tecnologias Disruptivas e a Exploração do Trabalho Humano: a intermediação de mão de obra a partir das plataformas eletrônicas e seus efeitos jurídicos e sociais*. São Paulo: LTr, 2017.

CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena. *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. 2.ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

CAPUTO NETO, Francisco Queiroz; BARROSO, Ramiro Freitas de Alencar; SANTOS, Vanessa Dumont Bonfim. A previdência social e as relações de trabalho: uma análise a partir das alterações promovidas pela PEC 06/2019. *Revista de direito do trabalho e seguridade social*, São Paulo, SP, v. 46, n. 210, p. 151-172, mar./abr. 2020.

DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. *A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017*. São Paulo: LTr, 2017.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 19. ed. São Paulo: LTr, 2020.

FERREIRA, Juliana de Oliveira Duarte (coord). Revista da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo. São Paulo, SP, jan./dez. 2020.

Lazzari, João Batista (coord) CASTRO, Carlos Alberto Pereira; ROCHA, Daniel Machado da; KRAVCHYCHYN, Gisele. Comentários à reforma da Previdência. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

LEME, Ana Carolina Reis Paes; RODRIGUES, Bruno Alves; CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende. Tecnologias disruptivas e a exploração do trabalho humano. São Paulo: LTr, 2017. P. 318-322

MORAIS, Océlio de Jesus C. (Coord.) Sistemas de Seguridade no Mundo. São Paulo: LTr, 2019.

STRAPAZZON, Carlos Luiz (ORG.). O direito constitucional e a segurança social. Joaçaba: Unoesc, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BALERA, Wagner. Sistema de seguridade social. 4ª ed. São Paulo: LTR, 2006.

BARROSO, Luis Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. Anuario iberoamericano de justicia constitucional, ISSN 1138-4824, N°. 13, 2009, p. 19-20. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/400285>. Acesso em 14 jun. 2019.

BENDA, Ernest. Dignidad humana y derechos de la personalidad. BENDA, Ernest et alli. Manual de derecho constitucional. Trad. Antonio López Pina. 2ª ed. Madrid: Marcial Pons, 2001. HOLMES, Stephen e SUNSTEIN, Cass. The cost of rights. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

BORSIO, Marcelo Fernando. Para uma previdência efetivamente social, além de Bismarck. O Diálogo entre Estados. In: ROCHA, Cláudio Jannoti da (Org.). Constitucionalismos, Trabalho, seguridade social e as reformas trabalhista e previdenciária. São Paulo: LTR, 2017.

CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W., STRECK, Lenio L. (Coords.). Comentários à Constituição do Brasil. 2 ed. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2018.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5.ed. Oboré: São Paulo, 1993.

DEJOURS, Christophe. BÈGUE, Florence. Trabajo y suicídio. Madrid: Modus Laborandi, 2010.

KON, Anita. A economia do trabalho: qualificação e segmentação no Brasil. Rio de Janeiro: Altabooks, 2016.

MELO, Sandro Nahmias. RODRIGUES, Karen Rosendo de Almeida Leite. Direito à desconexão do trabalho com análise crítica da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) Teletrabalho, Novas Tecnologias e Dano Existencial. São Paulo: LTr, 2018.

PEREZ-LUÑO, Antonio-Enrique. La positividad de los derechos sociales: um enfoque desde la filosofía del derecho”, Derechos y Libertades, n.º 14, 2006.

PORTO, Ederson Garin. Manual Jurídico da Startup: como criar e desenvolver projetos inovadores com segurança. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

QUEIROZ, Cristina. Direitos fundamentais sociais: funções, âmbito, conteúdo, questões interpretativas e problemas de justiciabilidade. Coimbra: Coimbra Editora, 2006.

RIFKIN, Jeremy. O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo. São Paulo: M. Books, 2004.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 5ª Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

SUPIOT, Alain. Crítica do direito do trabalho. Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

SUPIOT, Alain. Homo juridicus. Ensaio sobre a função antropológica do Direito. Martins Fontes, 2007.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Aspectos empresariais do E-Social**

Ano/Semestre: 2019/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

EMENTA

O sistema do E-Social, seus aspectos teóricos e legais: objetivos e conceitos do E-Social. As regras gerais para sua implantação. Fluxo de Informações. Verbas Trabalhistas e E-Social. Operacionalização do sistema do E-Social. O acesso ao sistema do E-Social e lançamento de informações. O dever empresarial com o sistema.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Análise dos impactos nos processos internos e externos do sistema. Revisão das práticas com diferentes tipos de trabalhadores. Os processos administrativos e judiciais com impacto no recolhimento dos tributos sobre a folha de pagamento. E-Social e Segurança do Trabalho. Registro eletrônico de empregados, registros de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, afastamentos temporários e riscos ocupacionais. Os registros de estabilidade, férias e os processos de desligamento do trabalhador. Implementação do E-Social nas Empresas. Rotinas e Auditoria.

OBJETIVOS

- a) Conhecer o sistema do E-Social;
- b) Utilizar o sistema do E-Social como ferramenta de gestão empresarial;
- c) Reconhecer o sistema do E-Social na rotina da empresa, especialmente no tocante ao risco do meio ambiente laboral.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de

aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, C. A; GONÇALVES FILHO, C; REIS, M. T. Estratégia Empresarial: o desafio nas organizações. São Paulo: Saraiva, 2006.

Martins, Ives Gandra da Silva; CARVALHO, Paulo de Barros. Justiça Econômica e Social. São Paulo: Noeses, 2017.

IBRAHIM, Fábio Zambite. Curso de direito previdenciário. 20. ed. Rio de Janeiro: Impetrus, 2015.

KRAVCHYCHYN, Jefferson Luis et al. Prática processual previdenciária: administrativa e judicial. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. Livro Eletrônico.

LEITÃO, André Studart. Manual de direito previdenciário. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Livro Eletrônico.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de direito previdenciário. 3. ed. São Paulo: LTr, 2010.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

POMPEU, Ivan Guimarães; BENTO, Lucas Fulanete Gonçalves; POMPEU, Renata Guimarães. (Coords.) Estudos sobre Negócios e Contratos: uma perspectiva internacional a partir da análise econômica do Direito. São Paulo: Almedina Brasil, 2017.

REZENDE, Mardele Eugênia Teixeira. E-social Aplicado às Rotinas Trabalhistas. O Novo Modelo de Gestão. São Paulo: Saraiva, 2017.

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

TIMM, Luciano Beneti (Org.). Direito e Economia no Brasil. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de direito constitucional. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

- DIAS, Eduardo Rocha. Curso de direito previdenciário. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2012.
- DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. Teoria geral dos direitos fundamentais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- EDUARDO, Ítalo Romano. EDUARDO, Jeane Tavares Aragão. Curso de direito previdenciário. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- FREITAS, Rafael Vêras; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FEIGELSON, Bruno (Coord.) Regulação e Novas Tecnologias. Belo Horizonte: Fórum, 2017.
- JORGE, Társis Nametela Sarlo. Teoria geral do direito previdenciário e questões controvertidas do regime geral (INSS), do regime dos servidores públicos e dos crimes previdenciários. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- JÚNIOR, Nilson Martins Lopes. Direito previdenciário: Custeio e benefícios. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2010.
- KERTZMAN, Ivan. Curso prático de direito previdenciário. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2015.
- ROCHA, Daniel Machado da. BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do advogado; ESMAFE, 2011.
- ROCHA, Daniel Machado da. O direito fundamental à previdência social na perspectiva dos princípios constitucionais diretos do sistema previdenciário brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
- ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- RUBIN, Fernando. Aposentadorias previdenciárias no regime geral da previdência social. São Paulo: Atlas, 2015.
- RUSSOMANO, Mozart Victor. Curso de previdência social. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.
- SANTOS, Marisa Ferreira dos. LENZA, Pedro (Coord.) Direito previdenciário esquematizado. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de direito constitucional. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SILVEIRA, João Augusto Câmara da. O conceito da incapacidade no âmbito do benefício previdenciário da aposentadoria por invalidez. **Revista Direito e Liberdade**, Natal, v. 17, n.1 p. 91130, jan./abr. 2015. Quadrimestral.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Compliance e Direitos Sociais**

Ano/Semestre: 2019/2

Nível: Mestrado

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

EMENTA

Análise econômica do direito e contexto empresarial, com noções básicas acerca da teoria econômica da empresa e a perspectiva dos custos de transação. Direito do trabalho e economia, o contrato de trabalho sob a perspectiva de análise da assimetria informacional, custos de agência, risco moral, seleção adversa e sinalização. O efeito de aprisionamento contratual (contractual hold-up) e a relação de trabalho. Economia comportamental e vieses cognitivos aplicados ao contrato de trabalho. Análise de custo-benefício, a efetivação de programas de compliance trabalhista e o halo effect.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Programas de Compliance. O Compliance como instituto originário do Direito Penal e Direito Administrativo. Empresa e Compliance. Risco Judicial e Compliance. Efetivação do Compliance em matéria trabalhista.

OBJETIVOS

- a) Trabalhar com as ferramentas de análise econômica do direito na percepção do contexto empresarial, principalmente na visão da empresa como polo contratual;
- b) Dominar noções básicas de análise econômica do direito de trabalho, especialmente a assimetria informacional no contrato de trabalho e potenciais custos de agência, com a identificação de situações envolvendo risco moral, seleção adversa e sinalização;
- c) Compreender noções básicas de economia comportamental, através do exame dos principais vieses cognitivos e sua caracterização na relação de trabalho.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORJAS, George. Economia do trabalho. Trad. R. Brian Taylor. Rev. téc. Giacomo Balbinotto Neto. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

BRAGA NETTO, Felipe Peixoto; SILVA, Michael César; THIBAU, Vinícius Lott (Coord.) O Direito Privado e o novo Código de Processo Civil: repercussões, diálogos e tendências. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

CAVALLI, Cassio. Empresa, direito e economia. São Paulo: Saraiva, 2014.

COASE, R. H. The firm, the market and the law. [S.l.]: The University of Chicago Press, 1990.

COIMBRA, Marcelo de; MANZI, Vanessa A. Manual de compliance: preservando a boa governança e integridade das organizações. São Paulo: Atlas, 2010.

COOTER, Robert D.; UELEN, Thomas. Direito e economia. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

EASTERBROOK, F. The economic structure of corporate law. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

GORGA, Érica. Direito societário atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KRAAKMAN, Reiner. et al. The anatomy of corporate law: a comparative and functional approach. Oxford: Oxford University, 2000.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. Análise econômica do direito. São Paulo, Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHAM, Marcus. Manual de auditoria jurídica: legal due diligence: uma visão multidisciplinar no direito empresarial brasileiro. Rio de Janeiro: Quartier Latin, 2007.

ARAÚJO, Fernando. Análise económica do direito, programa e guia de estudo. [S.l.]: Almedina, 2008.

ASQUINI, Alberto. Perfis da empresa. Revista de Direito Mercantil, São Paulo, n. 104, p. 108-126, out./dez. 1996.

BAINBRIDGE, Stephen M. Corporate governance after the financial crisis. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito societário. 12. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

CRETELLA NETO, José. Empresa transnacional e direito internacional: exame do tema à luz da globalização. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

DA SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. Governança corporativa no Brasil e no mundo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Direito de empresa. 3. ed. São Paulo: RT, 2010.

HEINEN, Juliano. Comentários à Lei Anticorrupção – Lei 12.846/2015. Belo Horizonte: Fórum, 2015

NORTH, Douglass C. Custos de transação, instituições e desempenho econômico. [S.l.]: Instituto Liberal, 2002.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. Direito, economia e mercados. São Paulo: Campus, 2005.

SZTAJN, Rachel. Teoria jurídica da empresa: atividade empresária e mercados. São Paulo: Atlas, 2004.

SZTAJN, Rachel; ZYLBERSZTAJN, Decio; Direito, economia e organizações. [S.l.]: Campus, 2005.

YAZBEK, Otavio. Regulação do mercado financeiro e de capitais. 2. ed. [S.l.]: Elsevier, 2008.

POSNER, Richard A. Economic analysis of law: aspen law. 8th ed. [S.l.]: Wolters Kluwer, 2005.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Desenvolvimento Econômico e Mercado de Trabalho**

Ano/Semestre: 2019/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

EMENTA

Introdução e análise da abordagem de Análise Econômica do Direito, com ênfase no estudo da Microeconomia e Macroeconomia aplicadas ao estudo do fenômeno jurídico. Exame das principais vertentes de Análise Econômica do Direito que possuem proximidade com o Direito e, especialmente, com o Direito do Trabalho, tais como Análise Econômica do Direito Empresarial, Análise Econômica do Direito Contratual e Análise Econômica do Direito da Regulação e Concorrencial. Estudo da economia organizacional sob a ótica dos custos de transação e da teoria da agência. Construção dos conhecimentos sobre economia da cooperação. Aplicação da teoria dos jogos nas relações empresariais com vistas a formar no aluno uma visão sobre a nova economia institucional e os custos do descumprimento contratual nas relações de trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Análise Econômica do Direito e sua aplicação ao Direito do Trabalho. Economia Organizacional e Custos de Transação. O Mercado de Trabalho Brasileiro. Análise de Dados Estatísticos. Desalentados. Custo do Descumprimento do Contrato de Trabalho.

OBJETIVOS

- a) Entender os mecanismos de tomada de decisão, aplicando o conhecimento da Microeconomia;
- b) Usar a Microeconomia como ferramenta fundamental para entendimento e previsão de comportamentos e estratégias, problematizando-a como questão basilar da realidade empresarial;
- c) Desenvolver um amplo conhecimento do campo econômico, com uma visão característica do ambiente microeconômico.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COOTER, Robert Dandridge; SCHÄFER. O Nó de Salomão: como o Direito pode erradicar a pobreza no mundo. Tradução de Magnum Eltez. Curitiba: Editora CRV, 2017.

FREITAS, Rafael Veras de; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FREIGELSON, Bruno (Coord.). Regulação e novas tecnologias. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

GORGA, E. Direito societário atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MACKAAY, Ejan; ROSSEAU, Stéphane. Análise Econômica do Direito. 2. ed. Tradução de Rachel Sztajn. São Paulo: Atlas, 2015.

PIMENTA, Eduardo Goulart. Direito Societário. Porto Alegre: Editora Fi, 2107.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. São Paulo: Prentice-Hall, 2016.

TIMM, Luciano Benetti Timm (Org.). Direito e Economia no Brasil. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

VARIAN, Hal R. Microeconomia: princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTONELLO, Claudia S. A metamorfose da aprendizagem organizacional. In: RUAS, R.; ANTONELLO, C. S.; BOFF, L. H. (Org.). Os novos horizontes da gestão: aprendizagem organizacional e competências. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ARAÚJO, C. L. Resenha: - Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do avestruz. Revista Economia & Gestão, v. 4, n. 7, p. 143-145, 2004.

BARBOSA, Eliana. O Enigma da bota: enfrentando a sucessão empresarial com equilíbrio e sabedoria. São Paulo: Novo Século Editora, 2007.

GONÇALVES, C. A.; GONÇALVES FILHO, C.; REIS, M. T. *Estratégia Empresarial: o desafio nas organizações*. São Paulo: Saraiva, 2006.

MACKAAY, Ejan; ROSSEAU, Stéphane. *Análise Econômica do Direito*. 2. ed. Tradução de Rachel Sztajn. São Paulo: Atlas, 2015.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. *Microeconomia*. São Paulo: Prentice-Hall, 2016.

VARIAN, Hal R. *Microeconomia: princípios básicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Direito e Processo do Trabalho na Contemporaneidade 4.0**

Ano/Semestre: 2019/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

EMENTA

Estudo das obras de Alain Supiot relacionados ao entrelaçamento entre a criação do homem jurídico, os direitos fundamentais e o discurso econômico. Análise horizontal do direito e as influências do poder do capitalismo nas transformações da sociedade, do comportamento dos indivíduos e da própria função do Direito do Trabalho ao longo do tempo, com vistas à construção do novo jurista mediante uma análise do futuro das relações de trabalho. A pessoa como sujeito do Direito do Trabalho. O Processo do Trabalho na Era Tecnológica. Provas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Revisão crítica do Direito do Trabalho na Contemporaneidade. Disrupção dos modelos de trabalho e desafios empresariais. Trabalho e Capital. Trabalho e Sociedade. Negociações Coletivas e Perfis Empresariais e Sindicais. Autonomia Privada e sua Releitura no Direito do Trabalho Contemporâneo. Flexibilização, Desregulamentação e Terceirização. Relações de Trabalho e Sociedade do Consumo. Saúde do Trabalhador. A questão Psíquica da Saúde do Trabalhador. Trabalho e Sofrimento. Empregabilidade, crise e futuro das relações de trabalho. Caminhos para uma nova significação do Direito do Trabalho.

OBJETIVOS

- a) Revisar, criticamente, os institutos materiais e processuais trabalhistas;
- b) Efetuar pesquisas aplicadas no contemporâneo contexto da empregabilidade no Brasil;
- c) Compreender o a relação entre trabalho e consumo, no contexto disruptivo das relações trabalhistas modernas.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ARCE, Juan Carlos. Derecho del trabajo y crisis económica: la invención de porvenir. Aranzadi, 2013.

BENITO, Santos Miguel Ruesga (coord.). Reformas Laborales en la Gran Recesión. Valencia: Tirant to Blanch, 2016.

CARNOY, Martin. El trabajo flexible em la era de la información. Alianza Editorial, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DE MASI, Domenico. O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós industrial. Distrito Federal: Editora da UNB, 1999.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5.ed. Oboré: São Paulo, 1993.

DEJOURS, Christophe. BÈGUE, Florence. Trabajo y suicídio. Madrid: Modus Laborandi, 2010.

KON, Anita. A economia do trabalho: qualificação e segmentação no Brasil. Rio de Janeiro: Altabooks, 2016.

MELO, Sandro Nahmias. RODRIGUES, Karen Rosendo de Almeida Leite. Direito à desconexão do trabalho com análise crítica da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) Teletrabalho, Novas Tecnologias e Dano Existencial. São Paulo: LTr, 2018.

MUÑIZ, Javier Fernández-Costales. Estudios sobre las últimas reformas laborales: efectos de la crisis em el derecho del trabajo. Eolas Ediciones.

OLEA, Manuel Alonso. El trabajo como bien escasso y la reforma de su mercado. Civitas, 1995.

PORTO, Ederson Garin. Manual Jurídico da Startup: como criar e desenvolver projetos inovadores com segurança. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

RIFKIN, Jeremy. O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo. São Paulo: M. Books, 2004.

SUPIOT, Alain. Crítica do direito do trabalho. Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

SUPIOT, Alain. Homo juridicus. Ensaio sobre a função antropológica do Direito. Martins Fontes, 2007.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Direito Empresarial e Saúde do Trabalhador**

Ano/Semestre: 2019/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

EMENTA

Estudo do meio ambiente de trabalho e seus impactos na gestão das relações de trabalho. Abordagem de conceitos e ferramentas fundamentais para a gestão ambiental do trabalho na empresa. Proteção da saúde dos trabalhadores e aplicação das normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Análise dos perigos e riscos no ambiente de trabalho, bem como dos institutos da insalubridade e periculosidade com abordagem das perícias de identificação dessas insalubridades e periculosidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Proteção ao trabalhador no contexto da saúde laboral. Responsabilidade Empresarial na saúde física e psíquica do trabalhador. Adicionais de insalubridade e periculosidade e perícias técnicas. Saúde Mental no Trabalho.

OBJETIVOS

- a) Analisar os aspectos técnicos de perícias realizadas em ações judiciais;
- b) Estabelecer a consciência da necessidade de desenvolvimento saudável do meio ambiente laboral;
- c) Traçar as principais patologias que afetam a saúde psíquica do trabalhador.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSIS, Romeu José de. Cipa - Teoria e Prática. 2. ed. São Paulo: Juruá, 2017.

CARDELLA, Benedito. Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidentes. 2. ed. São Paulo: ATLAS, 2016.

CAMISASSA, Mara Queiroga. Segurança e Saúde no Trabalho: NRs 1 a 36 comentadas e descomplicadas. São Paulo: Método, 2015.

EQUIPE DE LEGISLAÇÃO ATLAS. Segurança e Medicina do Trabalho. 79. ed. São Paulo: ATLAS, 2017.

MIGUEL, Alberto Sérgio S. R. Manual de Higiene e Segurança do Trabalho. 13. ed. Porto: Porto, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MONTEIRO, Antonio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

NEWSTROM. JOHN W. Comportamento Organizacional: O comportamento humano no trabalho. São Paulo: Mc Graw Hill, 2008.

PEREIRA, Alexandre Demetrius. Tratado de Segurança e Saúde Ocupacional – Aspectos Técnicos Jurídicos. Vol 3 (NR 13 a NR 15). 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

PEREIRA, Alexandre Demetrius. Tratado de Segurança e Saúde Ocupacional – Aspectos Técnicos Jurídicos. Vol 4 (NR 16 a NR 18). 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

RAMAZZINI, Bernardino. As doenças dos trabalhadores. 4. ed. São Paulo: Fundacentro, 2016.

SALIBA, Tuffi Messias. Prova Pericial em Segurança e Higiene. 2. ed. São Paulo: LTr, 2016.

SALIBA, Tuffi Messias. Manual Prático de Higiene Ocupacional e PPRA. 8. ed. São Paulo: LTr, 2017.

SALIBA, T. M.; CORRÊA, M. A. C. Insalubridade e Periculosidade. Editora Ltr: São Paulo. 13ª edição. 2014.

SIQUEIRA, M. M., & PADOVAM, V. A. R. Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), 201-209, 2008.

TAMAYO, A. *Cultura e saúde nas organizações*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VENDRAME, Antonio Carlos. *Curso de Introdução à Perícia Judicial*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2012.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Direito Internacional Público e Privado do Trabalho**

Ano/Semestre: 2019/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

EMENTA

A Organização Internacional do Trabalho (OIT). Funcionamento, estrutura orgânica. Reflexos da sua atuação na formação do Direito do Trabalho, no Brasil. A teoria geral do Direito dos Tratados aplicada ao Direito Internacional do Trabalho. As especificidades da celebração e posta em vigência das convenções internacionais da OIT. A resolução do conflito de fontes. Os novos contornos das convenções da OIT pós EC nº 45/2004. O contrato internacional de trabalho. Jurisdição internacional e lei aplicável. O regime especial dos expatriados. O direito internacional privado do trabalho na União Europeia e no MERCOSUL.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I – A Organização Internacional do Trabalho (OIT)

- 1.1.A história da criação da OIT
- 1.2.Competência
- 1.3.Estados Membros: adesão e retirada
- 1.4.Estrutura orgânica e forma de funcionamento: Conselho de Administração, Repartição Internacional do Trabalho, Escritórios regionais

II – O Direito produzido pela OIT: convenções e recomendações

- 2.1. Convenções internacionais vigentes
- 2.2. Especificidades da integração das convenções da OIT ao direito brasileiro, antes e depois da EC nº 45/2004
- 2.3. Resolução do conflito de fontes
- 2.4. As Convenções Fundamentais

2.5. A reforma trabalhista e a Convenção nº 87 da OIT

2.6. As recomendações da OIT

III – O contrato individual de trabalho

3.1. Os elementos de estrangeira na relação de trabalho

3.2. Jurisdição internacional

3.3. Lei aplicável: *lex loci contractus*, *lex loci executionis*, norma mais favorável

3.4. O princípio da unidade contratual e a pluralidade de locais de prestação de trabalho

3.5. O direito internacional privado do trabalho na jurisprudência brasileira

IV – O regime especial dos expatriados

4.1. Conceito de expatiação

4.2. A Lei nº 7.064/1982 e a situação dos trabalhadores contratados no Brasil e dos transferidos do país para prestar serviço no estrangeiro: salário, férias, retorno ao Brasil.

4.3. A contratação por empresa estrangeira

4.4. Benefícios concedidos aos expatriados

4.5. Extinção, suspensão e interrupção do contrato de trabalho dos expatriados

V – O direito internacional privado do trabalho na União Europeia e no MERCOSUL

5.1. O contrato internacional de trabalho na União Europeia: jurisdição e lei aplicável.

5.2. O contrato internacional de trabalho no MERCOSUL

5.3. A Declaração Sociolaboral do MERCOSUL

AVALIAÇÃO

- Estudo de casos práticos.
- Análise de legislação, doutrina e jurisprudência nacional e estrangeira.
- *Paper* que será entregue ao final da disciplina.

Critérios de avaliação:

- *Paper*: 70%;
- Apresentação de trabalho em aula: 30%.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcanti. Legislação Aplicável ao Contrato do Estrangeiro Expatriado para o Brasil. In: FREITAS JÚNIOR, Antônio Rodrigues de; TORRES, Daniel Bertolucci; BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcanti (Orgs.) *Migração, Trabalho e Direitos Humanos*. v. 1. São Paulo: LTr, 2017. p. 97-103.

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; VILLATORE, Marco Antônio César; AFONSO, Túlio Augusto Tayano (Coords.) *Direito internacional do trabalho e a organização internacional do trabalho: trabalhadores imigrantes, refugiados e fronteiriços*. Estudos em homenagem ao Prof. Dr. George Bueno Gomm. São Paulo: LTr, 2018.

CRUZ, Cláudia Ferreira. *Os direitos fundamentais dos trabalhadores e a carta sociolaboral do MERCOSUL*. São Paulo: LTr, 2006.

GUNTHER, Luiz Eduardo. *A OIT e o Direito do Trabalho no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2013.

HUSEK, Carlos Roberto. *Curso Básico de Direito Internacional Público e Privado do Trabalho*. 4ª ed. São Paulo: LTr, 2017.

PERES, Antônio Galvão. *Contrato internacional de trabalho: acesso à justiça, conflitos de jurisdição e outras questões processuais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

PERES, Antônio Galvão. *Contrato internacional de trabalho: novas perspectivas*. São Paulo: LTr, 2004.

ROCHA, Cláudio Jannotti da; et. al (Coords.) *Direito Internacional do Trabalho: aplicabilidade e eficácia dos instrumentos internacionais de proteção ao trabalhador*. São Paulo: LTR, 2018.

SÜSSEKIND, Arnaldo. *Direito internacional do trabalho*. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2000.

VIEIRA, Luciane Klein. La Organización Internacional del Trabajo (OIT): sus características, el *modus operandi* y el derecho producido. In: NEGRO, Sandra C. *Organizaciones Internacionales: cuestiones actuales*. Bogotá: Ibáñez, 2018. p. 11-41.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARCELLOS, Nicole Rinaldi de. Competência judicial internacional em matéria de contratos individuais de trabalho na União Europeia: europeização das regras de conflito no Regulamento Bruxelas I reformulado. *Revista Brasileira de Direito Internacional*, v. 4, n. 1, p. 1-21, 2018.

BITENCOURT, Manoela de. Aplicação da lei trabalhista no espaço: o princípio da norma mais favorável como garantia de eficácia dos direitos fundamentais dos trabalhadores no contrato internacional de trabalho. Anais – Simpósio Internacional de Direito: dimensões materiais e eficazes dos direitos fundamentais, v. 1, n. 1, p. 253-264, 2012. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/simposiointernacionaldedireito/article/view/1562>

BOUCINHAS FILHO, J. C. Reflexões sobre as normas da OIT e o modelo brasileiro de proteção à saúde e à integridade física do trabalhador. *Revista LTr. Legislação do Trabalho*, v. 11, p. 1.355-1.364, 2012.

CASTELLO, Alejandro. Modificación de la Declaración Socio-laboral del MERCOSUR (2015): un avance en la construcción de la dimensión social del proceso de integración. *Revista IUS ET VERITAS*, n. 53, p. 74-88, dic./2016. Disponível em: <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/iusetveritas/article/viewFile/16536/16882>

FARAH, Gustavo Pereira. A *lex loci executionis* como único elemento de conexão do contrato de trabalho. *Síntese Trabalhista*, Porto Alegre, v. 14, n. 160, p. 22-27, out./2002.

FERREIRA, Rafael Fonseca; ANADON, Celine Barreto. O diálogo hermenêutico e a pergunta adequada à aplicação dos tratados internacionais de direitos humanos no Brasil: caminhos para o processo de internacionalização da Constituição. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, v. 12, n. 2, p. 175-192, 2015.

GALLON, Shalimar; FRAGA, Aline Mendonça; ANTUNES, Elaine Di Diego. Conceitos e configurações de expatriados na internacionalização empresarial. *REAd - Revista Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, v. 23, dez./2017. Disponível em: <http://eds.b.ebscohost.com/eds/command/detail?vid=1&sid=e18a999e-82d5-4a4a-902e-d79668798014%40sessionmgr104>

GUERRA, Sidney. *Curso de Direito Internacional Público*. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MORO JÚNIOR, Antônio Aparecido. O trabalho decente no contexto de elevação dos direitos sociais à condição de direitos fundamentais. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, v. 8, n. 2, p. 71-93, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/1551/1429>

PINTO, Marcio Morena. *Introdução ao direito internacional do trabalho*. São Paulo: LTr, 2014.

RABELLO, Gisele Costa; MACKE, Janaína; ZANELLA, William. Socialização organizacional de expatriados. *Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM*, v. 14, n. 1, p. 45-58, jan./abr. 2019.

RUSSOMANO, Mozart Victor. *Direito do trabalho e direito processual do trabalho: novos rumos*. Curitiba: Juruá, 2002.

SOUZA, Alexander Rodrigues de; GASPAR, Renata Alvares. A incorporação da Declaração Sociolaboral do MERCOSUL no ordenamento jurídico brasileiro como norma constitucional de Direitos Humanos. *Revista Iberoamericana de Derecho Internacional y de la Integración*, Buenos Aires, n. 4, jul./2016. Disponível em: <https://ar.ijeditores.com/pop.php?option=articulo&Hash=098e087c6408ffe46da14e037e24f02c>

SÜSSEKIND, Arnaldo. *Convenções da OIT e outros tratados*. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2007.

VIEIRA, Luciane Klein; VEDOVATO, Luís Renato. A relação entre direito interno e direito internacional. Os impactos no cotidiano jurídico brasileiro sob a perspectiva da ampliação do bloco de constitucionalidade. *Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión*, vol. 3, n. 6, p. 207-225, 2015. Disponível em: <http://www.revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/142>

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Direito Previdenciário Digital**

Ano/Semestre: 2019/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

EMENTA

Planejamento Previdenciário. INSS Digital. Tecnologia e Previdência. Teletrabalho e Previdência Social. Processo Eletrônico Previdenciário. Temas Contemporâneos em Direito Previdenciário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O INSS Digital. Atuação do Advogado Previdenciário. O Poder Judiciário diante dos novos desafios do Direito Previdenciário. Tecnologia e Previdência. Interfaces entre o Direito Previdenciário e outros ramos do Direito. Planejamento Previdenciário. Aspectos processuais da Previdência.

OBJETIVOS

- a) Conhecer o INSS Digital como uma realidade;
- b) Identificar os principais temas acerca da relação tecnologia e previdência e qualificar esta experiência ao Poder Judiciário;
- c) Compreender a importância do Planejamento Previdenciário na nova realidade laboral brasileira.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTONELLO, Claudia S. A metamorfose da aprendizagem organizacional. In: RUAS, R.; ANTONELLO, C. S.; BOFF, L. H. (Org.). Os novos horizontes da gestão: aprendizagem organizacional e competências. Porto Alegre: Bookman, 2005.

BARBOSA, Eliana. O Enigma da bota: enfrentando a sucessão empresarial com equilíbrio e sabedoria. São Paulo: Novo Século Editora, 2007.

BARBOSA, Magno Luiz; BRITO, Cristiano Gomes. Temas Contemporâneos de Direito Empresarial do Trabalho. São Paulo: LTr, 2015.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa; ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. Direito do Trabalho e Direito Empresarial: sob o enfoque dos direitos fundamentais. São Paulo: LTr, 2015.

GONÇALVES, C. A; GONÇALVES FILHO, C; REIS, M. T. Estratégia Empresarial: o desafio nas organizações. São Paulo: Saraiva, 2006.

INSS DIGITAL. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/tag/inss-digital/>. Acesso em: 5 de março de 2019.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; CARVALHO, Paulo de Barros. Justiça Econômica e Social. São Paulo: Noeses, 2017.

PINHEIRO, Patricia Peck. Direito Digital. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

POMPEU, Ivan Guimarães; BENTO, Lucas Fulanete Gonçalves; POMPEU, Renata Guimarães. (Coords.) Estudos sobre Negócios e Contratos: uma perspectiva internacional a partir da análise econômica do Direito. São Paulo: Almedina Brasil, 2017.

REZENDE, Mardele Eugênia Teixeira. E-social Aplicado às Rotinas Trabalhistas. O Novo Modelo de Gestão. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de direito constitucional. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DIAS, Eduardo Rocha. Curso de direito previdenciário. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2012.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. Teoria geral dos direitos fundamentais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

- DUARTE, Marina Vasques. Direito previdenciário. 5. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.
- EDUARDO, Ítalo Romano. EDUARDO, Jeane Tavares Aragão. Curso de direito previdenciário. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- ROCHA, Daniel Machado da. BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do advogado; ESMAFE, 2011.
- ROCHA, Daniel Machado da. O direito fundamental à previdência social na perspectiva dos princípios constitucionais diretivos do sistema previdenciário brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
- ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- RUBIN, Fernando. Aposentadorias previdenciárias no regime geral da previdência social. São Paulo: Atlas, 2015.
- RUSSOMANO, Mozart Victor. Curso de previdência social. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.
- SANTOS, Marisa Ferreira dos. LENZA, Pedro (Coord.) Direito previdenciário esquematizado. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de direito constitucional. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SILVEIRA, João Augusto Câmara da. O conceito da incapacidade no âmbito do benefício previdenciário da aposentadoria por invalidez. Revista Direito e Liberdade, Natal, v. 17, n.1 p. 91130, jan./abr. 2015. Quadrimestral.
- SIMÕES, Carlos. Curso de direito do serviço social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- TAVARES, Marcelo Leonardo. Direito previdenciário. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.
- TIMM, Luciano Beneti (Org.). Direito e Economia no Brasil. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Direito Sindical em Perspectiva**

Ano/Semestre: 2019/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

EMENTA

A razão histórica da construção autônoma de normas no Direito do Trabalho: “negociação” coletiva. Mau uso da palavra. Gênese do Direito do trabalho. A função da norma coletiva no âmbito da regulação jurídica da relação social de trabalho. Poder Normativo da Justiça do Trabalho. Os dissídios coletivos e a atuação dos Tribunais. Alterações introduzidas pela Reforma Trabalhista e que afetam a atuação sindical. A história da regulação jurídica do conceito de categoria profissional. Representação de empregados no âmbito da empresa. Greve. Conceito de “trabalhador coletivo”. As greves na história das relações de trabalho no Brasil. A resposta estatal ao movimento coletivo dos trabalhadores. O atrelamento do Sindicato ao Estado: assistencialismo e controle.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Sindicalismo no Brasil Contemporâneo. Raízes do Movimento Sindical. Reforma Trabalhista e Direito Coletivo do Trabalho. Greve. Custeio Sindical. O Sindicato na Estrutura dos Governos Brasileiros.

OBJETIVOS

- a) Estudar a importância do movimento sindical na efetivação de direitos trabalhistas;
- b) Compreender o sindicato como elemento patronal;
- c) Refletir acerca do custeio sindical e a polêmica Reforma Trabalhista.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de

aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, Alice Monteiro de. Ordem pública e tutela do emprego: as dispensas individuais no ordenamento brasileiro - dispensa coletiva e por motivos censuráveis no ordenamento jurídico europeu. Revista do Tribunal Superior do Trabalho. Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, p. jul./dez. 2002.

MAGANO, Octavio Bueno. Convenção nº 158 da OIT. In Trabalho & Doutrina. São Paulo: Saraiva, nº 11, dezembro de 1996, p. 39-40.

ROMAGNOLI, Umberto. Sobre El Despido o La Violencia Del Poder Privado. In Revista de Derecho Social Latinoamérica. Buenos Aires, n. 4-5, p. 9-15, 2008.

SEVERO, Valdete Souto. Garantia de Manutenção no Emprego: Condição de Possibilidade da Verdadeira Negociação Coletiva. In Cadernos da Amatra 4, 9a edição, out/dez 2008.

SEVERO, Valdete Souto. Proteção Contra a Despedida Arbitrária ou Sem Justa Causa: Artigo 7o, I, da Constituição. In Revista de Processo do Trabalho e Sindicalismo. Porto Alegre: HS Editora, p. 188-210, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SOARES FILHO, José. A proteção da relação de emprego: análise crítica em face de normas da OIT e da legislação nacional. São Paulo: LTr, 2002.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A convenção nº 158 da OIT e a perda do emprego. Jornal Trabalhista Consulex: Brasília. Brasília, DF, n.1248, 17 nov. 2008.

VIANA, Márcio Túlio. Trabalhador sem medo - alguns argumentos em defesa da convenção n.158 da oit. Revista LTr: Legislação do Trabalho: São Paulo. São Paulo, v.72, n.4, p.438-443, abr. 2008.

WANDELLI, Leonardo Vieira. Despedida Abusiva. O Direito (do trabalho) em busca de uma nova racionalidade. São Paulo: LTr, 2004.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Direitos Fundamentais e Sociais na Era da Inovação Tecnológica**

Ano/Semestre: 2019/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

EMENTA

Crises de Estado. O sistema de Capital. Neoliberalismo e mundo do trabalho. O ser humano como elemento central do trabalho. Direitos Fundamentais no Brasil. Direitos Humanos. Inovação tecnológica. O homem e a técnica. Cultura empresarial tecnológica. Sociedade 5.0.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Crises de Estado. Direitos Fundamentais no Brasil. Direitos Humanos. Inovação tecnológica. O homem e a técnica. Cultura empresarial tecnológica. Sociedade 5.0. Evolução histórica. Fontes materiais e formais. Princípios. Hermenêutica justalabalhista. Direitos fundamentais e relação de emprego. Eficácia das normas constitucionais e diálogo com as fontes internacionais de proteção ao trabalho. As Convenções da OIT e o movimento paredista. 2013 e a volta da greve de solidariedade. O diálogo dos movimentos coletivos com as entidades sindicais. O Poder Judiciário e a greve: análise de decisões judiciais. Despedida coletiva como elemento de resistência coletiva. Perspectivas. Análise dos parágrafos segundo e terceiro do art. 5º da CF e das decisões do STF/TST sobre aplicação. O caso da Convenção 158 da OIT.

OBJETIVOS

- a) Compreender os impactos da evolução tecnológica na efetivação dos direitos sociais e fundamentais.
- b) Estudar as novas relações sociais, na denominada sociedade 5.0, e a sua influência no Direito do Trabalho e Previdenciário.
- c) Refletir acerca do desenvolvimento empresarial a partir de uma cultura tecnológica.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GALVÃO, Jorge. O neoconstitucionalismo e o fim do estado de direito. Saraiva, 2013.

GUERRA, Sidney. Direitos humanos: na ordem jurídica internacional e reflexos na ordem constitucional brasileira. 2ª edição. Atlas, 2014.

HARTLEY, Scott. O fuzzy e o techne: por que as ciências humanas vão dominar o mundo digital. São Paulo: BEI Comunicação, 2017.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 14ª edição. Saraiva, 2013.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Curso de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho, volume I: parte I. São Paulo: LTr, 2011.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Curso de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho, volume I: parte II. São Paulo: LTr, 2017.

SEVERO, Valdete Souto. Garantia de Manutenção no Emprego: Condição de Possibilidade da Verdadeira Negociação Coletiva. In Cadernos da Amatra 4, 9ª edição, out/dez 2008.

SEVERO, Valdete Souto. O Dever de motivar a Despedida: Argumentos para uma lógica comprometida com a ordem constitucional vigente. Livraria do Advogado. Porto Alegre, 2011.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A convenção nº 158 da OIT e a perda do emprego. Jornal Trabalhista Consulex: Brasília, DF, n.1248, 17 nov. 2008.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. O abuso das dispensas coletivas e a reação corretiva do Direito do Trabalho. Acesso: <http://www.jorgesoutomaior.com/blog/o-abuso-das-dispensas-coletivas-e-a-reacao-corretiva-do-direito-do-trabalho>

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Ainda o abuso das dispensas coletivas. Acesso: <http://www.jorgesoutomaior.com/blog/ainda-o-abuso-das-dispensas-coletivas>

VIANA, Márcio Túlio. Trabalhador sem medo - alguns argumentos em defesa da convenção n.158 da OIT Revista LTr: Legislação do Trabalho: São Paulo. São Paulo, v.72, n.4, p.438-443, abr. 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AROUCA, José Carlos. A convenção n. 158 e as dispensas coletivas. Revista Justiça do Trabalho. Local ,Nº 291, março, 2008.

BAYLOS, Antonio; PÉREZ REY, Joaquín. El Despido o La violencia del Poder Privado. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

CANOTILHO, J.J. Gomes. MENDES, Gilmar Ferreira. SARLET, Ingo Wolfgang. STRECK, Lenio Luiz. Comentários à Constituição do Brasil. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

EDELMAN, Bernard. A legalização da classe operária. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016

FERRAZ HAZAN, Ellen Mara. Da Greve ao Locaute: contribuições para a luta coletiva. Belo Horizonte: RTM, 2016.

GIANNOTTI, Vito. História das lutas dos trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MACIEL, José Alberto Couto. Vigência da Convenção nº 158 da OIT. In Trabalho & Doutrina. São Paulo: Saraiva, nº 11, dezembro de 1996, p. 20-23.

MARTINS CATHARINO, José. Em Defesa da Estabilidade. São Paulo: LTr, 1966.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MORAES FILHO, Evaristo de. Tratado elementar de direito do trabalho. V. I. São Paulo: Livraria Freitas Bastos S/A, 1960.

PAIXAO, CRISTIANO. LOURENCO FILHO, Ricardo. A greve e sua conformação pelo TST: desvelando mentalidades. FERNANDES COUTINHO, Grijalbo e outros (coord). O Mundo do Trabalho. Volume I. Leituras Críticas da jurisprudência do TST: em defesa do direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2009, pp. 65-76.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. HALL, Michael M. A Classe Operária no Brasil. 1889-1930. Documentos. V. I. O Movimento Operário. São Paulo: FUNCAMP, 1979.

SANTANA, Marco Aurélio. RAMALHO, José Ricardo (org). Além da Fábrica. Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SEGATTO, José Antônio. A formação da classe operária no Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Direitos Humanos e Empresas**

Ano/Semestre: 2019/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

EMENTA

Fenômeno da Globalização. Empresas no Contexto Internacional. Proteção aos Direitos Humanos nas Empresas. Empresas Transnacionais. A OIT e ONU na defesa dos Direitos Humanos dos Trabalhadores. Neoescravidão. Princípios Orientadores das Empresas e Direitos Humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Riscos Tecnológicos e Atividade Empresarial. Responsible Research and Innovation (RRI). O reflexo do RRI na estrutura organizacional dos direitos humanos nas empresas. Responsabilidade Social nas Empresas. Desenvolvimento Humano-Empresarial. O contrato de trabalho como um contrato de Direitos Humanos. Reforma Trabalhista e Direitos Humanos.

OBJETIVOS

- a) Estudar o âmbito empresarial dos Direitos Humanos;
- b) Perquirir os efeitos do estudo dos Direitos Humanos no contrato de trabalho;
- c) Estabelecer a estrutura humana como fator de desenvolvimento empresarial, fora da dualidade empregado e empregador.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABBOT, C. “Non-state Actors and the Challenges of Regulating New Technology”, *Journal of Law and Society*, 39, 3, p. 329-358, September 2012.

ADAMEK, M. V. v. Responsabilidade civil dos administradores de S/A. Saraiva, São Paulo, 2009.

BACKER, L. C. “Multinational corporations as objects and sources of transnational regulation”, *ILSA Journal of International & Comparative Law*, 14, 2, p. 499-523, 2008.

BROWNSWORD, R. “Technological management and the Rule of Law”, *Law, Innovation and Technology*, 8, 1, p. 100-140, 2016.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. 17. ed. rev. e atual. Tradução de Roneide Venancio Majer. Paz & Terra, São Paulo, 2016.

COLLINGRIDGE, D. *The social control of technology*. St. Martin's Press, New York, 1980.

CORTINA, A. *Cidadão do mundo: para uma teoria da cidadania*. Loyola, São Paulo, 2005.

MARCHANT, G. E.; SYLVESTER, D. J. “Transnational models for regulation of nanotechnology”. *Journal of Law, Medicine and Ethics*, p. 714-725, Winter 2006. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=907161>>. Acesso em 30 jan. 2019.

RUGGIE, J. G. *Quando negócios não são apenas negócios: as corporações multinacionais e os direitos humanos*. Tradução de Isabel Murray, Planeta sustentável, São Paulo, 2014. Documento disponível para Kindle.

SÁ E BENEVIDES, I. A.; SÁ RIBEIRO, M. R. de. “A internacionalização dos direitos humanos e sua repercussão na atuação das empresas transnacionais”. ALL, P. M.; OVIEDO ALBÁN, J.; VESCOVI, E. (Directores). *La actividad internacional de la empresa*. Grupo Editorial Ibáñez, Bogotá, 2017, p. 288-308.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DARNACULLETA I GARDELLA, M. M. “La autorregulación regulada en la doctrina anglosajona y continental-europea”. In: *Autorregulación y sanciones*. ARROYO JIMÉNEZ, L.; NIETO MARTIN, A. (Dirección). Editorial Aranzadi, Navarra, 2015.

ENGELMANN, W. “O pluralismo das fontes do Direito como uma alternativa para a estruturação jurídica dos avanços gerados a partir da escala manométrica”. STRECK, L. L.; ROCHA, L. S.; ENGELMANN, W. (Org.). Constituição, Sistemas Sociais e Hermenêutica - Anuário do Programa de Pós-Graduação em Direito da Unisinos. Livraria do Advogado Editora, Porto Alegre, 13, p. 247-259, 2017.

ESTEVE PARDO, J. “El reto de la autorregulación o cómo aprovechar en el sistema jurídico lo que se gesta extramuros del mismo. Mito y realidad del Caballo de Troya”. ARROYO JIMÉNEZ L. y NIETO MARTÍN, A. (Dirección). Autorregulación y sanciones. Editorial Aranzadi, Navarra, 2015.

GRUNWALD, A. The hermeneutic side of responsible research and innovation. Wiley/ISTE, London, 2016, v. 5. Documento disponível para Kindle.

GUSTON, D. H. “Understanding ‘anticipatory governance’”. Social Studies of Science, 44, 2, p. 218-242, 2014.

HANNUM, H. “Reinvigorating Human Rights for the Twenty-First Century”, Human Rights Law Review, 16, p. 409-451, 2016.

HERBERG, M. “Global legal pluralism and interlegality: environmental self-regulation in multinational enterprises as global law-making”. DILLING, O.; HERBERG, M. and WINTER, G. (Editors). Responsible business: self-governance and law in transitional economic transactions. Hart Publishing; Oñati International Series in Law and Society, Oxford, 2008.

HOFFMANN-RIEM, W. “Direito, tecnologia e inovação”. MENDES, G.; SARLET, I. W.; COELHO, A. Z. P. (Coord.). Direito, Inovação e Tecnologia. Saraiva, São Paulo, 2015, vol. 1.

HOLLINGWORTH, P. The light and fast organization: a new way of dealing with uncertainty. Wiley, Melbourne, 2016.

INOVAÇÃO: O motor da indústria do future. Revista Exame, Edição de Aniversário, São Paulo, ano 51, n. 15, p. 2-3, 02 ago. 2017.

MARCHANT, G. E.; SYLVESTER, D. J. “Transnational models for regulation of nanotechnology”. Journal of Law, Medicine and Ethics, p. 714-725, Winter 2006.

NORDMANN, A. “Responsible innovation, the art and craft of anticipation”, Journal of Responsible Innovation, 1, 1, p. 87-98, 2014.

ONU. Guiding principles on business and human rights: Implementing the United Nations “Protect, Respect and Remedy” Framework. Human Rights Council (A/HRC/17/31), which also includes an introduction to the Guiding Principles and an overview of the process that led to their development. The Human Rights Council endorsed the Guiding Principles in its resolution 17/4 of 16 June 2011.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Efetividade do Processo Previdenciário**

Ano/Semestre: 2019/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

EMENTA

A constitucionalização do processo. Efetividade do Processo Previdenciário. Autonomia do Processo Previdenciário. Acesso à Justiça. Razoável Duração do Processo. Tutela Jurisdicional Efetiva. Os Juizados Especiais Federais: aspectos destacados desse modelo de tutela jurisdicional. Aspectos particulares das demandas previdenciárias. O sistema de precedentes vinculantes do CPC e seus impactos nas demandas previdenciárias. Os Precedentes vinculantes no âmbito dos Juizados Especiais Federais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A constitucionalização do processo: processo e democracia, princípios constitucionais do processo civil: devido processo legal – contraditório formal e material – cooperação processual – proibição das decisões-surpresa – dever de fundamentação analítica das decisões judiciais. É possível sustentar a autonomia do processo previdenciário? Tutela Jurisdicional Efetiva: quais são os desafios a serem superados para o aumento da Efetividade no acesso à Justiça? Aspectos particulares das demandas previdenciárias: quais são as principais particularidades que são vivenciadas no exame das demandas previdenciárias? Precedentes no civil law: fundamentação e precedentes, ratio decidendi e obiter dictum, procedentes e coisa julgada. Em face da implementação do novo sistema de precedentes vinculantes do CPC: a) quais são as dificuldades iniciais que estão sendo sentidas? b) como ele pode ser aperfeiçoado? C) quais são os impactos nos Juizados Especiais Federais, em face do seu sistema recursal específico.

OBJETIVOS

- a) Avaliar os limites e as possibilidades de acesso a jurisdição em um contexto de crise vivenciado pelo Poder Judiciário.
- b) Estudar os impactos das mudanças introduzidas pelo novo CPC nas demandas previdenciárias.

- c) Aferir as dificuldades em definir quais as mudanças que são aplicáveis ao sistema específico dos Juizados Especiais Federais.
- c) Compreender as características gerais do modelo recursal acolhido pelos juizados especiais.
- d) Conhecer as principais dificuldades na aplicação de um sistema de precedentes vinculantes em face da tradição do modelo brasileiro tributário da tradição do *civil law*.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABBOUD, Georges. Discricionariedade administrativa e judicial. São Paulo: Ed. RT, 2015.

BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Patrícia Perrone Campos. Trabalhando com uma nova lógica: a ascensão dos precedentes no direito brasileiro. Brasília: Revista da AGU, 2016.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988. Título original: The Worldwide Movement to Make Rights Effective. A General Report.

CÔRTEZ, Osmar Mendes Paixão. A objetivação do processo e o ativismo judicial no contexto do pós-positivismo. Revista de Processo, São Paulo, v. 251, jan. 2016.

LAZZARI, João Batista. Princípios constitucionais do acesso à justiça e da razoável duração do processo: uma análise da efetivação dessas garantias no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis. Revista Eletrônica Direito e Política. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.8, n.1, 1º quadrimestre de 2013. Disponível em: <www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791>. Acesso em: 17 fev. 2019.

LAZZARI, João Batista; SAVARIS, José Antonio; PORENA, Daniele. O Acesso à Justiça nos Juizados Especiais: uma análise crítico-propositiva ao modelo dos juizados especiais federais para obtenção de

um processo justo. In: CRUZ, Paulo Márcio; MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Sistema brasileiro de precedentes: natureza: eficácia: operacionalidade. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes obrigatórios. 3. ed. São Paulo: Ed. RT, 2013.

SAVARIS, José Antonio. Direito Processual Previdenciário. 7 ed. Curitiba: Juruá, 2018.

THEODORO JR, Humberto; NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre; PEDRON, Flávio. Novo CPC: fundamentos e sistematização. 2. ed. Rio de Janeiro: GEN Forense, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARRUDA ALVIM WAMBIER, Teresa; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno (Coord.). Breves comentários ao novo Código de Processo Civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

CÔRTEZ, Osmar Mendes Paixão. A reclamação para os Tribunais Superiores no Novo CPC, com as alterações da Lei 13.256/2016. Revista de Processo, São Paulo, v. 257, jul. 2016.

COUTERE, Eduardo J. Fundamentos del Derecho Procesal Civil. Buenos Aires: Ediciones Depalma, 1985.

CROSS, Rupert; HARRIS J. W. Precedent in English Law. 4 ed. Oxford: Clarendon Law Series Press, 1991.

DANTAS, Bruno. Teoria dos recursos repetitivos: tutela pluri-individual nos recursos dirigidos ao STF e ao STJ (arts. 543-B e 543-C do CPC (LGL\2015\1656)). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DUXBURY, Neil. The nature and authority of precedent. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

FIGUEIRA JÚNIOR. Joel Dias. Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

FLOYD, Michael. Class Actions e Outros tipos de litígios coletivos: a experiência dos Estados Unidos com possíveis analogias com as demandas repetitivas. Trad. Maria Cristina Zucchi. In: Seminário Demandas Repetitivas na Justiça Federal: possíveis soluções processuais e gerenciais, 28 fev. e 1º mar. 2013. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2013. (Série Cadernos do CEJ n. 29). p. 32-52.

FREITAS, Vladimir Passos de. Considerações sobre a Eficiência na Administração da Justiça. Revista Consultor Jurídico. 08 nov. 2006. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2006-nov-08/consideracoes_administracao_justica>. Acesso em: 30 jan. 2019.

MELLO, Rogério Licastro de. Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil (em cooperação com Teresa Arruda Alvim, Maria Lúcia Lins da Conceição e Leonardo Ferres da Silva Ribeiro). São Paulo: Ed. RT, 2015.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; RODRIGUES, Roberto de Araújo Ribeiro. O microsistema de formação de precedentes judiciais vinculantes previsto no novo CPC (LGL\2015\1656). Revista de Processo, São Paulo, v. 259, set. 2016.

PUGLIESE, William. Precedentes e a civil law brasileira: interpretação e aplicação do novo Código de Processo Civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva. Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil (em cooperação com Teresa Arruda Alvim, Maria Lúcia Lins da Conceição e Rogério Licastro Torres de Mello). São Paulo: Ed. RT, 2015.

SERAU JR. Marco Aurélio; DONOSO, Denis (Coord.). Juizados Especiais Federais: reflexões nos dez anos de sua instalação. Curitiba: Juruá, 2012.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Normas Gerais e Regimes Próprios de Previdência**

Ano/Semestre: 2019/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

EMENTA

O Regime Próprio de Previdência. A Proposta de Reforma Previdenciária. Custeio da Seguridade Social. O mito ou a realidade do déficit previdenciário. Os Regimes Próprios de Previdência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Benefícios do Regime Geral de Previdência. Regime Próprio. Princípios. Regimes Jurídicos dos Servidores: celetista, estatutário e outros. Transformação de Regimes. Regime Jurídico Único. Sistema remuneratório – limite remuneratório. Processo Administrativo Disciplinar – Inquérito – Julgamento – Revisão do Processo. Processo Administrativo no Regime Próprio. Contabilidade Previdenciária no Regime Próprio. Benefícios Por Incapacidade. Aposentadoria Compulsória. Aposentadoria Por Idade. Aposentadoria Por Tempo de Contribuição. Aposentadoria Especial do Servidor. Pensão Por Morte. Previdência Complementar dos Servidores Públicos. O Judiciário e o Regime Próprio. Análise de Casos.

OBJETIVOS

- a) Diferenciar as regras do Regime Geral de Previdência e do Regime Próprio de Previdência;
- b) Estudar as Transformações entre os Regimes de Previdência e os Efeitos na Aposentadoria;
- c) Elaborar Teses Inovadoras no Direito Previdenciário a partir da experiência dos Julgados de Tribunais.

.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de

aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- IBRAHIM, Fábio Zambite. Curso de direito previdenciário. 20. ed. Rio de Janeiro: Impetrus, 2015.
- JORGE, Táris Nametela Sarlo. Teoria geral do direito previdenciário e questões controvertidas do regime geral (INSS), do regime dos servidores públicos e dos crimes previdenciários. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- JÚNIOR, Nilson Martins Lopes. Direito previdenciário: Custeio e benefícios. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2010.
- KERTZMAN, Ivan. Curso prático de direito previdenciário. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2015.
- KRAVCHYCHYN, Jefferson Luis et al. Prática processual previdenciária: administrativa e judicial. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. Livro Eletrônico.
- LEITÃO, André Studart. Manual de direito previdenciário. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Livro Eletrônico.
- MARTINEZ, Wladimir Novaes. Comentários à lei básica da previdência social. 5. ed. São Paulo: LTr, 2001.
- MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de direito previdenciário. 3. ed. São Paulo: LTr, 2010.
- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- ROCHA, Daniel Machado da. BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do advogado; ESMAFE, 2011.
- ROCHA, Daniel Machado da. O direito fundamental à previdência social na perspectiva dos princípios constitucionais diretivos do sistema previdenciário brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
- ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BALERA, Wagner. A seguridade social na Constituição de 1988. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

BARBOSA, Gustavo Garcia. Direito do trabalho, seguridade social e processo civil: a evolução diante das mudanças no sistema jurídico. São Paulo: Saraiva, 2016.

BELTRÃO, Irapuã. Curso de direito tributário. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014. Livro Eletrônico.

BRAGANÇA, Kerlly Huback. Manual de direito previdenciário. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. Livro Eletrônico.

BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo código de processo civil brasileiro. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Livro eletrônico.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016. Livro Eletrônico.

CHAMON, Omar. Introdução ao direito previdenciário. 1. ed. Barueri: Manole, 2005.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Previdência Social e empresas**

Ano/Semestre: 2019/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

EMENTA

Conceitos Constitucionais e Legislativos acerca do Financiamento Previdenciário. Programas obrigatórios no ambiente de trabalho. Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP). Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Ações Regressivas propostas pelo INSS em face das empresas. Desoneração Judicial da folha de salários. Efeitos dos Benefícios Previdenciários no Contrato de Trabalho. Crimes Previdenciários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Previdência como direito fundamental. Financiamento do sistema. Acidentes de Trabalho e Repercussões Previdenciárias. Oneração de folha. INSS e Empresas. Risco Previdenciário. Instrumentos de Prevenção nas Empresas. PPRA. LTCAT. PCMSO. Importância das Normas Regulamentadoras. Crise na Previdência.

OBJETIVOS

- a) Compreender a atual dinâmica previdenciária nas empresas;
- b) Estudar os instrumentos de proteção empresarial no tocante ao risco previdenciário dos trabalhadores;
- c) Reconhecer a Previdência Social como um direito fundamental e social no equilíbrio das relações humano-empresariais.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de

aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de direito constitucional. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DIAS, Eduardo Rocha. Curso de direito previdenciário. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2012.

ROCHA, Daniel Machado da. BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do advogado; ESMAFE, 2011.

ROCHA, Daniel Machado da. O direito fundamental à previdência social na perspectiva dos princípios constitucionais diretivos do sistema previdenciário brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

RUBIN, Fernando. Aposentadorias previdenciárias no regime geral da previdência social. São Paulo: Atlas, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de direito constitucional. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVEIRA, João Augusto Câmara da. O conceito da incapacidade no âmbito do benefício previdenciário da aposentadoria por invalidez. Revista Direito e Liberdade, Natal, v. 17, n.1 p. 91130, jan./abr. 2015. Quadrimestral.

SIMÕES, Carlos. Curso de direito do serviço social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

TAVARES, Marcelo Leonardo. Direito previdenciário. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IBRAHIM, Fábio Zambite. Curso de direito previdenciário. 20. ed. Rio de Janeiro: Impetrus, 2015.

JORGE, Társis Nametela Sarlo. Teoria geral do direito previdenciário e questões controvertidas do regime geral (INSS), do regime dos servidores públicos e dos crimes previdenciários. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

JÚNIOR, Nilson Martins Lopes. Direito previdenciário: Custeio e benefícios. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2010.

KERTZMAN, Ivan. Curso prático de direito previdenciário. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2015.

KRAVCHYCHYN, Jefferson Luis et al. Prática processual previdenciária: administrativa e judicial. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. Livro Eletrônico.

LEITÃO, André Studart. Manual de direito previdenciário. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Livro Eletrônico.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Comentários à lei básica da previdência social. 7. ed. São Paulo: LTr, 2005.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de direito previdenciário. 7. ed. São Paulo: LTr, 2017.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROCHA, Daniel Machado da. BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do advogado; ESMAFE, 2011.

ROCHA, Daniel Machado da. O direito fundamental à previdência social na perspectiva dos princípios constitucionais diretos do sistema previdenciário brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Processo Previdenciário na Prática Empresarial**

Ano/Semestre: 2019/2

Nível: Mestrado

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

EMENTA

Princípios do Processo Previdenciário. Início do Processo Previdenciário. Fase Instrutória do Processo Previdenciário. Fase Decisória do Processo Previdenciário. Recursos Administrativos. Recurso Ordinário. Recurso Especial. Embargo de Declaração e Erro Material. Reclamação ao Conselho Pleno. Uniformização de Jurisprudência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Juizado Especial Federal. Prática Processual. Justiça Federal. Prática Processual. Instâncias Superiores. Prática Processual. Mandado de Segurança e Benefícios Previdenciários. A Sentença Trabalhista e sua Repercussão no Direito Previdenciário. Decisões Previdenciárias Comentadas da TNU, do STJ e do STF. Prática Processual. Dano Moral Previdenciário. Teses no Direito Previdenciário.

OBJETIVOS

- a) Compreender a sistemática processual previdenciária no contexto das demandas contemporâneas;
- b) Estudar todas as fases do processo previdenciário e suas implicações no cotidiano empresarial;
- c) Refletir sobre os efeitos da sentença trabalhista no processo previdenciário.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de

aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALERA, Wagner. A seguridade social na Constituição de 1988. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

BARBOSA, Gustavo Garcia. Direito do trabalho, seguridade social e processo civil: a evolução diante das mudanças no sistema jurídico. São Paulo: Saraiva, 2016.

BELTRÃO, Irapuã. Curso de direito tributário. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014. Livro Eletrônico.

BRAGANÇA, Kerlly Huback. Manual de direito previdenciário. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. Livro Eletrônico.

BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo código de processo civil brasileiro. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Livro eletrônico.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016. Livro Eletrônico.

CHAMON, Omar. Introdução ao direito previdenciário. 1. ed. Barueri: Manole, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DALSOTTO, Juliana Guasselli; TRICHES, Alexandre Schumacher. Da ampliação do instituto da grande invalidez para outros benefícios previdenciários – limites e possibilidades. Revista Direito Cultura e Cidadania - CNEC OSÓRIO / FACOS VOL. 4 – Nº 1 – MARÇO/2014 – ISSN 2236-3734. Disponível em: <
http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/direito_cultura_e_cidadania/marco_2014/pdf/da_ampliacao_do_instituto_da_grande_invalidez_para_outros_beneficios_previdenciarios_limites_e_possibilidades.pdf>.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de direito constitucional. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DIAS, Eduardo Rocha. Curso de direito previdenciário. 3 ed. Rio de Janeiro: Método, 2012.

DUARTE, Marina Vasques. Direito previdenciário. 5. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.

EDUARDO, Ítalo Romano. EDUARDO, Jeane Tavares Aragão. Curso de direito previdenciário. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FELIPE, J. Franklin Alves. Curso de direito previdenciário. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

FELIX, Jorge. Desafios da previdência social para um país que envelhece e o risco da aposentadoria como prêmio. In: BERZINS, Marília Viana; BORGES, Maria Claudia (Org.). Políticas públicas para um país que envelhece. São Paulo: Martinari, 2012. p. 137-154.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Curso de direito da seguridade social. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

GLASENAPP, Ricardo Bernd. Direito previdenciário. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

GOES, Hugo. Manual de direito previdenciário. 10. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2015.

HORVAT JÚNIOR, Miguel; AMORIM, José Roberto Neves (Coord.). Direito previdenciário. Barueri: Manole, 2011.

HORVATH JÚNIOR, Miguel.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Reformas Trabalhistas e Previdenciárias no Brasil e no mundo**

Ano/Semestre: 2019/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

EMENTA

Reforma Trabalhista na Europa e modelos de influência para o Brasil. O trabalhador intermitente. Os contratos zero-hora. Reformas da Previdência. O modelo de Previdência Chileno. Brasil e as Ondas Reformistas. Velhice e desenvolvimento social. Crítica aos movimentos de retirada de direitos sociais. A Empresa e as Reformas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Lei 13.467/2017 e Reforma Trabalhista no Brasil. O mito da CLT fascista e o mito da Justiça do Trabalho. Tempo e Trabalho. Precarização das relações laborais. Risco empresarial com o adoecimento de trabalhadores. Novas estruturas remuneratórias e os efeitos prejudiciais na Previdência. Políticas Públicas de Empregabilidade. O novo Direito do Trabalho. O novo Direito Previdenciário. Crise e tendências de mercado. Negociação Coletiva: utopia ou realidade.

OBJETIVOS

- a) Comparar os modelos de reforma trabalhista ocorridos no mundo e no Brasil;
- b) Desmistificar conceitos comuns acerca das reformas trabalhistas e previdenciárias para se estabelecer um juízo crítico da nova legislação;
- c) Entender que os movimentos de reforma não podem violar a estrutura dos direitos sociais inscritos na Constituição Federal de 1988.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de

aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENDA, Laura Rodrigues (org.). A reforma trabalhista na visão da AJD. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2018.

CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena. Dicionário de Trabalho e Tecnologia. 2.ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

DE MASI, Domenico. O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós industrial. Distrito Federal: Editora da UNB, 1999.

MELO, Sandro Nahmias. RODRIGUES, Karen Rosendo de Almeida Leite. Direito à desconexão do trabalho com análise crítica da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) Teletrabalho, Novas Tecnologias e Dano Existencial. São Paulo: LTr, 2018.

MUÑIZ, Javier Fernández-Costales. Estudios sobre las últimas reformas laborales: efectos de la crisis em el derecho del trabajo. Eolas Ediciones.

OLEA, Manuel Alonso. El trabajo como bien escasso y la reforma de su mercado. Civitas, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5.ed. Oboré: São Paulo, 1993.

DEJOURS, Christophe. BÈGUE, Florence. Trabajo y suicídio. Madrid: Modus Laborandi, 2010.

KON, Anita. A economia do trabalho: qualificação e segmentação no Brasil. Rio de Janeiro: Altabooks, 2016.

PORTO, Ederson Garin. Manual Jurídico da Startup: como criar e desenvolver projetos inovadores com segurança. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

RIFKIN, Jeremy. O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo. São Paulo: M. Books, 2004.

SUPIOT, Alain. Crítica do direito do trabalho. Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

SUPIOT, Alain. Homo juridicus. Ensaio sobre a função antropológica do Direito. Martins Fontes, 2007.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Contratos**

Ano/Semestre: 2019/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

EMENTA

Estudo do instituto jurídico “contrato” mediante a análise dos pressupostos teóricos que o fundamentam. Princípios incidentes em matéria contratual; sua formação e responsabilidade pré-contratual. Principais espécies contratuais. Disciplina dos contratos e sua repercussão econômica (análise econômica do contrato). Conexidade e catividade contratual. Contratos de consumo, empresariais e internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Formalismo e funcionalismo no direito dos contratos.
- Análise econômica dos contratos: assimetria de informações, risco moral (*moral hazard*), seleção adversa (*adverse selection*) e sinalização.
- Princípios de direito obrigacional/contratual: autonomia privada, boa-fé objetiva, equilíbrio e função social.
- Formação dos contratos.
- Interpretação dos contratos civis, empresariais, de consumo e internacionais.
- Responsabilidade civil e contratos.
- Tipicidade, atipicidade e espécies contratuais.

PLANO DE ENSINO

Aula 01: Apresentação da atividade acadêmica e divisão dos trabalhos.

Aula 02: Análise Econômica do Direito Contratual: Teorema de Coase e Custos de Transação - Introdução.

Leitura obrigatória:

<http://www3.nccu.edu.tw/~jsfeng/CPEC11.pdf>

Aula 03: Análise Econômica do Direito Contratual: Assimetria Informacional, em especial Risco Moral e Seleção Adversa.

Leitura obrigatória:

https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com.br/&http_sredir=1&article=1036&context=law_and_economics

Aula 04: Análise Econômica do Direito Contratual: Governança Contratual e *Hold Up*.

Leitura obrigatória:

http://masonlec.org/site/rte_uploads/files/Klein%20class%203%20required.pdf

Aula 05: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Incompletude e a Problemática do Contrato no Tempo.

Leitura obrigatória:

<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67626/70236>

Aula 06: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Redes de Contratos.

Leitura obrigatória:

<http://www.seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/70573>

Aula 07: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Especificidades dos Contratos Cíveis e Empresariais.

Leitura obrigatória:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/183681/mod_resource/content/1/FORGIONI%20C%20Paula%20-%20Teoria%20Geral%20dos%20Contratos%20Empresariais%20-%20P.%202023-54.pdf

Aula 08: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Contratos e Relações de Trabalho na Atualidade: Entre Mercado, Formas Híbridas e Hierarquias.

Leitura obrigatória:

https://www.academia.edu/19908926/Mutant-Firms_in_the_New_Economy

Aula 09: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Contratos de Consumo, Assimetria Informacional e Economia Comportamental.

Leitura obrigatória: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2296015

Aula 10: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Contrato e Novas Tecnologias: *Blockchain* e *Smart Contracts*.

Leitura obrigatória: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3090226

Encerramento dos encontros da atividade acadêmica.

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros, o que requer frequência, engajamento efetivo nas discussões e apresentação oral de leituras prévias efetivadas sobre os temas dos seminários (10% da nota final); 2. participação efetiva na apresentação do respectivo seminário temático (40% da nota final); 3. entrega pontual e qualidade do artigo final (50% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Fernando. **Teoria económica do contrato**. Coimbra: Almedina, 2007.

CATALAN, Marcos et al. **Direito dos contratos**. São Paulo: RT, 2008.

COASE, Ronald H. **The firm, the market and the law**. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

COUTO E SILVA, Clóvis. **A obrigação como processo**. São Paulo: Bushatsky, 1976.

FORGIONI, Paula A. **Teoria geral dos contratos empresariais**. São Paulo: RT, 2010.

ROPPO, Enzo. **O contrato**. Tradução de Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra: Almedina, 2009.

TIMM, Luciano Benetti (Org.). **Direito e economia no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2012.

TIMM, Luciano Benetti. **Direito contratual brasileiro: críticas e alternativas ao solidarismo jurídico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

WEINRIB, Ernest J. **The idea of private law**. Cambridge: Harvard University 1995.

WILLIAMSON, Oliver E. **The economic institutions of capitalism**. New York: Free Press, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Extinção dos contratos por incumprimento do devedor: resolução**. 2. ed. rev e atual. Rio de Janeiro: Aide, 2003.

AMARAL NETO, Francisco dos Santos. **A autonomia privada como princípio fundamental da ordem jurídica perspectivas estrutural e funcional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. (Doutrinas Essenciais de Direito Civil, 2).

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. **Função social dos contratos: interpretação à luz do Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2009.

DRESCH, Rafael de Freitas Valle. **Fundamentos do direito privado: uma teoria da justiça e da dignidade humana**. São Paulo: Atlas, 2013.

FORGIONI, Paula A. Integração dos contratos empresariais: lacunas, atuação dos julgadores, boa-fé e seus limites. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v. 45, p. 229-244, 2015.

FURUBOTN, Erik G.; RICHTER, Rudolf. **Institutions & economic theory: the contribution of the new institutional economics**. 2nd ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005.

GORDLEY, James. **Foundations of private law: property, tort, contract, unjust enrichment**. New York: Oxford University Press, 2006.

HAYEK, Friedrich A. **Individualism and economic order**. Chicago: University of Chicago Press, 1948.

JENSEN, Michael. **Foundations of organizational strategy**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. **Contratos relacionais e defesa do consumidor**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no código de defesa do consumidor: o novo regime das relações contratuais**. 6. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado**. São Paulo: RT, 2000.

NEGREIROS, Teresa. **Teoria do contrato: novos paradigmas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

RODRIGUEZ, José Rodrigo; SALAMA, Bruno Meyerhof. **Para que serve o direito contratual?: direito, sociedade e economia**. São Paulo: Direito GV, 2014.

SILVA, Luis Renato Ferreira da. **Reciprocidade e contrato**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Metodologia para Análise e Resolução de Casos**

Ano/Semestre: 2019/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

EMENTA

Paradigmas de Pesquisa em Direito; Projetos de Pesquisa (Estrutura, processo de desenvolvimento e critérios de qualidade); Métodos de Pesquisa: A pesquisa experimental, a pesquisa Survey, o Estudo de Caso, a Pesquisa-Ação, a Etnografia, Legal analysis and writing: how to read and brief a case and how to draft a memorandum (a experiência americana); Técnicas de coleta de dados; Técnicas de análise de dados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Pesquisa jurídica e suas características aplicadas ao Mestrado Profissional; etapas da construção de projeto de pesquisa; modelos e estruturas de Trabalho de Conclusão; metodologia da pesquisa jurídica, com ênfase na pesquisa empírica; estruturação e escrita de textos a partir da experiência jurídica americana.

AVALIAÇÃO

Participação qualificada nas aulas; apresentação de seminário e entrega de relatório de leituras e a elaboração do Projeto de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. **Pesquisa empírica em direito**: as regras de inferência. Tradução de Fábio Morosini. São Paulo: Direito GV, 2013. Disponível em: <file:///D:/Desktop/Pesquisa_empirica_em_direito.pdf> Acesso em 14 jan. 2018.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

PARGENDLER, Marlana; SALAMA, Bruno Meyerhof. Direito e consequência no Brasil: em busca de um discurso sobre o método. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 262, p. 95-144, jan./abr. 2013.

SIEMS, Mathias M. and SÍTHIGH, Daithí mac. Mapping Legal Research. In: **The Cambridge Law Journal**, v. 71, 2012, p. 651-676.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

WELLFORD, Robin S. **Legal analysis and writing**. [S.l.]: Lexis-Nexis Eletronic Authors, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABERNATHY, Charles F. **Law in the United States**. New York: Thomson West, 2006 (American Casebook Series).

BACHARACH, S. B. Organizational theories: some criteria for evaluation. **Academy of management Review**, New York, v. 14, n. 4, p. 496-515, 1989.

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de Aula Invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BROWN, Tim. **Design Thinking: uma metodologia ponderosa para decretar o fim das velhas ideias**. Tradução de Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Rlsevier, 2010.

COLLIS, H.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Thousand Oaks: Sage Publication, 2003.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 64-89.

HOECKE, Mark Van. **Methodologies of legal research: which kind of method for what kind of discipline?** Oxford: Hart Publishing, 2013.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da pesquisa jurídica: técnicas de investigação, argumentação e redação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 14. ed. Tradução de Maria D. Alexandre; Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

O'REALLY-KELLY, S. W.; VOKURKA, R. J. The empirical assessment of construct validity. **Journal of Operations Management**, Amsterdam, v. 16, p. 387-405, 1998.

SCHWAB, D. P. A model of empirical research. In: _____. **Research methods for organizational studies**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1999. p. 13-28.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZABALA, Filipe Jaeger; SILVEIRA, Fabiano Feijó. Jurimetria: estatística aplicada ao Direito. In: **Revista Direito e Liberdade – RDL – ESMARN** – v. 16, n. 1, p. 87-103, jan./abr. 2014.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Empresa, Economia e Desenvolvimento**

Ano/Semestre: 2019/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

EMENTA

Aspectos estruturantes do Direito de Empresa. A realidade jurídica das sociedades contempladas no Código Civil e na legislação esparsa empresarial, notadamente a Sociedade por Ações. O fenômeno da internacionalização de sociedades empresárias brasileiras: necessidade de posicionamento global, adequação jurídica da estrutura societária e padrões escriturais internacionais. A importância dos acordos de acionistas como meio de prevenir conflitos. A administração com base nas boas práticas de governança corporativa. Análise do direito societário à luz da legislação e jurisprudência de alguns Estados estrangeiros. Tratados aplicáveis às sociedades e a algumas de suas transações internacionais. Análise dos principais temas relacionados à clássica teoria geral do Direito Comercial, a partir da unificação do direito privado e das relações entre Direito e economia. Estudo das principais características dos tipos societários previstos no direito brasileiro, com ênfase nas sociedades limitadas e nas sociedades anônimas. Exame dos principais atos e operações societárias tais como fusões, aquisições, formação de joint ventures e de consórcios.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O Direito Penal contemporâneo – globalização, sociedade do risco e expansão do direito penal.
- Direito Penal Econômico e *white-collar crime*.
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem tributária.
- Crimes contra a ordem previdenciária.
- Contrabando e descaminho.
- Lei 9.613/1998 – Crimes de lavagem de dinheiro
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem econômica.

- Lei 7.492/1986 – Crimes contra o sistema financeiro nacional.
- Corrupção.
- Lei 12.850/2013 – Organizações criminosas.
- Investigação e processo penal no Direito Penal Econômico-Empresarial.
- Cooperação jurídica internacional.
- Acordo de leniência e colaboração premiada.
- *Compliance programs e criminal compliance.*

AVALIAÇÃO

Participação em aula, participação nos seminários, fichas de leitura e prova com consulta e/ou artigo científico para publicação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVALLI, Cassio. **Empresa, direito e economia**. São Paulo: Saraiva, 2014.

COASE, R. H. **The firm, the market and the law**. [S.l.]: The University of Chicago Press, 1990.

COOTER, Robert D.; UELEN, Thomas. **Direito e economia**. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

EASTERBROOK, F. **The economic structure of corporate law**. Cambridge: Harvard University Press, 1996

KRAAKMAN, Reiner. et al. **The anathomy of corporate law: a comparative and functional approach**. Oxford: Oxford University, 2000.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. **Análise econômica do direito**. São Paulo, Atlas, 2014.

NORTH, Douglass C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. [S.l.]: Instituto Liberal, 2002.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. **Direito, economia e mercados**. São Paulo: Campus, 2005.

SZTAJN, Rachel. **Teoria jurídica da empresa: atividade empresária e mercados**. São Paulo: Atlas, 2004.

SZTAJN, Rachel; ZYLBERSZTAJN, Decio; **Direito, economia e organizações**. [S.l.]: Campus, 2005.

YAZBEK, Otavio. **Regulação do mercado financeiro e de capitais**. 2. ed. [S.l.]: Elsevier, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Fernando. **Análise económica do direito, programa e guia de estudo**. [S.l.]: Almedina, 2008.

ASCARELLI, Tullio. **Panorama do direito comercial**. São Paulo: Saraiva e Cia, 1947.

ASQUINI, Alberto. Perfis da empresa. **Revista de Direito Mercantil**, São Paulo, n. 104, p. 108-126, out./dez. 1996.

BAINBRIDGE, Stephen M. **Corporate governance after the financial crisis**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

CRETELLA NETO, José. **Empresa transnacional e direito internacional: exame do tema à luz da globalização**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa**. 3. ed. São Paulo: RT, 2010.

MENDONÇA, J. X. Carvalho de. **Tratado de direito comercial brasileiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1945. v. 1.

POLINSKY, A. Mitchell. **An introduction to law and economics**. 3rd ed. New York: Aspen Publishers, 2003.

POSNER, Richard A. **Economic analysis of law: aspen law**. 8th ed. [S.l.]: Wolters Kluwer, 2005.

POSNER, Richard A. **How judges think**. [S.l.]: Harvard University Press, 2008.

SHAVELL, Steven. **Economic anaysis of law**. [S.l.]: Foundation Press, 2004.

SHAVELL, Steven. **Foundations of economic analysis of law**. [S.l.]: Harvard University Press, 2004.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. **Curso de direito comercial**. São Paulo: Malheiros, 2004. v. 1.

VIVANTE, Cesare. **Trattato di diritto commerciale**. 5. ed. Milano: Dottor Francesco Vallardi, 1934. v. 1.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Sistemas Jurídicos Internacionais**

Ano/Semestre: 2019/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

EMENTA

Caracterização, distinção e análise dos principais sistemas jurídicos contemporâneos: Civil Law e Common Law. Estudo do sistema jurídico inglês e do sistema jurídico norte-americano, com ênfase na formação do precedente judicial. Os sistemas jurídicos nos processos de integração regional: a formação e aplicação do Direito da União Europeia e do Direito do Mercosul. Peculiaridades do Direito Asiático.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- *Civil Law e Common Law*: Histórico, mapa atual, fontes do direito, *hard law* e *soft law*;
- Direito norte-americano (EUA): sistema judiciário, *case law*, formação do precedente;
- Direito inglês: histórico, sistema judiciário, precedente judicial;
- Direito da União Europeia: supranacionalidade e formação dos princípios comuns, sistema judiciário, aplicação uniforme do direito no espaço integrado;
- Direito do Mercosul: intergovernamentalidade, sistema jurídico, diálogo entre cortes;
- Direito asiático: história, formação, sistema judiciário.

AVALIAÇÃO

- Estudo de casos;
- Debates temáticos;
- *Paper* que será entregue ao final da disciplina.

CrITÉrios de avaliaÇão:

- *Paper*: 70%;
- Apresentação de trabalho em aula: 30%.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AJANI, Gianmaria et al. **Sistemas jurídicos comparados: lecciones y materiales**. Tradução de Beatriz Gregoraci Fernández. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2011.

DAVID, René. **Os grandes sistemas do direito contemporâneo**. Tradução de Hermínio A. Carvalho. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ENGELMANN, Wilson; [SCHIOCCHET, Taysa](#) (Coord.). **Sistemas jurídicos contemporâneos e constitucionalização do direito**. Curitiba: Juruá, 2013.

FINE, Toni M. **Introdução ao sistema jurídico anglo-americano**. Tradução de Eduardo Saldanha e Revisão técnica de Eduardo Apio. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

GALIO, Morgana Henicka. História e formação dos sistemas *Civil Law* e *Common Law*: a influência do direito romano e a aproximação dos sistemas. In: DE STUTZ E ALMEIDA, Eneá; NEUENSCHWANDER, Juliana Magalhães; WOLKMER, Antônio Carlos (Org.). **História do Direito II**. Florianópolis: CONPEDI, 2014, p. 233-255. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=c79d3508e2dc8fe8>

GONZÁLEZ MARTÍN, Nuria. **Sistemas jurídicos contemporâneos**. México, D. F.: Cultura Jurídica, 2010.

LOSANO, Mario G. **Os grandes sistemas jurídicos**. Tradução de Marcela Varejão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARINONI, Luiz Guilherme. A Transformação do *Civil Law* e a Oportunidade de um Sistema Precedentalista para o Brasil. **Revista Jurídica**, n. 380, p. 45-50, 2009.

MELLO, Patrícia Perrone Campos. Precedentes vinculantes nos Estados Unidos da América e no direito brasileiro: um estudo comparado. **Revista de Direito Internacional**, vol. 13, n. 3, p. 264-286, 2016. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/4236>. Acesso em: 19 out. 2018.

OLIVEIRA, Ana Carolina. Diferenças e semelhanças entre os sistemas da *Civil Law* e da *Common Law*. **Revista Direito Público**, vol. 12, n. 64, p. 109-126, 2015. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2737/1307>. Acesso em: 25 nov. 2018.

VIEIRA, Andréia Costa. **Civil Law e Common Law: os dois grandes sistemas legais comparados**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPPELLETTI, Mauro. **Juízes legisladores?** Tradução por Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabres Editor, 1993.

CROSS, Rupert; HARRIS, J. W. **El precedente en el derecho inglés.** Tradução de Maria Angélica Pulido. Barcelona: Marcial Pons, 2012.

DAVID, René. **O direito inglês.** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DOUGLAS-SCOTT, Sionaidh. **Law after modernity.** Oxford: Hart Publishing, 2013.

FARNSWORTH, E. Allan. **An introduction to the legal system of the United States.** 4th ed. New York: Oxford University Press, 2010.

FERNÁNDEZ VILA, María Fernanda. Las experiencias de integración en Asia. In: NEGRO, Sandra (Dir.). **Derecho de la integración:** manual. 2ª ed. Montevideo: BdeF, 2013.

FON, Vincy; PARISI, Francesco. Judicial precedents in civil law systems: a dynamic analysis. **International Review of Law and Economics**, [S.l.], n. 26, p. 519-535, 2006. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33111-41760-1-PB.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

GRUNDMANN, Stefan et al. **Direito privado, constituição e fronteiras:** encontros da Associação Luso-Alemã de Juristas Brasileiros. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

JIN, Oh Seung. **Overview of legal systems in the Asia-Pacific Region:** South Korea. [S.l.]: Scholarship Cornell Law, 2004. (Paper, 6). Disponível em: <http://scholarship.law.cornell.edu/lps_lsapr/6>. Acesso em: 21 dez. 2017.

RAATZ, Igor. Considerações históricas sobre as diferenças entre common law e civil law: reflexões iniciais para o debate sobre a adoção de precedentes no Direito brasileiro. **Revista de Processo**, [S.l.], v. 199, p. 159-191, 2012.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais.** 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

SELLER, Mortimer. The Doctrine of Precedent in the United States of America. **The American Journal of Comparative Law**, [S.l.], v. 54, p. 67-88, Sept. 2008.

SOARES, Guido Fernandes Silva. **Common Law:** introdução ao direito dos EUA. São Paulo: Saraiva, 1999.

YANG, Hyunah (Ed.). **Law and society in Korea.** Cheltenham: Edward Elgar, 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Desenvolvimento, Direito e Sustentabilidade**

Ano/Semestre: 2019/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

EMENTA

Aspectos estruturantes da matriz de desenvolvimento socioeconômico na Constituição brasileira. Estado Democrático Ambiental. Elementos constituintes do Estado Democrático

Ambiental: Juridicidade e 'status' de direito fundamental. Dimensões do direito fundamental ao meio ambiente. Dimensões conceituais da Sustentabilidade. Sustentabilidade e equidade intergeracional. Instrumentos jurídico- econômicos de proteção ambiental. Economia Verde. Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Serviços ecossistêmicos. A ordem econômica e a tutela ambiental na Constituição.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 1:

Introdução à disciplina

Apresentação do Cronograma

1. Estado de Direito Ambiental
 - 1.1. Elementos constituintes do Estado de Direito Ambiental
 - 1.1.1. Juridicidade ambiental
 - 1.1.2. Status de direito fundamental
 - 1.1.2.1. Dimensões do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente:
 - a) Dimensão subjetiva
 - b) Dimensão objetiva
 - 1.2. Deveres ambientais constitucionais:

1.3. Princípios estruturantes do Direito Ambiental.

Leitura doutrinária obrigatória: CARVALHO, Délton Winter de. “Estado de Direito Ambiental.” *Gestão Jurídica Ambiental. (doutrina e jurisprudência aplicadas)*. São Paulo: RT, 2017. p. 108-147.

Jurisprudência indicada:

ADPF nº 101-3, STF, Rel. Min. Carmen Lúcia, j. 05.08.2009.

Aula 2:

Gestão Jurídica do Riscos Ambientais: da prevenção à precaução

Sistema constitucional de governança dos riscos ambientais

Prevenção geral e graus de incerteza

Prevenção “stricto sensu”: Modelo quantitativo

Cálculo de risco quantificável

Padrão probatório (reasonable probability)

Precaução

Critérios de ponderação

Ameaças graves e irreversibilidade

Incerteza e informação

Custo-benefício

Padrão probatório (reasonable satisfaction)

Análise jurisprudência selecionada. Em especial o acórdão do STF, RE 627189, rel. Min.

Dias Toffoli, Tribunal Pleno, j. 08.06.16, Repercussão Geral.

Leitura doutrinária prévia obrigatória e entrega de fichamento nesta data: CARVALHO,

Délton Winter de. “Gestão Jurídica do Risco Ambiental.” *Gestão Jurídica Ambiental. (doutrina e jurisprudência aplicadas)*. São Paulo: RT, 2017. p. 149-240.

Aula 3:

1. Responsabilidade Civil Ambiental.

1.1. Elementos da Responsabilidade Civil Ambiental.

- 1.2. Classificação e prova do Dano Ambiental, Individual e Coletivo.
- 1.3. Nexo causal: inversão do ônus vs. Teoria das Probabilidades
- 1.4. Solidariedade
- 1.5. Medidas Compensatórias.

Leitura doutrinária prévia obrigatória e entrega de fichamento nesta data: CARVALHO, Délton Winter de. “Responsabilidade Civil Ambiental.” *Gestão Jurídica Ambiental*. São Paulo: RT, 2017. p. 420-511.

Aula 4:

1. Direito Ambiental na Era das Mudanças Climáticas
 - 1.2. Sensitividade Climática
 - 1.3. Função do Direito na Gestão de Desastres Ambientais
2. Litigiosidade como governança
3. Litigância Climática no Mundo.
4. Litigância Climática no Brasil.

Leitura doutrinária prévia obrigatória e entrega de fichamento nesta data: CARVALHO, Délton Winter de. “Compensação a Desastres.” *Gestão Jurídica Ambiental*. São Paulo: RT, 2017. p. 318-372. BERNARDO, Vinícius Lameira Bernanrdo. “Mudanças Climáticas: estratégias de litigância e o papel do judiciário no combate às causas do aquecimento global no contexto brasileiro.” *Revista de Direito Ambiental*. Ano 22, vol. 88, out.-dez., 2017. p. 517-548.

Aula 5:

AValiação: questionário a ser feito tendo como base as leituras, debates e explicações das aulas anteriores.

AValiação GERAL:

A avaliação será realizada pela i) participação nas atividades de debates orais nas aulas; ii) entrega dos fichamentos referentes às leituras obrigatórias acima listadas; iii) confecção de atividade escrita na última aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Délton Winter de. *Gestão Jurídica Ambiental*. São Paulo: RT, 2017. CARVALHO, Délton Winter de. *Dano ambiental futuro: a responsabilização civil pelo risco ambiental*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

FARBER, Daniel Farber; CARVALHO, Délton Winter de. (orgs.). *Estudos Aprofundados em Direito dos Desastres: interfaces comparadas*. Curitiba: Prismas, 2017.

FARBER, Daniel A.; FINDLEY, Roger W.. *Environmental Law*. 8. ed. West: St. Paul, 2010.

FARBER, Daniel A.. "Disaster Law in the Anthropocene." In: Jacqueline Peel; David Fisher (eds.). *The Role of International Environmental Law in Disaster Risk Reduction*. Boston:

Brill Nijhoff, 2016.

SMITH, Joseph; SHEARMAN, David. *Climate Change Litigation: Analysing the law, scientific evidence & impacts on the environment, health & property*. Adelaide: Presidian, 2006.

BRADFORD, Mank. "Standing and Statistical Persons: a Risk-Based Approach to Standing." *Faculty Articles and Other Publications*. Paper 127. University of Cincinnati College of Law Scholarship and Publications. University of Cincinnati College of Law, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMERON, James. *Globalization and the Ecological State*. *Review of European Community and International Environmental Law*. v. 8, issue 3, 1999.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Estado de direito*. Lisboa: Gradiva, 1999.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes Canotilho. *Juridicização da Ecologia ou Ecologização do Direito*. *Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente*, Coimbra, n. 4, dezembro, 1995. CARVALHO, Délton Winter de; DAMACENA, Fernanda Dalla Libera. *Direito dos*

Desastres. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

CARVALHO, Délton Winter de. *Desastres Ambientais e sua Regulação Jurídica: deveres de prevenção, resposta e compensação ambiental*. São Paulo: RT, 2015.

FARBER, Daniel. *Disaster Law and Emerging Issues in Brazil*. *Revista de estudos constitucionais, hermenêutica e teoria do direito-(RECHTD)*, 4(1): 2-15 janeiro-junho, 2012.

FARBER, Daniel. "Uncertainty." *The Georgetown Law Journal*. v. 99, 2011.

FERRER, Gabriel Real. Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del Derecho. Revista de Derecho Ambiental, AbeledoPerrot, Buenos Aires, nº 32, octubre-diciembre 2012, págs. 65-82.

GOMES, Carla Amado. A Idade da Incerteza: reflexões sobre os desafios de gerenciamento do risco ambiental. In: LOPEZ, Teresa Ancona; LEMOS, Patrícia Faga Iglecias; LUHMANN, Niklas. Risk: a sociological theory. New Jersey: Aldine Transaction, 2008.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Aspectos empresariais do E-Social**

Ano/Semestre: 2022/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

EMENTA

O sistema do E-Social, seus aspectos teóricos e legais: objetivos e conceitos do E-Social. As regras gerais para sua implantação. Fluxo de Informações. Verbas Trabalhistas e E-Social. Operacionalização do sistema do E-Social. O acesso ao sistema do E-Social e lançamento de informações. O dever empresarial com o sistema.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Análise dos impactos nos processos internos e externos do sistema. Revisão das práticas com diferentes tipos de trabalhadores. Os processos administrativos e judiciais com impacto no recolhimento dos tributos sobre a folha de pagamento. E-Social e Segurança do Trabalho. Registro eletrônico de empregados, registros de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, afastamentos temporários e riscos ocupacionais. Os registros de estabilidade, férias e os processos de desligamento do trabalhador. Implementação do E-Social nas Empresas. Rotinas e Auditoria.

OBJETIVOS

- a) Conhecer o sistema do E-Social;
- b) Utilizar o sistema do E-Social como ferramenta de gestão empresarial;
- c) Reconhecer o sistema do E-Social na rotina da empresa, especialmente no tocante ao risco do meio ambiente laboral.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de

aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, C. A; GONÇALVES FILHO, C; REIS, M. T. Estratégia Empresarial: o desafio nas organizações. São Paulo: Saraiva, 2006.

Martins, Ives Gandra da Silva; CARVALHO, Paulo de Barros. Justiça Econômica e Social. São Paulo: Noeses, 2017.

IBRAHIM, Fábio Zambite. Curso de direito previdenciário. 20. ed. Rio de Janeiro: Impetrus, 2015.

KRAVCHYCHYN, Jefferson Luis et al. Prática processual previdenciária: administrativa e judicial. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. Livro Eletrônico.

LEITÃO, André Studart. Manual de direito previdenciário. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Livro Eletrônico.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de direito previdenciário. 3. ed. São Paulo: LTr, 2010.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

POMPEU, Ivan Guimarães; BENTO, Lucas Fulanete Gonçalves; POMPEU, Renata Guimarães. (Coords.) Estudos sobre Negócios e Contratos: uma perspectiva internacional a partir da análise econômica do Direito. São Paulo: Almedina Brasil, 2017.

REZENDE, Mardele Eugênia Teixeira. E-social Aplicado às Rotinas Trabalhistas. O Novo Modelo de Gestão. São Paulo: Saraiva, 2017.

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

TIMM, Luciano Beneti (Org.). Direito e Economia no Brasil. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de direito constitucional. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

- DIAS, Eduardo Rocha. Curso de direito previdenciário. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2012.
- DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. Teoria geral dos direitos fundamentais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- EDUARDO, Ítalo Romano. EDUARDO, Jeane Tavares Aragão. Curso de direito previdenciário. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- FREITAS, Rafael Vêras; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FEIGELSON, Bruno (Coord.) Regulação e Novas Tecnologias. Belo Horizonte: Fórum, 2017.
- JORGE, Társis Nametela Sarlo. Teoria geral do direito previdenciário e questões controvertidas do regime geral (INSS), do regime dos servidores públicos e dos crimes previdenciários. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- JÚNIOR, Nilson Martins Lopes. Direito previdenciário: Custeio e benefícios. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2010.
- KERTZMAN, Ivan. Curso prático de direito previdenciário. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2015.
- ROCHA, Daniel Machado da. BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do advogado; ESMAFE, 2011.
- ROCHA, Daniel Machado da. O direito fundamental à previdência social na perspectiva dos princípios constitucionais diretos do sistema previdenciário brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
- ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- RUBIN, Fernando. Aposentadorias previdenciárias no regime geral da previdência social. São Paulo: Atlas, 2015.
- RUSSOMANO, Mozart Victor. Curso de previdência social. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.
- SANTOS, Marisa Ferreira dos. LENZA, Pedro (Coord.) Direito previdenciário esquematizado. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de direito constitucional. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SILVEIRA, João Augusto Câmara da. O conceito da incapacidade no âmbito do benefício previdenciário da aposentadoria por invalidez. **Revista Direito e Liberdade**, Natal, v. 17, n.1 p. 91130,

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Direitos Humanos e Empresas**

Ano/Semestre: 2022/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

EMENTA

Fenômeno da Globalização. Empresas no Contexto Internacional. Proteção aos Direitos Humanos nas Empresas. Empresas Transnacionais. A OIT e ONU na defesa dos Direitos Humanos dos Trabalhadores. Neoescravidão. Princípios Orientadores das Empresas e Direitos Humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Riscos Tecnológicos e Atividade Empresarial. Responsible Research and Innovation (RRI). O reflexo do RRI na estrutura organizacional dos direitos humanos nas empresas. Responsabilidade Social nas Empresas. Desenvolvimento Humano-Empresarial. O contrato de trabalho como um contrato de Direitos Humanos. Reforma Trabalhista e Direitos Humanos.

OBJETIVOS

- a) Estudar o âmbito empresarial dos Direitos Humanos;
- b) Perquirir os efeitos do estudo dos Direitos Humanos no contrato de trabalho;
- c) Estabelecer a estrutura humana como fator de desenvolvimento empresarial, fora da dualidade empregado e empregador.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABBOT, C. “Non-state Actors and the Challenges of Regulating New Technology”, *Journal of Law and Society*, 39, 3, p. 329-358, September 2012.

ADAMEK, M. V. v. Responsabilidade civil dos administradores de S/A. Saraiva, São Paulo, 2009.

BACKER, L. C. “Multinational corporations as objects and sources of transnational regulation”, *ILSA Journal of International & Comparative Law*, 14, 2, p. 499-523, 2008.

BROWNSWORD, R. “Technological management and the Rule of Law”, *Law, Innovation and Technology*, 8, 1, p. 100-140, 2016.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. 17. ed. rev. e atual. Tradução de Roneide Venancio Majer. Paz & Terra, São Paulo, 2016.

COLLINGRIDGE, D. *The social control of technology*. St. Martin’s Press, New York, 1980.

CORTINA, A. *Cidadão do mundo: para uma teoria da cidadania*. Loyola, São Paulo, 2005.

MARCHANT, G. E.; SYLVESTER, D. J. “Transnational models for regulation of nanotechnology”. *Journal of Law, Medicine and Ethics*, p. 714-725, Winter 2006. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=907161>>. Acesso em 30 jan. 2019.

RUGGIE, J. G. *Quando negócios não são apenas negócios: as corporações multinacionais e os direitos humanos*. Tradução de Isabel Murray, Planeta sustentável, São Paulo, 2014. Documento disponível para Kindle.

SÁ E BENEVIDES, I. A.; SÁ RIBEIRO, M. R. de. “A internacionalização dos direitos humanos e sua repercussão na atuação das empresas transnacionais”. ALL, P. M.; OVIEDO ALBÁN, J.; VESCOVI, E. (Directores). *La actividad internacional de la empresa*. Grupo Editorial Ibáñez, Bogotá, 2017, p. 288-308.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DARNACULLETA I GARDELLA, M. M. “La autorregulación regulada en la doctrina anglosajona y continental-europea”. In: *Autorregulación y sanciones*. ARROYO JIMÉNEZ, L.; NIETO MARTIN, A. (Dirección). Editorial Aranzadi, Navarra, 2015.

ENGELMANN, W. “O pluralismo das fontes do Direito como uma alternativa para a estruturação jurídica dos avanços gerados a partir da escala manométrica”. STRECK, L. L.; ROCHA, L. S.; ENGELMANN, W. (Org.). Constituição, Sistemas Sociais e Hermenêutica - Anuário do Programa de Pós-Graduação em Direito da Unisinos. Livraria do Advogado Editora, Porto Alegre, 13, p. 247-259, 2017.

ESTEVE PARDO, J. “El reto de la autorregulación o cómo aprovechar en el sistema jurídico lo que se gesta extramuros del mismo. Mito y realidad del Caballo de Troya”. ARROYO JIMÉNEZ L. y NIETO MARTÍN, A. (Dirección). Autorregulación y sanciones. Editorial Aranzadi, Navarra, 2015.

GRUNWALD, A. The hermeneutic side of responsible research and innovation. Wiley/ISTE, London, 2016, v. 5. Documento disponível para Kindle.

GUSTON, D. H. “Understanding ‘anticipatory governance’”. Social Studies of Science, 44, 2, p. 218-242, 2014.

HANNUM, H. “Reinvigorating Human Rights for the Twenty-First Century”, Human Rights Law Review, 16, p. 409-451, 2016.

HERBERG, M. “Global legal pluralism and interlegality: environmental self-regulation in multinational enterprises as global law-making”. DILLING, O.; HERBERG, M. and WINTER, G. (Editors). Responsible business: self-governance and law in transitional economic transactions. Hart Publishing; Oñati International Series in Law and Society, Oxford, 2008.

HOFFMANN-RIEM, W. “Direito, tecnologia e inovação”. MENDES, G.; SARLET, I. W.; COELHO, A. Z. P. (Coord.). Direito, Inovação e Tecnologia. Saraiva, São Paulo, 2015, vol. 1.

HOLLINGWORTH, P. The light and fast organization: a new way of dealing with uncertainty. Wiley, Melbourne, 2016.

INOVAÇÃO: O motor da indústria do future. Revista Exame, Edição de Aniversário, São Paulo, ano 51, n. 15, p. 2-3, 02 ago. 2017.

MARCHANT, G. E.; SYLVESTER, D. J. “Transnational models for regulation of nanotechnology”. Journal of Law, Medicine and Ethics, p. 714-725, Winter 2006.

NORDMANN, A. “Responsible innovation, the art and craft of anticipation”, Journal of Responsible Innovation, 1, 1, p. 87-98, 2014.

ONU. Guiding principles on business and human rights: Implementing the United Nations “Protect, Respect and Remedy” Framework. Human Rights Council (A/HRC/17/31), which also includes an introduction to the Guiding Principles and an overview of the process that led to their development. The Human Rights Council endorsed the Guiding Principles in its resolution 17/4 of 16 June 2011.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Metodologia para Análise e Resolução de Casos**

Ano/Semestre: 2022/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

EMENTA

Paradigmas de Pesquisa em Direito; Projetos de Pesquisa (Estrutura, processo de desenvolvimento e critérios de qualidade); Métodos de Pesquisa: A pesquisa experimental, a pesquisa Survey, o Estudo de Caso, a Pesquisa-Ação, a Etnografia, Legal analysis and writing: how to read and brief a case and how to draft a memorandum (a experiência americana); Técnicas de coleta de dados; Técnicas de análise de dados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Pesquisa jurídica e suas características aplicadas ao Mestrado Profissional; etapas da construção de projeto de pesquisa; modelos e estruturas de Trabalho de Conclusão; metodologia da pesquisa jurídica, com ênfase na pesquisa empírica; estruturação e escrita de textos a partir da experiência jurídica americana.

AVALIAÇÃO

Participação qualificada nas aulas; apresentação de seminário e entrega de relatório de leituras e a elaboração do Projeto de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. **Pesquisa empírica em direito**: as regras de inferência. Tradução de Fábio Morosini. São Paulo: Direito GV, 2013. Disponível em: <file:///D:/Desktop/Pesquisa_empirica_em_direito.pdf> Acesso em 14 jan. 2018.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

PARGENDLER, Marlana; SALAMA, Bruno Meyerhof. Direito e consequência no Brasil: em busca de um discurso sobre o método. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 262, p. 95-144, jan./abr. 2013.

SIEMS, Mathias M. and SÍTHIGH, Daithí mac. Mapping Legal Research. In: **The Cambridge Law Journal**, v. 71, 2012, p. 651-676.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

WELLFORD, Robin S. **Legal analysis and writing**. [S.l.]: Lexis-Nexis Eletronic Authors, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABERNATHY, Charles F. **Law in the United States**. New York: Thomson West, 2006 (American Casebook Series).

BACHARACH, S. B. Organizational theories: some criteria for evaluation. **Academy of management Review**, New York, v. 14, n. 4, p. 496-515, 1989.

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de Aula Invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BROWN, Tim. **Design Thinking: uma metodologia ponderosa para decretar o fim das velhas ideias**. Tradução de Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Rlsevier, 2010.

COLLIS, H.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Thousand Oaks: Sage Publication, 2003.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 64-89.

HOECKE, Mark Van. **Methodologies of legal research: which kind of method for what kind of discipline?** Oxford: Hart Publishing, 2013.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da pesquisa jurídica: técnicas de investigação, argumentação e redação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 14. ed. Tradução de Maria D. Alexandre; Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

O'REALLY-KELLY, S. W.; VOKURKA, R. J. The empirical assessment of construct validity. **Journal of Operations Management**, Amsterdam, v. 16, p. 387-405, 1998.

SCHWAB, D. P. A model of empirical research. In: _____. **Research methods for organizational studies**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1999. p. 13-28.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZABALA, Filipe Jaeger; SILVEIRA, Fabiano Feijó. Jurimetria: estatística aplicada ao Direito. In: **Revista Direito e Liberdade – RDL – ESMARN** – v. 16, n. 1, p. 87-103, jan./abr. 2014.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Previdência Social e empresas**

Ano/Semestre: 2022/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

EMENTA

Conceitos Constitucionais e Legislativos acerca do Financiamento Previdenciário. Programas obrigatórios no ambiente de trabalho. Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP). Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Ações Regressivas propostas pelo INSS em face das empresas. Desoneração Judicial da folha de salários. Efeitos dos Benefícios Previdenciários no Contrato de Trabalho. Crimes Previdenciários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Previdência como direito fundamental. Financiamento do sistema. Acidentes de Trabalho e Repercussões Previdenciárias. Oneração de folha. INSS e Empresas. Risco Previdenciário. Instrumentos de Prevenção nas Empresas. PPRA. LTCAT. PCMSO. Importância das Normas Regulamentadoras. Crise na Previdência.

OBJETIVOS

- a) Compreender a atual dinâmica previdenciária nas empresas;
- b) Estudar os instrumentos de proteção empresarial no tocante ao risco previdenciário dos trabalhadores;
- c) Reconhecer a Previdência Social como um direito fundamental e social no equilíbrio das relações humano-empresariais.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de

aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de direito constitucional. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DIAS, Eduardo Rocha. Curso de direito previdenciário. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2012.

ROCHA, Daniel Machado da. BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do advogado; ESMAFE, 2011.

ROCHA, Daniel Machado da. O direito fundamental à previdência social na perspectiva dos princípios constitucionais diretivos do sistema previdenciário brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

RUBIN, Fernando. Aposentadorias previdenciárias no regime geral da previdência social. São Paulo: Atlas, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de direito constitucional. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVEIRA, João Augusto Câmara da. O conceito da incapacidade no âmbito do benefício previdenciário da aposentadoria por invalidez. Revista Direito e Liberdade, Natal, v. 17, n.1 p. 91130, jan./abr. 2015. Quadrimestral.

SIMÕES, Carlos. Curso de direito do serviço social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

TAVARES, Marcelo Leonardo. Direito previdenciário. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IBRAHIM, Fábio Zambite. Curso de direito previdenciário. 20. ed. Rio de Janeiro: Impetrus, 2015.

JORGE, Tárzis Nametela Sarlo. Teoria geral do direito previdenciário e questões controvertidas do regime geral (INSS), do regime dos servidores públicos e dos crimes previdenciários. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

JÚNIOR, Nilson Martins Lopes. Direito previdenciário: Custeio e benefícios. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2010.

KERTZMAN, Ivan. Curso prático de direito previdenciário. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2015.

KRAVCHYCHYN, Jefferson Luis et al. Prática processual previdenciária: administrativa e judicial. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. Livro Eletrônico.

LEITÃO, André Studart. Manual de direito previdenciário. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Livro Eletrônico.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Comentários à lei básica da previdência social. 7. ed. São Paulo: LTr, 2005.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de direito previdenciário. 7. ed. São Paulo: LTr, 2017.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROCHA, Daniel Machado da. BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do advogado; ESMAFE, 2011.

ROCHA, Daniel Machado da. O direito fundamental à previdência social na perspectiva dos princípios constitucionais diretivos do sistema previdenciário brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Direito Internacional do Comércio**

Ano/Semestre: 2022-1

Carga horária: 30 horas-aula

Créditos: 2 créditos

Professor: Dr. Marcelo De Nardi

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112167

EMENTA

Fundamentos teóricos e práticos do Direito Internacional do Comércio. O sistema econômico internacional: os atores; o comércio mundial; evolução. Transações de exportação e importação; agentes e sujeitos no comércio internacional; aspectos gerais dos negócios internacionais. Fundamentos da política comercial no Brasil e no mundo; bases jurídicas e políticas do sistema multilateral de comércio; regionalismo. Tópicos práticos do comércio internacional, contratos internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Fundamentos do Direito Internacional do Comércio
 - Direito, soberania, sistemas jurídicos, jurisdição, contrato, arbitragem
 - Abordagens contratual e regulatória
- Evolução histórica do Comércio Internacional
 - Comércio internacional e Estado nacional
 - Teorias do Comércio Internacional
- Atores no Comércio Internacional
 - Intervenientes públicos e privados
 - Papéis dos atores, interações
- Comércio exterior no Brasil

- Exportação e importação, promoção comercial
- Defesa comercial
- OMC e Mercosul
 - Organizações internacionais
 - Mercosul - estrutura, evolução, resultados
 - OMC - evolução, estrutura, resultados
 - Tratados que compõem a OMC
- Multilateralismo vs. Regionalismo
- Tópicos práticos do Comércio Internacional
 - Agentes e sujeitos no Comércio Internacional
 - Contratos

AVALIAÇÃO

- Contribuições acadêmicas em sala de aula - 30%
 - Contribuições durante os momentos de debate
 - Participação em atividades interativas, como questionários, seminários e semelhantes
- Artigo sobre tema a ser indicado - 70%
 - Modelo indicado pela Unisinos, com ajustes para formato específico
 - Extensão de 10 a 15 p.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPUCIO, Camilla. *Direito Internacional do Comércio* [recurso digital]. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2020.

CRETELLA NETO, José. *Curso de Direito Internacional Econômico* [recurso digital]. São Paulo: Saraiva, 2012.

SOUSA, José Meireles de. *Fundamentos do comércio internacional* [recurso digital]. São Paulo: Saraiva, 2009. Série comercio exterior, v. 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARAL Júnior, Alberto do. *Curso de Direito Internacional Público* [recurso digital]. 5ª e. São Paulo: Atlas, 2015.

AMARAL, Antonio Carlos Rodrigues do (Org.). *Direito do Comércio Internacional: aspectos fundamentais*. 3ª e. rev. e atual. São Paulo: Lex, 2014.

ANJOS, Priscila Caneparo dos. *A Organização Mundial do Comércio e os Direitos Humanos: Idealismo Romântico ou Ceticismo Racional?* *Economic Analysis of Law Review*; Brasília Vol. 12, Ed. 1, (Jan-Apr 2021): 17-31. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/29afbd63adca9076d39e748993ac1265/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1226335> . Acesso em: 13ago.2021.

CAPUCIO, Camila. *A OMC e o regionalismo do século XXI: estratégia de imposição de modelos normativos?* [recurso digital] *Revista de Direito Internacional*, Brasília, v. 12, n. 2, 2014, p. 336-348. Disponível em: DOI <https://doi.org/10.5102/rdi.v11i2.3158>, acesso em: 18ago.2021.

CAPUCIO, Camila. *Comércio internacional e integração regional: a OMC e o regionalismo*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

ENGELBERG, Esther. *Contratos internacionais do comércio*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA-CAMPOS, Aluisio de (Org.). *Ensaio em comércio internacional*. São Paulo: Singular, 2005.

OLIVEIRA, Jaciel Rodrigues. *Principais teorias de comércio internacional*. Blog A Gaia Política: o mundo nosso de cada dia. Disponível em: <https://jacieltrodrigues.wordpress.com/2009/10/13/principais-teorias-de-comercio/><https://jacieltrodrigues.wordpress.com/2009/10/13/principais-teorias-de-comercio-internacional/internacional/>. Acesso em: 18ago.2021.

RAINELLI, Michel. *Comércio internacional*. Barueri: Manole, 2004.

RÊGO, Elba Cristina Lima. *Do Gatt a OMC: o que mudou, como funciona e para onde caminha o sistema multilateral de comércio*. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. [3]-22, dez. 1996. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11014>. Acesso em: 7ago.2021.

SILVA, Elaini Cristina Gonzaga da. *Direito Internacional em expansão: encruzilhada entre comércio internacional, direitos humanos e meio ambiente*. São Paulo: Saraiva, 2016. 1 recurso online.

TIMM, Luciano Benetti; RIBEIRO, Rafael Pellegrini; ESTRELLA, Angela T. Gobbi. *Direito do Comércio Internacional* [livro digital]. São Paulo: FGV, 2009.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho de. *Teoria do Estado e a unidade do Direito Internacional: domesticando o rinoceronte*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho de. *30 anos velando o Mercosul vivo*. Disponível em: <https://ilabrazilblog.wixsite.com/blog/post/30-anos-velando-o-mercosul-vivo>. Acesso em: 9ago.2021.